



Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia
Curso de Geografia - Bacharelado



HIGOR CIRILO DA COSTA

**O GRANDE LAGEADO:
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E O PLANO DE BAIRRO**

Campo Grande
2021

HIGOR CIRILO DA COSTA

O Grande Lageado: desigualdades socioespaciais e o plano de bairro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Geografia - Bacharelado, da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Akemi Ikuta

Campo Grande

2021



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – BACHARELADO

Às 14:00 horas do dia 06 de dezembro de 2021, reuniu-se a Banca Examinadora, sob Presidência da Professora Orientadora, para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Geografia - Bacharelado da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Acadêmico: HIGOR CIRILO DA COSTA

RGA: 2019.2109.013-8

Título: “O grande Lageado: desigualdades socioespaciais e o plano de bairro.”

A banca composta pelos examinadores abaixo relacionados emitiu os seguintes conceitos:

Examinadores:	Conceito:
Profª Drª Flávia Akemi Ikuta (Presidente)	Aprovado
Profª Drª Maria Lúcia Torrecilha (Membro)	Aprovado
Profª Drª Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol (Membro)	Aprovado

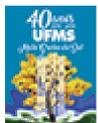
Conceito Final:

Aprovado Reprovada

Observação:

Este é o parecer.

Campo Grande, 6 de dezembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Akemi Ikuta, Professora do Magistério Superior**, em 06/12/2021, às 16:23, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/12/2021, às 15:24, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Torrecilha, Professora do Magistério Superior**, em 07/12/2021, às 20:17, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2948557** e o código CRC **A51E8BB8**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - BACHARELADO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.033932/2021-17

SEI nº 2948557

AGRADECIMENTOS

Este trabalho seria impossível de ser realizado sem a colaboração dos moradores do bairro Lageado, embarcaram nesse processo junto comigo. Agradeço especialmente ao Antônio, Celsinho, Elaine, Pe. Agenor, Ronny e Rubinho por terem me recebido, escutado e compartilhado algumas de suas lutas. Agradeço aos moradores da Favela Cidade de Deus II, mesmo aqueles que foram removidos para outros bairros, pela inspiração na luta por moradia e direito à cidade.

Agradeço à Profa. Dra. Maria Lucia Torrecilha pelos muitos anos de ensinamentos e companheirismo em sala de aula e fora dela, no qual pude ter experiência de atuar em um projeto de extensão, foi com ele que comecei a estudar o bairro Lageado.

Agradeço à Profa. Dra. Flávia Akemi Ikuta pelo acolhimento e cuidado em suas orientações, os trabalhos que realizamos juntos nos últimos 2 anos me permitiram acessar os fundamentos teóricos sem os quais esse trabalho não seria realizado.

Correria um grande risco em deixar alguém de fora caso tentasse colocar nesse texto todos os professores que colaboraram com a minha formação, mas faço um agradecimento geral a todos professores e trabalhadores da Escola Estadual Professor João Pereira Valim, na qual estudei dos primeiros anos do ensino fundamental até o final do ensino médio. Agradeço a todos os professores, técnicos e colegas da UFMS com quem aprendi nessa última década.

Agradeço especialmente aos professores e colegas do curso de Geografia, por me receberem e me ensinarem a caminhar dentro dessa profissão.

Agradeço à minha família e aos meus amigos pelo apoio e afeto.

Um homem da aldeia de Neguá, no litoral da Colômbia, conseguiu subir aos céus. Quando voltou, contou. Disse que tinha contemplado, lá do alto, a vida humana. E disse que somos um mar de fogueirinhas.

— O mundo é isso — revelou —. Um montão de gente, um mar de fogueirinhas.

Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento, e gente de fogo louco, que enche o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não alumiam nem queimam; mas outros incendeiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar, e quem chegar perto pega fogo.

O mundo, Eduardo Galeano¹

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo.

Milton Santos²

¹ GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Trad.: Eric Nepomuceno. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

² Santos (2012, p. 314).

RESUMO

Este trabalho versa sobre o Plano de Bairro do Lageado, localizado na periferia de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a partir das desigualdades socioespaciais nele implicadas e, com base em uma análise destas, propõe-se um estudo que estabeleça as bases para a produção de um Plano de Bairro. Para compreender as desigualdades que envolvem este bairro é preciso que se questione quais os agentes e processos presentes na formação socioespacial do bairro, inquirindo-se qual o seu perfil socioeconômico e socioespacial. Ademais, é preciso também problematizar se o plano de bairro é capaz de reduzir as desigualdades socioespaciais promovidas por tais agentes e processos. Assim, o objetivo proposto é a realização de um estudo para um Plano de Bairro e, portanto, das condições socioespaciais e socioeconômicas, com base na teoria do desenvolvimento geográfico desigual e na análise das desigualdades socioespaciais. A metodologia adotada envolveu a identificação dos principais agentes sociais produtores do espaço urbano, estabelecendo-se a relação entre eles; a compreensão da presença-ausência do Estado no bairro; e o perfil socioespacial e socioeconômico do bairro, estruturando-se, por fim, um conjunto de parâmetros para a elaboração do Plano de Bairro. Esta metodologia apoiou-se nos métodos histórico, comparativo, estatístico e monográfico, percorrendo-se o caminho com um conjunto de técnicas de pesquisa, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O bairro Lageado cresceu com forte atuação do Estado e é composto por uma população trabalhadora, majoritariamente negra, e com rendas baixas. As condições urbanísticas têm variações internas, mas, no geral, as habitações necessitam de intervenções, pois a infraestrutura urbana é deficitária. Ainda que exista um amplo conjunto de equipamentos comunitários, faltam profissionais qualificados em algumas partes e os equipamentos de cultura, lazer e esporte são precários. Os parâmetros para a realização do Plano de Bairro, resultantes da pesquisa, foram propostos em oito dimensões: socioeconômica; ambiental; de habitação; de equipamentos comunitários; de mobilidade e acessibilidade urbana; de infraestrutura urbana; de legislação, serviços e indústria; e de gestão democrática. Estes buscam dar conta dessa realidade e estabelecer um conjunto básico de onde iniciar o planejamento do bairro.

Palavras-chave: Desigualdades Socioespaciais; Bairro Lageado; Planejamento Urbano.

RESUMEN

Este trabajo aborda el Plan del Barrio Lageado, ubicado en la periferia de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a partir de las desigualdades socioespaciales involucradas en él y, a partir del análisis de estas, se propone un estudio que sienta las bases para la elaboración de un Plan de Barrio. Para comprender las desigualdades que involucran a este barrio, es necesario cuestionar qué agentes y procesos están presentes en la formación socioespacial del barrio, indagando sobre su perfil socioeconómico y socioespacial. Además, también es necesario cuestionarse si el plan de barrio es capaz de reducir las desigualdades socioespaciales promovidas por dichos agentes y procesos. Así, el objetivo propuesto es realizar un estudio para un Plan de Barrios y, por tanto, de las condiciones socioespaciales y socioeconómicas, basado en la teoría del desarrollo geográfico desigual y el análisis de las desigualdades socioespaciales. La metodología adoptada implicó la identificación de los principales agentes sociales que producen el espacio urbano, estableciendo la relación entre ellos; comprender la presencia-ausencia del Estado en el barrio; y el perfil socioespacial y socioeconómico del barrio, estructurando finalmente un conjunto de parámetros para la elaboración del Plan de Barrio. Esta metodología se apoyó en métodos históricos, comparativos, estadísticos y monográficos, cubriendo el camino con un conjunto de técnicas de investigación, involucrando investigación bibliográfica, documental y de campo. El barrio de Lageado creció con una fuerte acción del Estado y está compuesto por una población trabajadora, en su mayoría negra, y de bajos ingresos. Las condiciones urbanas tienen variaciones internas, pero, en general, la vivienda necesita intervenciones, ya que la infraestructura urbana es deficiente. Aunque existe una amplia oferta de equipamientos comunitarios, faltan profesionales cualificados en algunas zonas y los equipamientos culturales, de ocio y deportivos son precarios. Los parámetros para la realización del Plan de Barrio, resultantes de la investigación, fueron propuestos en ocho dimensiones: socioeconómica; ambiental; alojamiento; de equipamiento comunitario; movilidad y accesibilidad urbana; infraestructura urbana; legislación, servicios e industria; y gestión democrática. Estos buscan dar cuenta de esta realidad y establecer un conjunto básico de puntos de partida para la planificación del barrio.

Palabras Clave: Desigualdades Socioespaciales; Distrito de Lageado; Urbanismo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Da não-participação a participação autêntica: uma escala de avaliação	61
Figura 2 - Imagem de satélite de 1985 e o contorno atual do bairro Lageado	69
Figura 3 - Loteamentos aprovados em Campo Grande até 1988	70
Figura 4 - Depósitos de materiais recicláveis atualmente	71
Figura 5 - Pequi, no loteamento Jardim Colorado	77
Figura 6 - Anamorfose com a renda <i>per capita</i>	84
Figura 7 - Razão de rendimento das pessoas ocupadas	86
Figura 8 - Casas no loteamento Parque do Lageado	96
Figura 9 - Casas no loteamento Dom Antônio Barbosa	97
Figura 10 - Casas do Residencial José Teruel Filho	98
Figura 11 - Casas no loteamento Parque dos Sabiás	98
Figura 12 - Casas da Favela Cidade de Deus II	99
Figura 13 - Casas da favela às margens do Rio Anhanduí	99
Figura 14 - Barracos em áreas não loteadas	100
Figura 15 - Calçadas no bairro Lageado, sem calçamento (à esquerda) e com calçamento estreita (à direita)	112
Figura 16 - Acúmulo de lixo na R. Evelina Figueiredo Selingardi	117
Figura 17 - R. Leopoldina de Queiroz Maia	118
Figura 18 - Unidades Ambientais de Moradia para o bairro Lageado	125

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do bairro Lageado	15
Mapa 2 - Região Urbana do Anhanduizinho e seus bairros	66
Mapa 3 - Bairro Lageado e seus parcelamentos	67
Mapa 4 - Evolução urbana	72
Mapa 5 - Caracterização física do Lageado	78
Mapa 6 - Taxa Média Geométrica de Crescimento por bairro (2007-2010)	80
Mapa 7 - Densidade demográfica	83
Mapa 8 - Índices Socioeconômicos	89
Mapa 9 - Acesso a oportunidades de emprego	91
Mapa 10 - Uso e ocupação do solo	95
Mapa 11 - Vazios Urbanos	95
Mapa 12 - Equipamentos de Educação	101
Mapa 13 - Equipamentos de Saúde e Assistência Social	103
Mapa 14 - Cultura, lazer e esportes	105
Mapa 15 - Equipamentos de Segurança Pública mais próximos	107
Mapa 16 - Hierarquização viária	108
Mapa 17 - Sistema Cicloviário	109
Mapa 18 - Abastecimento de água e coleta de esgoto	113
Mapa 19 - Pavimentação	115
Mapa 20 - Macrozoneamento e zoneamento	121
Mapa 21 - Zonas Ambientais e de Agricultura Urbana	123
Mapa 22 - Zonas Especiais (ZE)	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempo de moradia no bairro Lageado.....	76
Gráfico 2 - O atrativo para morar no bairro.....	76
Gráfico 3 - População de Campo Grande por Região Urbana.....	79
Gráfico 4 - População da Região Urbana do Anhanduizinho	80
Gráfico 5 - População do bairro Lageado por gênero e raça	81
Gráfico 6 - População por faixa etária	82
Gráfico 7 - Domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal mensal	85
Gráfico 8 - Rendimento nominal mensal médio por gênero.....	86
Gráfico 9 - Tipos de emprego (a) e vínculo empregatício (b)	92
Gráfico 10 - Carga horária diária.....	93
Gráfico 11 - Renda mensal dos moradores empregados	93
Gráfico 12 - Percepção de problemas: habitação	100
Gráfico 13 - Percepção de problemas: acesso a escolas.....	102
Gráfico 14 - Percepção de problemas: equipamentos de saúde e assistência social	103
Gráfico 15 - Percepção de problemas: equipamentos de cultura, esporte e lazer	106
Gráfico 16 - Percepção de problemas: segurança pública.....	107
Gráfico 17 - Percepção de problemas: espaço para bicicletas	110
Gráfico 18 - Percepção de problemas: transporte público.....	112
Gráfico 19 - Percepção de problemas: espaços de circulação peatonal	113
Gráfico 20 - Percepção de problemas: abastecimento de água e esgotamento sanitário	114
Gráfico 21 - Percepção de problemas: pavimentação	116
Gráfico 22 - Percepção de problemas: drenagem	116
Gráfico 23 - Percepção de problemas: limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.....	118
Gráfico 24 - Percepção dos problemas: iluminação pública.....	119
Gráfico 25 - Percepção de problemas: internet e telefonia	120
Gráfico 26 - Elencando prioridades	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População e Taxa Média Geométrica de Crescimento de Campo Grande (1960-2020)	68
Tabela 2 - Bairros com indicadores socioeconômicos mais críticos	90
Tabela 3 - Linhas de transporte público que alcançam o bairro Lageado	110
Tabela 4 - Principais reivindicações	127
Tabela 5 - Proposições básicas do estudo	128

LISTA DE SIGLAS

AMHASF	–	Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários
AMPVA	–	Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo
APP	–	Área de Preservação Permanente
ATHIS	–	Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social
CMDU	–	Conselho da Cidade
CRAS	–	Centro de Referência da Assistência Social
CRS	–	Centro Regional de Saúde
DIEESE	–	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EE	–	Escola Estadual
EM	–	Escola Municipal
EMEI	–	Escola Municipal de Educação Infantil
EMHA	–	Empresa Municipal de Habitação
ETE	–	Estação de Tratamento de Esgoto
FAUFBA	–	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
FAUUSP	–	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	–	Índice de Exclusão Social
INDE	–	Infraestrutura de Dados Espaciais
Ipea	–	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IQVU	–	Índice de Qualidade de Vida Urbana
ITDP	–	Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento
LOUS	–	Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo
MZ	–	Macrozona
ONG	–	Organização Não Governamental
PDDUA	–	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande
PGU	–	Planejamento e Gestão Urbanos
PLANURB	–	Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano
PDMTU	–	Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana
RU	–	Região Urbana
SAGMACS	–	Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas
SISGRAN	–	Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande
SM	–	Salário mínimo

TRA –	Taxa de Relevância Ambiental
UAM –	Unidade Ambiental de Moradia
UFPE –	Universidade Federal do Pernambuco
UPA –	Unidade de Pronto Atendimento
UPE –	Universidade de Pernambuco
USF –	Unidade de Saúde da Família
UTR –	Unidade de Triagem de Resíduos
VC –	Via de Trânsito Rápido
VL –	Via Local
VR –	Via Arterial
VTR –	Via de Trânsito Rápido
ZA –	Zona Ambiental
ZEIA –	Zona Especial de Interesse Ambiental
ZEIE –	Zona Especial de Interesse Econômico
ZEIS –	Zona Especial de Interesse Social
ZU –	Zona Urbana

SUMÁRIO

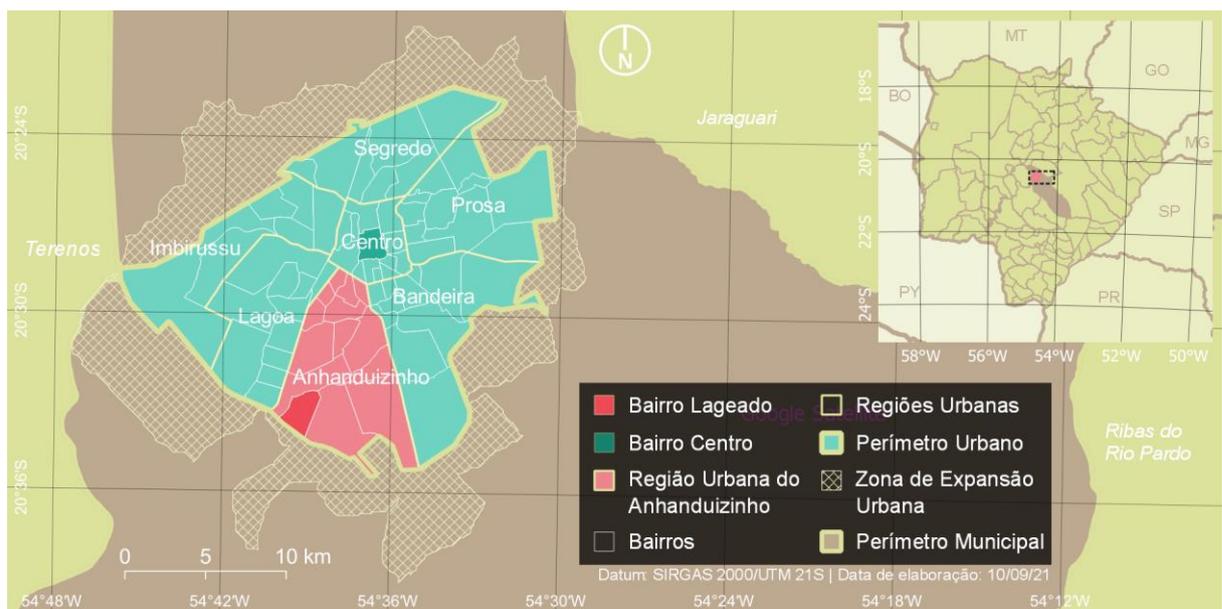
1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Justificativa	17
1.2	Objetivos	20
1.3	Metodologia	20
2	AS BASES DA REFLEXÃO	25
2.1	Teoria do desenvolvimento (geográfico) desigual	26
2.2	A diferenciação e a desigualdade socioespaciais	30
2.3	Agentes sociais que produzem o espaço urbano	40
2.4	Possibilidades de contestação	44
3	O BAIRRO E O PLANO DE BAIRRO	47
3.1	A tríade lefebvriana	47
3.2	O bairro e a forma urbana	49
3.3	Bairro: o esboço de um conceito	52
3.4	A legislação urbana e o bairro	55
3.5	Plano de Bairro	57
3.6	Referências de planos de bairro	64
4	O GRANDE LAGEADO	66
4.1	O bairro na cidade	66
4.2	Evolução urbana e agentes sociais produtores do espaço urbano	68
4.3	Perfil Socioeconômico e Socioespacial	75
4.3.1	<i>Caracterização física</i>	77
4.3.2	<i>Demografia</i>	79
4.3.3	<i>Renda</i>	83
4.3.4	<i>Índices socioeconômicos</i>	87
4.3.5	<i>Funções urbanas</i>	90
4.3.6	<i>Trabalho</i>	91
4.3.7	<i>Formação urbana</i>	94
4.3.8	<i>Habitação</i>	96
4.3.9	<i>Equipamentos Comunitários</i>	101
4.3.10	<i>Mobilidade e Acessibilidade Urbana</i>	107
4.3.11	<i>Infraestrutura Urbana</i>	113
4.3.12	<i>Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA)</i>	120
5	PARÂMETROS PARA O PLANO DE BAIRRO	125
5.1	Proposta teórico-metodológica	125

5.2	Prioridades elencadas pelos moradores e lideranças	126
5.3	Síntese de proposições	128
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
7	REFERÊNCIAS	134
	APÊNDICE A – Questionário socioeconômico e socioespacial do bairro Lageado	141
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com associações de moradores	144
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com organizações assistenciais	145
	APÊNDICE D – Levantamento de campo	146

1 INTRODUÇÃO

Na periferia de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, à sudoeste do Centro, está localizado o bairro Lageado (Mapa 1), ou como é conhecido por seus moradores, a “Região do Grande Lageado”. Esta área faz parte da Região Urbana do Anhanduizinho, a maior da cidade em tamanho populacional e dela fazem parte alguns bairros, que compartilham precariedades similares às do bairro Lageado.

Mapa 1 - Localização do bairro Lageado



Fonte: SISGRAN (2020a), INDE (2021) e Silva (2020), elaboração própria.

O primeiro loteamento do bairro, o Parque Lageado, foi aprovado em 1981 por uma empresa privada; entretanto, desde então o local é marcado por abrigar diversos loteamentos para habitação de interesse social, com recursos municipais, estaduais e federais; alguns deles parte de programas de “desfavelamento”³, como são chamados pelo Governo Municipal e mídia local.

Por três décadas, a partir dos anos 1990, funcionou neste bairro o Lixão à céu aberto, que recebia os resíduos sólidos urbanos de toda a cidade. Desde 2012, tal local funciona sob o nome de Aterro Municipal Dom Antônio Barbosa II e recebe os resíduos de Campo Grande e outros municípios. Atualmente, a área mais cotada para

³ O termo é utilizado para denominar processos de remoção de favelas na cidade. Diferentemente do que o termo pode induzir, não significa que os moradores, em suas novas localidades não vivenciem as mesmas condições de habitação e urbanidade anteriores.

a instalação do novo Aterro Sanitário da cidade, com previsão de vida útil de 40 anos, é contígua ao bairro Lageado.

No Lixão trabalhavam centenas de catadores de materiais recicláveis, alguns trabalham atualmente na Unidade de Triagem de Resíduos - UTR (situada ao lado do aterro); entretanto, muitos não conseguiram trabalho nesse local.

Alinhado às necessidades de trabalho e de habitação, o bairro Lageado abrigou a Favela Cidade de Deus I e, atualmente, abriga sua segunda versão.

Com relação ao restante da cidade, o Lageado é o bairro com maior proporção de pessoas negras em sua população, o que coloca a questão racial como fundamental para pensar este bairro (SISGRAN, 2021). A infraestrutura do bairro é precária, faltando pavimentação e rede coletora de esgoto em grande parte dele. O local possui um dos piores indicadores socioeconômicos da cidade, de modo que tem a 3ª menor renda média *per capita* dentre os 74 bairros de Campo Grande (SISGRAN, 2020b), o que demanda maiores investigações acerca dos tipos e condições de trabalho efetuados por seus moradores. O bairro ainda ocupa a mesma posição no Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), sendo o 3º pior da cidade (PLANURB, 2013), refletindo algumas das condições urbanísticas aludidas. No mesmo sentido, é o bairro que tem o 2º maior Índice de Exclusão Social de Campo Grande (SAUER; CAMPÊLO; CAPILLE, 2012), desvelando que lhes são negados acesso a oportunidades e serviços de qualidade, que permitam aos moradores viver em condições dignas.

Tendo em vista esse quadro, este é um estudo para a realização de um Plano de Bairro, um instrumento de planejamento urbano para o bairro Lageado, tendo como pano de fundo a análise das desigualdades socioespaciais. Para tanto, serão considerados todos os loteamentos, bem como as áreas não loteadas que são parte do bairro.

Para iniciar é preciso que se questione quais os agentes e processos presentes na formação socioespacial do Lageado? Qual o perfil socioespacial e socioeconômico do bairro Lageado? Por fim, em que medida um plano de bairro pode reduzir as desigualdades socioespaciais apontadas em indicadores?

Como hipótese, considera-se que o principal agente social é o Estado (Governo Municipal), produzindo o espaço por meio da implantação de loteamentos de habitação de interesse social e por meio da implantação do Lixão (hoje um Aterro

Sanitário). Todavia, há que se destacar o papel dos movimentos sociais, tanto na luta por moradia, quanto por trabalho (os catadores de materiais recicláveis), tendo em vista a garantia de algumas espacialidades. Com menor destaque há também os proprietários e promotores imobiliários.

Outrossim, supõe-se que o bairro seja composto em grande maioria por trabalhadores (assalariados e informais) e desempregados, com baixíssimas rendas, fortemente atrelados à rota dos resíduos⁴ e à serviços gerais, ocupando postos de trabalho mais precários que o restante dos cidadãos.

Acredita-se que o Plano de Bairro tem por início um papel político e técnico para organizar e drenar recursos para a transformação do bairro, de modo que, a partir dele, os moradores possam melhorar a infraestrutura urbana, os equipamentos públicos e suas moradias, bem como determinar espaços para consecução de atividades econômicas, reduzindo a distância entre este bairro e o restante da cidade. Contudo, é preciso fazer a ressalva de que os elementos que constituem as desigualdades socioespaciais fazem parte da estrutura econômica da sociedade, requerindo mudanças nesta, para que de fato os moradores vivenciem maiores transformações.

1.1 Justificativa

O contato com o bairro deu-se, a princípio, com a Favela Cidade de Deus II, entre os anos de 2013 e 2014, por meio de militância política. Alguns anos depois houve o início do Projeto de Extensão Plano de Urbanização para a Cidade de Deus, sob coordenação da Profa. Dra. Maria Lúcia Torrecilha. Atualmente, este projeto inclui também discussões acerca da problemática das habitações. O referido projeto abarca parte da área de interesse deste estudo, fornecendo importantes aportes para este trabalho. Mais tarde, um estudo realizado com a Profa. Dra. Flávia Akemi Ikuta, acerca do perfil socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis, foi fundamental para melhor compreender a relação entre este tipo de trabalho precarizado e o bairro Lageado. Com a mesma professora, foi realizado um estágio no Laboratório de

⁴ De acordo com Logarezzi (2004), é o caminho percorrido pelos resíduos sólidos, geralmente envolvendo descarte e coleta seletivos para a reciclagem ou reutilização, preservando os valores sociais, econômicos e ambientais do que é descartado.

Planejamento e Gestão do Território (LAPA), acerca das desigualdades socioespaciais em Campo Grande. O que se segue, de alguma forma, é a tentativa de entrelaçar essas experiências, tendo por objetivo final propor um produto aos moradores do bairro Lageado, num esforço de conciliar ensino, pesquisa e extensão universitária; teoria e prática, de acordo com os conhecimentos adquiridos por meio da trajetória acadêmica.

Para compreender a gênese das condições de vida dos moradores desse bairro, bem como a própria produção desse espaço, parte-se da teoria do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988) e da teoria do desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2011). Para avançar na discussão, evocamos a noção de diferenciação socioespacial, que só pode ser explicada pelas teorias aludidas anteriormente; e a Revista Cidades, v. 4, n. 6 (2007), em que os estudiosos Carlos (2007), Corrêa (2007), Silva (2007) e Souza (2007) promovem um debate basilar. Nas obras de Carlos (2007) e Sposito (2012) há a explanação de uma articulação entre o par dialético diferenciação-desigualdade socioespaciais e, para a última, é fundamental a compreensão de Rodrigues (2007). É a partir da noção de desigualdade socioespacial que se busca a compreensão do bairro do Lageado, tendo em vista sua inserção no espaço urbano, as escalas que o articulam e os elementos que o diferenciam.

As desigualdades socioespaciais percebidas no bairro Lageado, para além de serem compreendidas e explicitadas, necessitam ser enfrentadas, ainda que de maneira parcial, com as ferramentas disponíveis para um bom desempenho do geógrafo. Propõe-se o planejamento do território, que seja ao mesmo tempo um processo de (re)conhecimento das condições do bairro por parte dos moradores; de mobilização popular e que expresse as necessidades e anseios da população do Lageado, nunca ignorando as condições socioespaciais que conformam este território. Esta iniciativa não impede ações em esferas maiores, que reivindiquem do poder público municipal investimentos e políticas públicas focadas na reversão das desigualdades. Um processo de planejamento pode e deve embasar e orientar a ação do poder público.

O Plano de Bairro, como um instrumento urbanístico, foi aprovado na última revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), de Campo Grande (CAMPO GRANDE, 2018). É previsto que estes planos sejam elaborados de

forma participativa, contudo, o Plano de Bairro privilegia aos mesmos parâmetros de há décadas no Brasil, cujos registros remontam os anos de a partir de 1947 (MOURAD, 2012⁵, apud REBOUÇAS; MANZI; MOURAD, 2019).

Faz-se necessária a adoção de um processo de planejamento participativo, que enfrente a dimensão social e política na produção do espaço do bairro, tendo centralidade nas necessidades e nos desejos dos seus usuários, buscando ampliar a cidadania e construir o espaço urbano de maneira democrática. É fundamental romper com a lógica da centralização e imposição de decisões por parte do poder público; pensando a cidade da menor escala para a maior, atendendo aos anseios da população por uma vida urbana digna.

Todavia, o elemento participativo não é suficiente. É preciso superá-lo, no sentido de ir além na participação. Marcelo Lopes de Souza (2010) nos adverte que a mera consulta pode produzir uma pseudoparticipação, já que, neste cenário, quem planeja são os gestores públicos. O bairro, enquanto lugar de pertencimento e onde acontece a vida cotidiana, tem de ser conduzido por seus moradores e trabalhadores. É basilar que caiba a eles escolher como e para onde o bairro vai se desenvolver, de que maneira será implementado o investimento público, quais e onde se localizarão os futuros empreendimentos privados de grande porte.

Nestes marcos, busca-se um estudo de Plano de Bairro, que tenha na sua centralidade o protagonismo dos moradores e trabalhadores do bairro, que seja capaz de agrupar as decisões políticas e sociais numa agenda comum e simultaneamente que seja uma ferramenta de luta para a transformação do referido espaço.

Tal produto tem ainda a capacidade de servir de base e estabelecer procedimentos teórico-metodológicos para a elaboração de outros Planos de Bairro, em especial para aqueles que compartilham com o Lageado os piores índices socioeconômicos, como seus bairros vizinhos Los Angeles, Centro-Oeste e Noroeste, para citar poucos.

⁵ MOURAD, L. N. **Bairros na metrópole: uma escala de política, de direito e experiência**. Programa Nacional de Pós-Doutorado/CAPES. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. (Relatório de pesquisa, sob coordenação da Profa. Dra. Ana Fernandes).

1.2 Objetivos

O propósito geral deste trabalho é realizar um estudo das condições socioespaciais e socioeconômicas do bairro Lageado, da cidade de Campo Grande-MS, pautado pela teoria do desenvolvimento geográfico desigual, que sustente a realização de um Plano de Bairro a partir das desigualdades socioespaciais encontradas. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: identificar os agentes e processos principais na formação socioespacial do bairro Lageado, buscando compreender a relação entre eles; investigar a presença-ausência do Estado no espaço do bairro, de modo a perceber como essa relação contraditória conforma a prática socioespacial; descrever o perfil socioespacial e socioeconômico do bairro Lageado, a partir de dados disponíveis nos órgãos oficiais, bem como de levantamentos *in loco*; caracterizar, a partir do Lageado, as tendências contraditórias de equalização e diferenciação, que determinam a produção capitalista do espaço, e como estas tendências se expressam no espaço urbano campo-grandense; estruturar um conjunto de parâmetros para serem aplicados na elaboração do Plano de Bairro do Lageado.

1.3 Metodologia

Compreende-se que o objeto desta pesquisa não é algo estático, paralisado, mas está em contínuo e constante movimento, com processos concretos e, é dessa forma que se busca compreendê-lo: a partir dos processos. Outrossim, o bairro Lageado relaciona-se com outros bairros, tal como com outros territórios e outras escalas e, se o privilegiamos na análise, é por necessidade de delimitar espacialmente alguns elementos e por entendermos que há certa coesão interna nessa unidade territorial.

É a partir da negação da pretensa igualdade proporcionada pela sociedade, dita de consumo, que se visualiza a diferença que marca e produz o bairro Lageado. Qualificando essa diferença em desigualdade socioespacial, que se alcança o movimento do real, e por meio da *práxis*, obtém-se a representação desse real. É somente por meio dessa captura que se propõe uma ferramenta para a transformação

desse real. O Plano de Bairro é entendido aqui não como um fim em si, mas como um processo, uma nova camada do real.

Ao adotar o instrumento urbanístico do plano de bairro, objetiva-se um processo de mudança que não seja meramente quantitativo, mas que transforme qualitativamente o lugar, por meio de um conjunto de problematizações e proposições. Tal processo abarca um conjunto de contradições, sejam elas de caráter social, econômico, espacial ou político. Ainda que o espaço seja produzido pelos trabalhadores, não são estes, em geral, que se apropriam do mesmo. Para além disso, os moradores do bairro não são detentores dos poderes executivos e/ou legislativos, em nenhuma das esferas de governo, como também a condição de trabalhadores demonstra algum grau de exploração destes sujeitos.

Haja vista a dimensão do problema esboçado, vale destacar que, quanto ao método de procedimento, adotou-se um conjunto deles, tendo em vista as necessidades de cada etapa da investigação, como veremos a seguir.

O método histórico foi utilizado principalmente na análise da formação socioespacial do bairro, a fim de se identificar os agentes e os processos que o conformam e para compreender a contradição da presença-ausência do estado.

Para analisar as tendências contraditórias de equalização e diferenciação, determinantes na produção capitalista do espaço, adotou-se o método comparativo, de modo a ter uma dimensão da inserção deste bairro no espaço urbano campo-grandense na atualidade. A partir de tal método, espera-se, em conjunto com a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, compreender os nexos causais entre a produção espacial dos diferentes bairros da cidade.

O método monográfico, com a finalidade de obter generalizações, foi utilizado para descrever o perfil socioespacial e socioeconômico do bairro Lageado e, por fim, para estruturar um conjunto de parâmetros a serem aplicados na elaboração do Plano de Bairro do Lageado. O resultado de tal método fornece elementos que podem contribuir para outros bairros de Campo Grande, desde que tenham semelhanças com o Lageado, ainda que este tenha suas particularidades.

A natureza desta pesquisa é aplicada, tendo em vista que tem como objetivo final o estabelecimento de bases para a elaboração de plano de bairro, o que não descarta que um dos resultados pode ser um conhecimento básico que sirva para a elaboração de outros planos de bairros.

Quanto aos procedimentos técnicos, o delineamento da pesquisa, foi necessário também a adoção de um conjunto deles. A pesquisa bibliográfica e documental foi desenvolvida, sobretudo nas fases iniciais, a partir de livros, dissertações, teses, periódicos científicos, bases de dados (especialmente municipais), notícias de jornal, arquivos das associações de moradores, dentre outras entidades implicadas no bairro Lageado que colaboraram com a pesquisa.

Buscou-se a fundamentação da teoria do desenvolvimento geográfico desigual, as desigualdades socioespaciais e o Plano de Bairro, bem como documentações e dados sobre o bairro Lageado e sobre Campo Grande. Tais premissas constituíram-se nas seguintes fases: a) busca das fontes e obtenção do material; b) tratamento dos dados; c) leitura do material; d) fichamento e; e) organização lógica do assunto, em partes, nos termos de Gil (2002).

Em seguida, foi realizado um levantamento de dados, a fim de embasar as análises pelos métodos comparativo, estatístico e monográfico. Ou seja, foram levantados dados para delimitar qual o perfil socioeconômico e socioespacial do bairro Lageado, em especial dos aspectos relativos ao trabalho, para embasar a análise de equalização e diferenciação no espaço urbano de Campo Grande. Este procedimento técnico, bem como o anterior, pode ser caracterizado como um processo de documentação indireta, contudo, procurou-se também a documentação direta.

Foi realizada uma pesquisa de campo, a partir de visita ao bairro Lageado, procedendo-se de registros fotográficos, de áudio, de vídeo e escritos. Tal procedimento foi necessário, haja vista que os dados da documentação indireta não dão conta de captar todas as dimensões buscadas, pois os dados podem ser incompletos ou mesmo incoerentes. Esta pesquisa de campo aconteceu em três modalidades: entrevistas, aplicação de questionário e levantamento de campo.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com lideranças comunitárias e organizações assistenciais, buscando-se captar as percepções desses agentes sobre o bairro Lageado. Aplicou-se um questionário que serviu para compor o perfil socioeconômico e socioespacial, para uma melhor caracterização geral do bairro, visando compreender os problemas principais para os moradores, bem como identificar as principais mudanças almejadas. O questionário buscou traçar um perfil do inquirido, suas condições de moradia, trabalho e renda. Buscou-se, também, aferir a percepção dos problemas do bairro, categorizando cada item proposto em bom

(verde), médio (amarelo) e ruim (vermelho), em referência à sinalização semafórica. Por fim, os moradores indicaram quais seriam as prioridades para a transformação do bairro, apontando se o item era emergência (vermelho), urgência (amarelo) e não urgente (verde), em referência à classificação de risco adotada na rede de saúde. Foram 34 respondentes⁶, moradores de diversos loteamentos do bairro Lageado.

No levantamento de campo, adotou-se a observação participante sistemática, seguindo um roteiro pré-estabelecido. Foram observadas as condições habitacionais e urbanísticas no geral, bem como as condições de infraestrutura urbana aparente dos equipamentos comunitários e de mobilidade urbana.

Quanto ao envolvimento deste pesquisador, busca-se uma aproximação à pesquisa participante, tendo em vista que esta “é a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir de bases e uma relativa independência” (BORDA, 1983, p. 43, apud GIL, 2008, p. 31)⁷. Entretanto, enfrentou-se um conjunto de limitações para o emprego da pesquisa participante: o contexto de pandemia⁸; o reduzido contato deste pesquisador com lideranças locais; o próprio formato do trabalho de conclusão de curso, bem como o reduzido tempo para o desenvolvimento da pesquisa. Ainda assim, compreende-se que as lideranças e os moradores têm uma visão privilegiada do contexto socioespacial em que se inserem.

Na Seção 2 discute-se, de início, a teoria do desenvolvimento desigual e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, de modo a encontrar as bases para discutir o conceito de desigualdade socioespacial. Tendo em vista que o espaço é produzido de maneira diferenciada, é discutido também quais são os agentes sociais concretos dessa produção. A indicação dos fundamentos da desigualdade socioespacial enseja que se debata as ferramentas de sua superação, o que é realizado na sequência.

Adiante, na Seção 3, a pesquisa volta-se para o conceito de bairro, buscando a compreensão dos seus significados e das formas que ele representa. O plano de bairro é analisado na perspectiva de uma intervenção no espaço urbano, cotejando-

⁶ A quantidade de moradores não alcança uma amostra significativa, acarretando certa limitação deste estudo. Não foi possível alcançar uma amostra maior devido às limitações de tempo e aos problemas e riscos decorrentes da pandemia da COVID-19.

⁷ FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁸ Em 11 de março de 2020, a COVID-19, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia.

se alguns apontamentos de quais agentes devem dirigir esse processo. São apresentados ainda alguns Planos de Bairro de referência, adotados neste trabalho. Estas duas seções representam a grande maioria da discussão teórica realizada no presente estudo.

Na Seção 4 é realizado um diagnóstico do bairro Lageado, que parte da sua relação com o tecido urbano de Campo Grande, sua evolução urbana e os agentes sociais envolvidos na produção dessa parcela do espaço urbano. Com vistas a um melhor refinamento da análise, realiza-se o perfil socioeconômico e socioespacial do bairro Lageado, que abarca um conjunto de temas e tem como objetivo final alguma compreensão da totalidade do bairro.

Com base nos resultados das seções anteriores, em especial do diagnóstico, a Seção 5 apresenta parâmetros para a realização do Plano de Bairro, através de uma proposta teórico-metodológica para sua realização, trazendo como elemento inicial para ele as principais prioridades apontadas pelos moradores do bairro. Conclui-se a seção com um conjunto de propostas que abordam as dimensões socioeconômicas; ambientais; de habitação; de equipamentos comunitários; de mobilidade e acessibilidade urbana; de infraestrutura urbana; de legislação, serviços urbanos e indústria; e de gestão democrática.

Ao final são apresentadas algumas considerações acerca do trabalho, trazendo uma síntese dos principais resultados obtidos.

2 AS BASES DA REFLEXÃO

A percepção de que sob o capitalismo, o desenvolvimento é desigual, não é nova. Estas ideias foram inferidas anteriormente por grandes pensadores como Karl Marx e Lênin. Do primeiro, uma passagem de sua mais célebre obra “O Capital” (1867), que faz parte da “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, é bastante ilustrativa:

[...] a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto; isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 2017 [1867], p. 721).

Lênin⁹, por sua vez, foi o primeiro a asseverar sobre as características do **desenvolvimento desigual** do capitalismo (THEIS; BUTZKE, 2017). Para Leon Trotsky, o desenvolvimento capitalista é não somente desigual, mas combinado, apontado a partir da posição da Rússia em relação aos países imperialistas do início do século XX, de modo que “o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado” (TROTSKY, 1962 [1930], p. 20-1, apud LÖWY, 1998, p. 77)¹⁰. Para Michael Löwy (1998) esta lei versa sobre um amálgama social das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas), o que não se limitaria a uma análise puramente econômica, mas também social e cultural. A desigualdade do ritmo “é a lei mais geral do processo histórico” (TROTSKY, 1962 [1930], p. 21, apud LÖWY, 1998, p. 77).

Embora não seja o foco deste estudo, cabe destaque para Francisco de Oliveira (2011)¹¹ e Milton Santos (2012, 2018 [1980]), que em seus esforços para analisar a realidade brasileira e dos países subdesenvolvidos, pautaram-se ou aludiram à lei do desenvolvimento desigual e combinado; entretanto, não partiremos destes autores.

Ainda que não neguem a lei do desenvolvimento desigual e combinado, outros geógrafos se debruçam sobre a questão, mas investigam as espacialidades do

⁹ LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Trad.: José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Originalmente publicado em 1899.

¹⁰ TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Trad.: E. Huggins. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Originalmente publicado em 1930. (Coleção Pensamento Crítico, 11).

¹¹ Theis e Butzke (2017) apontam ainda outras obras desse autor.

desenvolvimento socioeconomicamente desigual. Destes, abordaremos Neil Smith (1988) e David Harvey (2011) que desenvolveram uma teoria acerca desse processo.

2.1 Teoria do desenvolvimento (geográfico) desigual

O surgimento da cidade, na história, se confunde com o da sociedade de classes, ainda que a divisão de classes seja anterior à cidade (SINGER, 1987). Sob o capitalismo, a produção do espaço urbano se dá de maneira diferenciada e a cidade, produto desse processo, é marcada por desigualdades socioespaciais.

Para aprofundar a análise desses processos é salutar a **teoria do desenvolvimento desigual** de Neil Smith (1988), para quem as tendências contraditórias de diferenciação e igualização determinam a produção capitalista do espaço, inscrevendo-se na paisagem. Estas são expressões da contradição entre valor de uso e valor de troca.

A base histórica para a diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento é a **divisão do trabalho**; e o autor assevera que esta, na maior parte da história humana, esteve ligada às diferenciações das condições naturais. Para Smith, esta foi uma visão presente em diversas tradições da Geografia, desta forma, a própria divisão territorial do trabalho “liberta-se” das raízes na natureza, se sobrevive em nova base material. O geógrafo ainda argumenta que, com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica tende a afastar-se das condições naturais. Assim, as diferenças naturais perdem importância se comparadas às diferenças que são resultantes do desenvolvimento desigual das forças produtivas.

A diferenciação geográfica é como o autor se refere à divisão territorial do trabalho. A forma do capital produz tanto a divisão social do trabalho, quanto a divisão de capitais, que formam, segundo o autor, quatro escalas nas quais é possível identificar a diferenciação social: a) divisão social geral do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos; b) divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores particulares; c) divisão do capital social entre diferentes capitais individuais; e d) divisão específica de trabalho no interior da fábrica. Cada uma delas tem um diferente grau de importância na diferenciação geográfica, tendo maior destaque a divisão particular de trabalho (b) e a divisão entre capitais individuais (c).

De outra forma, para apontar para tendência à igualização, o autor remonta a ideia de Marx, de que a burguesia precisa estabelecer-se em todo o globo, e contrapõe a isso o aspecto do capital como nivelador (por meio da busca por igualdade nas condições de exploração do trabalho). O resultado é, então, a aniquilação do espaço pelo tempo. Desta forma, uma das expressões da equalização das condições de produção é a universalização do trabalho abstrato na forma de valor. Assim,

a igualização das condições e do nível de produção é tanto produto da universalização do trabalho abstrato como a tendência para a diferenciação. [...] Entretanto, juntas é que as tendências opostas produzem uma Geografia historicamente específica (SMITH, 1988, p. 175).

É a concentração e a centralização, a nível de capitais individuais, que fornecem um impulso fundamental para a diferenciação geográfica. Os investimentos no ambiente construído estão em sintonia com o ritmo cíclico mais geral de acumulação de capital, portanto, em momentos imediatamente posteriores às crises, há uma tendência ao maior equilíbrio, sem ignorar o capital que é destruído nesse processo. Contudo, a questão do equilíbrio requer uma análise por escala.

Segundo o autor, a partir de Harvey (1982)¹², mesmo que haja uma tendência para o equilíbrio espacial, ele é contrariado por forças opostas, que tendem para o desequilíbrio. Comentando sobre a desvalorização e centralização,

parece que o capital diferencia um espaço especialmente urbano, que não somente oferece um espaço absoluto de produção centralizada, mas também um espaço igualmente absoluto, se não repugnante, que restringindo a mobilidade do proletariado assegura e acarreta o nivelamento, por baixo, da natureza, neste caso da natureza humana (SMITH, 1988, p. 195).

O padrão do desenvolvimento desigual pode ser visto então como um mosaico, em que a dialética da igualização e diferenciação produz três escalas identificáveis (urbana, Estado-nação e global), agrupamentos hierarquizados e sistematizados. Ainda que estas escalas pareçam fixas, estão completamente submetidas ao processo dinâmico do desenvolvimento desigual.

¹² HARVEY, D. **Os limites do Capital**. Trad.: Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013. Originalmente publicado em 1982.

Limitamo-nos, aqui, à escala urbana, que é onde a diferenciação geográfica oriunda da centralização de capital é mais forte. Para o autor, esta é definida pelo mercado de trabalho local e pelos limites ao deslocamento diário para o trabalho. Já para Flávio Villaça (2001), além do deslocamento para o trabalho, também define esta escala o deslocamento para o consumo e este é o que mais interessa.

Ainda que seja importantíssima a divergência entre os autores, nota-se que convergem para a centralidade do transporte diário de pessoas como articulador da escala urbana. Segundo Smith (1988), Castells, ao definir o que ele chama de “especialidade do urbano em consumo coletivo”, incorre numa confusão entre os limites geográficos desta escala e de outro lado das forças, além de processos que conduzem à centralização urbana do capital de produção.

É fundamental compreender as implicações da separação entre o espaço de trabalho e o espaço de residência, ou espaço da produção e espaço da reprodução. Além disso, é preciso compreender que

por mais que o fenômeno do desenvolvimento urbano resulte da centralização do capital de produção, sua diferenciação **interna** resulta da divisão entre este e outros usos, sendo dirigido através do sistema de renda do solo. [...] A renda do solo desempenha o papel fundamental na mediatização da diferenciação geográfica do espaço urbano. Como resultado direto do funcionamento da renda do solo, um eixo binário - desde baixas rendas do solo na periferia até altas rendas no centro - é organizado através dos padrões mais complexos de diferenciação urbana. [...] A igualização do espaço urbano na estrutura de renda do solo torna-se meio para sua diferenciação (SMITH, 1988, p. 199-200, grifo do autor).

O espaço urbano, então, é nivelado a partir do valor de troca e o capital o faz como meio da coordenação dos diferentes usos do solo. Para tanto, é preciso fazer uma distinção: há agentes para os quais é importante apenas o valor de troca, do solo urbano; já outros têm apenas o valor de uso para si. Estes serão mais bem discutidos à frente.

Para completar a teoria do desenvolvimento desigual, Smith (1988) reforça o seu caráter dinâmico, apontando para o movimento “em vaivém” do capital, que se move para onde a taxa de lucro é máxima, deixando áreas com baixa taxa de lucro sincronizados, com o ritmo da acumulação e crise. “A mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro. Mas o próprio processo de desenvolvimento

leva à diminuição dessa taxa de lucro mais alta” (SMITH, 1988, p. 212). Esse processo é visível no Centro de Campo Grande, com inúmeros imóveis abandonados ou sendo demolidos para dar espaço a estacionamentos improvisados, ainda que os intensos investimentos públicos de reestruturação destes espaços tentem frear e reverter esse processo.

Em caminho semelhante à Smith (1988), mas buscando capturar os fenômenos estritamente geográficos, David Harvey (2011) propõe a **teoria do desenvolvimento geográfico desigual** e esta tem como componentes fundamentais a produção de escalas geográficas e a produção da diferença geográfica. Para o autor, os seres humanos produzem uma hierarquia de escalas espaciais, em que organizam suas atividades e compreendem o mundo. Ainda que os fenômenos se apresentem numa escala e não necessariamente noutra, as escalas estão inter-relacionadas, de modo que “dá a impressão de que as escalas são imutáveis ou mesmo totalmente naturais, em vez de produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas” (HARVEY, 2011, p. 108). Assim, as escalas espaciais não são fixas, sendo constantemente redefinidas, contestadas e reestruturadas, e o autor ainda demonstra como, por exemplo, a globalização reflete este processo de transformação.

Para compreender as diferenças geográficas, faz-se necessário ir além da “cultura” e “economia política”, sendo necessário compreender as “forças que constroem legados histórico-geográficos, formas culturais e modos de vida distintivos” (HARVEY, 2011, p. 107), que estiveram presentes em toda a história capitalista da mercadoria e a ultrapassa. Para o autor, o exame de qualquer escala particular já revela um conjunto de “efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais” (HARVEY, 2011, p. 110). É o que o autor chama de um mosaico (geográfico e de modos de vida socioecológicos), composto por múltiplos legados históricos, com diferentes contribuições de diferentes períodos; uma criação aprofundada pelo tempo, por múltiplas atividades humanas; entretanto,

as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no tempo presente (HARVEY, 2011, p. 111).

É, portanto, preciso compreender as diferenças geográficas produzidas na contemporaneidade, tanto como as produzidas no passado. É na fusão entre as produção e mudanças de escala, com a produção da diferença geográfica, que o desenvolvimento geográfico desigual pode ser apreendido, podendo guiar a ação política, não se limitando a uma única escala e nem desconsiderando as hierarquias em que estão presentes. O autor defende que diferentes atores e agentes operam em diferentes escalas e faz uma ressalva de que o discurso da globalização sustenta, de maneira errônea, que tudo é determinado na escala global, o que certamente não é o caso. O autor ressalta, ainda, a importância de compreender os desenvolvimentos geográficos desiguais para iluminar as contradições e padrões na trajetória atual do capitalismo, de modo que “o padrão pode ser descrito como as consequências geográficas desiguais da forma neoliberal de globalização” (HARVEY, 2011, p. 115).

2.2 A diferenciação e a desigualdade socioespaciais

Prosseguimos então com os processos de diferenciação, que por certo não são novos na Geografia. Chamada de “diferenciação de áreas”, por Richard Hartshorne; de “diferenciação espacial”, no âmbito da *new geography*; e, mais recentemente, de “diferenciação socioespacial”, como aponta Marcelo Lopes de Souza (2007); tais mudanças de nome não colaboraram para eliminar o que o autor chama de “visão de sobrevoos”, cuja prática é analisar as sociedades e seus espaços quase sempre “do alto” e “de longe”, o que obscurece a maneira como são retratadas as relações sociais no espaço¹³. O autor opõe a essa ideia o “mergulhar no cotidiano”, o que não se trata de anular uma pela outra, “mas sim em combinar as escalas (de análise e de ação) de modo a não abrir mão de nenhum” (SOUZA, 2007, p. 111).

Para Roberto Lobato Corrêa (2007), a diferenciação socioespacial é um tema central, não só para a Geografia, mas para as demais ciências sociais, pois ela se refere às **variações espaciais de fenômenos sociais**. Havendo múltiplas formas de análise, o autor discute a partir da sua relação com a escala e as práticas espaciais no espaço urbano. Da mesma forma que para Smith (1988) e Harvey (2011) a

¹³ Souza (2007) distingue diferenciação socioespacial (diferenciação do espaço social) e diferenciação sócio-espacial (diferenciação das relações sociais e do espaço social e dos vínculos entre ambos); entretanto Igor Catalão (2011) discorda e argumenta que o termo socioespacial tem um significado sobre as relações sociais no espaço social. Neste trabalho adota-se a posição de Catalão.

diferença/diferenciação geográfica é intrínseca ao capitalismo, Corrêa (2007, p. 63) afirma que “as diferenciações socioespaciais são inevitáveis e necessárias ao capitalismo”. O autor aponta que as diferenças até o século XIX resultavam da força de organizações socioculturais fortemente enraizadas territorialmente e do pequeno desenvolvimento das forças produtivas. Sob o capitalismo contemporâneo, essa situação sofreu certa revolução, onde o sistema refragmentou e articulou a superfície terrestre e, assim, “essas diferenças socioespaciais constituem simultaneamente reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema” (CORRÊA, 2007, p. 63), de modo que são funcionais ao capitalismo.

Quanto às escalas, o autor afirma, tal como Harvey (2011), que estas são complementares em se tratando das diferenciações socioespaciais e que há inter-relação entre as escalas. Feita essa ressalva, para tratar do espaço urbano, Corrêa (2007) nos traz como necessária à análise duas escalas: a rede urbana e o espaço intraurbano. A diferenciação socioespacial se configura de maneira distinta em cada uma das escalas. Na escala da rede urbana a diferenciação socioespacial pode ser identificável por meio da gênese e dinâmica das cidades; de processos de transformação funcional em tamanho demográfico; da relação com o mundo agrário; da divisão territorial do trabalho; e da forma espacial da rede urbana.

Na escala do espaço intraurbano a diferenciação socioespacial pode ser traduzida na **divisão econômica do espaço** e na **divisão social do espaço**. Estas estão fortemente articuladas entre si, apresentando interdependência. A divisão econômica do espaço mostra-se nos distintos padrões de uso do solo e “mecanismos vinculados à competição por localizações rentáveis, e às economias de aglomeração, entre outros, são responsáveis pela diferenciação socioespacial de natureza econômica do espaço intraurbano” (CORRÊA, 2007, p. 66). Já a divisão social do espaço apresenta um mosaico de áreas sociais identificáveis por meio de indicadores de *status* socioeconômicos, de infraestrutura, familiares, migrações, etnia, língua e religião. Entretanto,

o arranjo espacial das áreas sociais é complexo e influenciado por características como tamanho da cidade, características econômicas, taxa de crescimento, sítio, plano urbano e políticas públicas. O arranjo espacial, por outro lado, deriva de lógicas locacionais, puras ou combinadas, associadas à apropriação de áreas cujo valor deriva da distância ao centro, às amenidades, aos subcentros comerciais, aos eixos de tráfego ou deriva da localização em função de setores de amenidades (CORRÊA, 2007, p. 66).

De outra forma, podemos compreender que há uma estreita articulação entre as áreas de produção. O autor cita que a própria jornada para o trabalho é um desses articuladores e essa articulação é exatamente o que define a escala intraurbana (SMITH, 1988; VILLAÇA, 2001). Tanto a escala do espaço intraurbano, quanto a da rede urbana, são oriundos de diversas interações espaciais, desenvolvidas ao longo do tempo, produzindo um acúmulo que é resultado de **processos e práticas espaciais**. Se “os processos espaciais constituem um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, viabilizando localizações, realocações e permanências de atividades e populações sobre o espaço da cidade” (CORRÊA, 2007, p. 68), “as práticas espaciais constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando objetivar seus projetos específicos” (CORRÊA, 2007, p. 69). A diferença está em que o último é pontual no espaço e no tempo, enquanto o primeiro é amplo. Ambos são meios pelos quais a diferenciação socioespacial pode ser alterada, mantida, e, em se tratando de práticas espaciais, podem anunciar alterações. Os processos e práticas espaciais são fundamentais para refletir sobre o bairro Lageado, sobretudo se concatenado com a ideia paradoxal de presença-ausência do Estado, que será tratada a frente.

Debruçando-se sobre as diferenciações socioespaciais, José Borzacchiello da Silva (2007) aponta que estas são expressas num quadro de fortes contrastes sociais, a partir de contradições inerentes ao processo de produção do espaço, onde pesam “as condições de moradia, a deficiência no atendimento de demandas sociais básicas, as dificuldades que restringem, sobremaneira, a disponibilidade e possibilidade de uso de espaços públicos” (SILVA, José Borzachiello da, 2007, p. 92). O autor acrescenta às problemáticas já apresentadas por outros autores a dimensão conflitiva entre os espaços público e privado, em especial às condições desiguais de acesso ao espaço público, que, para o autor, conecta o cidadão à cidade. Contudo, Silva destaca que o Estado, sob a égide do capital, está submetido aos interesses do setor privado, alterando-se toda a estrutura urbana da cidade. Em se tratando da capacidade dos “setores de baixo poder aquisitivo”, de ocuparem terrenos frente à escassez de terras e verticalização acentuada,

há uma forte pressão sobre esses setores e, dependendo do nível de organização da comunidade, pode desencadear movimentos sociais cujas reivindicações se fundamentam na constatação da **distribuição desigual da urbanização** e nas **oportunidades de acesso** aos vários setores de

animação da vida urbana acentuando as desigualdades socioespaciais (SILVA, José Borzachiello da, 2007, p. 93, grifo nosso).

Para Ana Fani Alessandri Carlos (2007, p. 46–7), ainda que a diferenciação **espacial** seja um tema central à Geografia, com a diferenciação **socioespacial** é inserida certa “qualidade” ao trabalho desempenhado nesta área, enfatizando o deslocamento da análise para a compreensão do processo espacial e prática social, em consonância com o pensamento teórico da Geografia. A autora aponta duas questões: o que revelaria à dimensão socioespacial? O que produziria a diferenciação? Ela reivindica uma compreensão da dialética espaço-sociedade, de modo que um se realiza por meio do outro, deste modo, a prática socioespacial é a base de sustentação da vida. Quanto à segunda questão, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, já aludida, fornece uma explicação e inclui a divisão espacial do trabalho como elemento articulador/diferenciador dos lugares e compreende “a desigualdade como centro explicativo da diferenciação e esta **imanente à produção espacial**” (CARLOS, 2007, p. 48). A diferenciação socioespacial é, ao mesmo tempo, pressuposto e produto da produção social do espaço.

A diferenciação socioespacial expressa-se em negatividade, apresentando-se na escala do habitar, definida pelo conflito e pela luta sobre a apropriação do espaço, além da reivindicação para o uso. “Portanto a diferenciação se estabelece e se realiza, a partir do lugar, entre escalas e em cada uma delas” (CARLOS, 2007, p. 49). Assim é necessário a compressão da produção do espaço, sem ignorar o sujeito produtor. O espaço, compreendido como movimento e processo, realiza-se na tríade condição-meio-produto; da produção/reprodução da sociedade, de modo que isto ajudaria a desvendar os elementos que fundam a diferenciação socioespacial, a partir de três níveis de realidade (econômico, político e social) e em três escalas (mundial, local e da metrópole). A justaposição desses três níveis e escalas é o cerne dos processos de diferenciação socioespacial, que para a autora é uma condição para a realização do capitalismo.

A principal contradição desse processo é, então, aquela entre produção social do espaço e a sua apropriação privada, estando o espaço atrelado às necessidades de acumulação. Ou seja, os trabalhadores produzem o espaço, mas dele não podem se apropriar, haja vista que o espaço é produzido enquanto mercadoria. Para a autora, funcionar sob a “lei do reprodutível”, adequada às necessidades do capitalismo (em cada momento histórico), possibilita a criação de atividades de extensão das

atividades produtivas, em que o espaço funciona no circuito de troca, atraindo capitais que migram para garantir sua reprodução, aumentando as possibilidades de ocupação do espaço, pois:

o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível que determina o acesso diferenciado da sociedade a ele, gerando conflitos em torno dos lugares ocupado/vividos (tanto no campo quanto na cidade). No cerne desse conflito, encontramos a diferenciação espacial traduzida como desigualdade socioespacial (CARLOS, 2007, p. 57)

Enquanto mercadoria reprodutível, o espaço deve ser compreendido dentro daquilo que Smith (1988) chamou de movimento “em vaivém” do capital, cujo capital concentra-se, produzindo determinadas áreas e deprimindo outras (ou subdesenvolvendo-as). A autora compreende que a desigualdade é um fundamento histórico do capitalismo, esta produz diferenciação **espacial**, de modo que esse processo revela as estratégias de classe. De outra forma, aponta que a diferenciação tem como fundamento a relação espaço/sociedade por meio do uso/apropriação, que supera a ideia de diferenciação associada às diferenças naturais e, ainda, da divisão espacial do trabalho (mesmo que não a elimine). É preciso salientar que a última formulação de Carlos (2007) vai em caminho distinto às de Smith (1988), para quem, como já exposto, a divisão do trabalho é fundamento da diferenciação. Carlos (2007) indica, ainda, a necessidade de elaborarmos uma teoria da diferença e da desigualdade imanescentes à nossa sociedade. Buscou-se, assim, apresentar os elementos basilares que a autora propõe.

Ainda que reconheça que a diferenciação socioespacial esteja presente nos primórdios da urbanização, haja vista que a cidade prescinde uma divisão social do trabalho e uma divisão territorial do trabalho, Maria da Encarnação Beltrão Sposito (2012) considera também o aumento das relações econômicas como algo que amplia e exige maiores articulações entre escalas, sendo que as dinâmicas de produção do espaço urbano são reveladoras. É preciso, pois, reconhecer a divisão social e territorial do trabalho no âmbito de cada cidade; entretanto, no período atual, há uma reestruturação das relações entre as cidades, de modo a se reconhecer que não se trata apenas de redes urbanas verticais, mas de relações que as ultrapassam, ensejando a articulação entre escalas. O ponto que se chega é que não se trata de ampliar a escala de análise, mas sim de trabalhar com múltiplas escalas

simultaneamente e continuamente. Encontramos, assim, uma perspectiva ampliada daquilo que Corrêa (2007), Harvey (2011) e Smith (1988) apontavam; e, também, certa semelhança com as ideias de Carlos (2007) e Souza (2007). Outra ressalva é que as escalas dos interesses econômicos, as da ação política e as da vida social, não são coincidentes. Ainda que exista essa ressalva, este trabalho, por questões de tempo e espaço, limita-se à escala intraurbana.

Para Sposito (2012) a diferenciação socioespacial passa a ser lida cada vez mais como desigualdade socioespacial. A autora concorda com Carlos (2007), tanto quanto à ideia do desenvolvimento geográfico desigual como centro explicativo da diferenciação, bem como da noção de que é a sociedade de classes que diferencia seus membros de acordo com o lugar que ocupam na produção e na distribuição de riquezas. Contudo, para Sposito (2012), há um primado da desigualdade sobre a diferenciação, no que tange a forma como muitos agentes sociais, políticos e econômicos veem o mundo.

A pesquisadora avança apontando que é a expansão do capital que cria a necessidade de pôr em comparação diferentes realidades socioespaciais. Por outro lado, o movimento que se estabelece desde a Modernidade não é o de valorização de diferentes sociedades, mas sim o de constituição de uma sociedade ocidental. Sposito (2012) também ressalta que a colocação de distintas formações socioespaciais lado a lado, têm a produção da desigualdade como condição e expressão desse movimento. Trata-se, portanto, do movimento dialético entre a unicidade da técnica e a unicidade do tempo, já que todos os espaços se articulam ou potencialmente poderiam articular-se. A unicidade parte da ideia de que todos teriam lugar na sociedade do consumo e, aqui, as diferenças se “transmutam” em desigualdades e as desigualdades revelam as diferenças do poder de consumo, da possibilidade de decisão ou de apreensão do espaço:

Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade de fato, no plano econômico, no político e no social, **participa precariamente da vida urbana e da sociedade do consumo**, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual (SPOSITO, 2012, p. 129, grifo nosso).

A autora faz o apontamento de que é preciso pensar a articulação de escalas, haja vista que os processos e fenômenos ocorrem em diversas escalas,

simultaneamente em diversas delas. Não se trata de uma mera ampliação das escalas, mas tentar compreender os modos, intensidades e arranjos nos quais os movimentos, dinâmicas e processos acontecem, pois estes não se restringem a uma parcela do espaço, mesmo quando alguns sujeitos sociais parecem estar limitados a espaços restritos. Já outros podem até mesmo saltar escalas.

A autora assevera que é preciso analisar áreas, eixos, redes e fluxos, não apenas como continuidades, mas também como rupturas, como fragmentos que não compõem uma unidade coesa. É a ruptura da cidade como uma unidade. Esse processo contém traços da desigualdade e da diferenciação. A título de exemplo, é preciso refletir a maneira desigual em que são feitos os deslocamentos (uns pelo transporte público, outros por transporte individual) e a maneira diferenciada em que os espaços são apropriados (por exemplo, os diferentes usos que ocorrem na Orla Morena¹⁴). Assim:

A distância entre os desiguais, na cidade, não se opera mais, predominantemente, a partir da lógica de periferização dos mais pobres e de destinação, aos mais ricos, das áreas centrais e pericentrais, as melhores dotadas de meios de consumo coletivo (infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos). Os sistemas de segurança urbana oferecem condições para que a separação possa se aprofundar, ainda que se justaponham, no “centro” e na “periferia” segmentos sociais com níveis **desiguais** de poder aquisitivo e com **diferentes** interesses de consumo (SPOSITO, 2012, p. 141, grifos da autora).

Não se trata apenas de segregação socioespacial (incluindo autosegregação), mas sim de um aprofundamento das desigualdades, desembocando na fragmentação socioespacial, que envolve tanto as dimensões sociopolíticas, quanto a socioeconômica.

Apresentados os principais elementos acerca da diferenciação socioespacial, é preciso aprofundar a análise da desigualdade socioespacial, que, como nos trouxe Carlos (2007), produz a diferenciação. Essa autora compreende a desigualdade como fundamento histórico do capitalismo. Arlete Moysés Rodrigues (2007) vai em caminho semelhante:

¹⁴ Espaço de cultura, esportes e lazer, localizado ao longo da Av. Noroeste, nos bairros Planalto, Cabreúva e Amambaí, todas da Região Urbana do Centro de Campo Grande. O local ocupa o antigo traçado da Ferrovia Noroeste do Brasil e em suas diversas partes abriga usos sociais distintos.

[...] a desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital, [...] exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano. [...] A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida (RODRIGUES, 2007, p. 74–5).

Quanto à ausência do Estado, Rodrigues (2007) aponta alguns elementos perceptíveis, sendo eles: falta ou precariedade da moradia; saneamento; estabelecimentos de ensino; tratamento de saúde; transportes coletivos; e falta de investimento para sustentar o aumento populacional. Já a presença do Estado acontece ao estabelecer as condições gerais de reprodução do capital, sendo entendido como ausência do urbano e, assim, ocultam-se as causas da perpetuação da desigualdade socioespacial.

No discurso dominante, o Estado estaria acima dos conflitos que produzem e reproduzem a desigualdade socioespacial. Neste sentido, a solução estaria no mercado e no planejamento do território urbano. Agentes tipicamente capitalistas provocaram o desenvolvimento e outros agentes (como autoconstrutores) apenas causariam problemas. Assim, “os problemas advindos da urbanização, como a segregação espacial, são tidos como causas e como desvios de um modelo de urbanização cujo pressuposto é uma cidade ideal” (RODRIGUES, 2007, p. 75). A cidade ideal, para a autora, é a dos “planejadores de prancheta”, para onde os trabalhadores desaparecem depois da jornada de trabalho.

Ainda sobre o ponto de vista de Rodrigues (2007), a desigualdade socioespacial fica visível na oposição de áreas ricas e áreas pobres, ainda que as causas, o conteúdo das crises, problemas e contradições não sejam explícitas. Nas áreas “nobres”, para além das especificidades das condições de moradia e da urbanização, predomina-se o valor de troca, já que sempre é buscado a valorização do local, mesmo para aqueles que a terra e as edificações têm também valor de uso. A autora indica, ainda, que com a expansão dessas áreas, englobam-se também áreas produzidas pelos trabalhadores. Na outra ponta, nas áreas pobres e áreas centrais “degradadas”, onde moram, trabalham e circulam os trabalhadores,

localizam-se “favelas, ocupações coletivas, cortiços, casas precárias, conjuntos habitacionais de casas/apartamentos de dimensões mínimas, edifícios precários utilizados para escolas, creches, postos de saúde, hospitais” (RODRIGUES, 2007, p. 76). Nestas áreas, a urbanização é precária e o trabalhador não desaparece após a jornada de trabalho, tornando visível a desigualdade socioespacial. Para a geógrafa, esta situação expressa também o ideário de que os problemas seriam solucionados com planejamento e com a presença do Estado na instalação de infraestrutura, equipamentos e meios de consumo coletivo. Especialmente nas áreas que foram construídas pelos próprios moradores, há o predomínio do valor de uso.

Os conjuntos habitacionais, edificados e financiados pelo Estado, “destinados à chamada população de baixa renda”, foram construídos em descontinuidade com o tecido urbano, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo. A organização dos moradores possibilitou a implantação de serviços urbanos necessários à reprodução da vida (RODRIGUES, 2007, p. 77).

Esse processo, contraditoriamente, acentua a desigualdade socioespacial, já que quando estes conjuntos são abarcados pelo tecido urbano, o preço aumenta, expulsando moradores. Isto ocorre, pois, a instalação de infraestrutura, via de regra, aumenta o preço da terra, valorizando as áreas e expulsando os trabalhadores para locais ainda mais distantes. Faz-se, portanto, a paradoxal presença/ausência do Estado. Assim, “a desigualdade socioespacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, são condição de permanência nas mesmas condições precárias” (RODRIGUES, 2007, p. 78), o que está em sintonia com o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso.

É preciso ainda compreender as características raciais da desigualdade socioespacial e, para tanto, Antonio Carlos Malachias (2006) analisa o uso diferenciado e desigual do espaço por brancos e negros. O autor parte da “assertiva” marxista de que a desigualdade no modo de produção é transmitida de uma geração para outra, mas que existe uma “linha de cor” que delimita a mobilidade socioeconômica e espacial de grupos étnicos e raciais. Ainda que não dispusesse de instrumentos jurídicos, segundo o autor, na passagem do século XIX para o XX, a construção da nação se efetivou por meio de formas estatais discriminatórias de dominação racial e, tal feito, almejava a separação social e espacial de negros e indígenas. Para o autor, as duas principais ideias fundadoras da civilidade brasileira

foram a tese do branqueamento e a louvação à mestiçagem (democracia racial brasileira), ambas pautadas no racismo científico, as quais produzem espacialidades distintas para brancos e negros. Disto, temos que:

A desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é sobretudo um fenômeno social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso da verdade, cria a interjeição social e a rejeição do outro, como no caso do racismo, onde se combinam dispositivo de desigualdade e exclusão, originário das práticas sociais, das ideologias e das atitudes que envolvem desenvolvimento (economia) e civilização (cultura) (MALACHIAS, 2006, p. 34).

Desta forma, o autor classifica o racismo em dois tipos:

- a. **Racismo individual:** crença na superioridade de uma raça sobre a outra, com sanções e comportamentos que mantêm as posições superiores e inferiores;
- b. **Racismo institucional:** extensão do racismo individual por meio do emprego e manutenção de instituições, a fim de manter uma vantagem racista. Subproduto de práticas institucionais que limitam, a partir de bases raciais, as escolhas, os direitos, a mobilidade e o acesso de grupos de indivíduos a outras posições.

A partir destas duas formas podemos avançar para o que Silvio Luiz de Almeida (2019) chama de racismo estrutural, que é um conjunto de práticas discriminatórias, institucionais, históricas e culturais dentro de uma sociedade que, frequentemente, privilegia algumas raças em detrimento de outras. O termo é usado para reforçar o fato de que há sociedades estruturadas com base no racismo, que favorecem pessoas brancas e desfavorecem negros e indígenas. O autor resume que o racismo

[...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019, p. 41).

Malachias (2006) considera que as relações étnico-raciais são rugosidades, haja vista a articulação do passado e presente, que podem produzir rugosidade físico-territorial, distinguindo-se da paisagem e nos espaços sociais, permitindo, assim, a discriminação; e também a rugosidade sócio geográfica, uma relação social ideologicamente hierarquizada (preconceito e racismo institucional), cuja situação

estrutural resulta em uma condição em que os negros não obtém melhora. Assim, desigualdade e exclusão são herdadas de relações sociais pretéritas.

Segundo o autor, estudos recentes apontam que a grande desigualdade vivenciada entre brancos e negros são oriundas do sistema educacional e do sistema ocupacional. Sobre o primeiro, o autor destaca as condições de formação escolar herdadas de pais e avós; maior evasão escolar, por conta do racismo; a necessidade de trabalhar mais cedo; e menores chances no vestibular. Já no sistema ocupacional, o autor destaca que a renda dos trabalhadores negros não ultrapassa 51% da renda dos trabalhadores brancos, de modo que a situação da mulher negra é ainda mais crítica e assevera que a desigualdade de renda não ocorre somente pelo fator educacional.

É preciso, então, compreender o desenvolvimento geográfico desigual como produto e premissa do desenvolvimento capitalista, atrelado à diferenciação e desigualdade socioespacial como condição/meio/produto desse desenvolvimento, articulando-se na tríade raça, gênero e classe.

2.3 Agentes sociais que produzem o espaço urbano

Ainda que a produção do espaço e a conseqüente produção da desigualdade socioespacial tenha uma apreensão complexa, partiremos das formulações de Corrêa (1989) para proporcionar maior nitidez ao debate em questão e avançar na análise do real. O autor pondera que o espaço urbano é ao mesmo tempo articulado e fragmentado; reflexo e condicionante social; um conjunto de símbolos e campo de lutas. Este espaço é produzido e consumido por agentes sociais concretos, num processo que reflete tanto a dinâmica de acumulação do capital e a reprodução das relações de produção, quanto os conflitos de classe que emergem desses acontecimentos. São gerados, portanto, processos e formas espaciais concernentes, que serão aqui analisadas.

Mas essas ações e processos não ocorrem em um só momento, pois a cidade de hoje é o resultado de todas as cidades que existiram antes (SPOSITO, 1988); e o espaço urbano, ao ser transformado, destruído e reconstruído, tem como produto a paisagem que o representa, que, por sua vez, é resultado da acumulação desigual

dos tempos, já que “os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção” (SANTOS, Milton, 2009, p. 54).

Corrêa (1989) distingue cinco agentes sociais produtores do espaço: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. Tendo em vista a ascensão do neoliberalismo nas últimas décadas, é preciso considerar a hegemonia atual do capital financeiro-imobiliário, que se articula com o Estado local (COBOS, 2013). Esses agentes sociais são tipos ideais e, como será observado, tais agentes podem atuar conjuntamente.

O **capital financeiro-imobiliário** está intimamente ligado ao Estado, haja vista que, no padrão de acumulação atual, a regulação a ele é mínima. Para Cobos (2013) a cidade latino-americana é planejada pelos empresários imobiliário-financeiros e de outras frações do capital, o que ocorre por uma somatória de ações concretas e vincula-se à tecnoburocracia dos governos locais. O capital imobiliário-financeiro tem uma ação diferenciada e diferenciadora no espaço urbano, já que seu interesse é construir áreas de alto padrão, voltado aos estratos de mais alta renda da cidade, produzindo para estes, espaços amplos, dotados de infraestrutura urbana e serviços urbanos. Por outro lado, pressionam o Estado para subvencionar sua ação junto às classes populares, para as quais implantam grandes condomínios, com espaços reduzidíssimos, com infraestrutura urbana ausente ou precária e sem serviços básicos. Neste caso, os habitantes desses condomínios populares precisam se deslocar em grandes distâncias para acessar serviços básicos da cidade. É esta fração de capital que se apossa dos serviços urbanos por meio das concessões e parcerias público-privadas, são estes agentes que mais facilmente produzem o “vaivém do capital” (SMITH, 1988). Podemos nitidamente encontrar em Campo Grande o capital financeiro-imobiliário produzindo condomínios de alto padrão, como o Alphaville¹⁵, no bairro Novos Estados, mas atuam também produzindo condomínios para classes populares, podendo-se destacar a MRV¹⁶. No bairro Lageado pode-se identificar características do capital financeiro-imobiliário que loteou o Parque dos Sabiás.

¹⁵ De propriedade da Alphaville Urbanismo S/A, sediada em São Paulo (SP) e que possui ações na Bovespa.

¹⁶ MRV Engenharia e Participações S/A, sediada em Belo Horizonte (MG) e com ações na Bovespa.

Os **proprietários dos meios de produção** são grandes consumidores do espaço, precisam da terra urbana como suporte de suas atividades e têm requisitos locacionais específicos às suas atividades. Isto faz com que ocupem amplas áreas, geralmente próximas às habitações dos trabalhadores e longe das residências das classes mais altas. Tendo em vista seu caráter especulativo e a busca da renda da terra por parte do capital imobiliário-financeiro, estes podem entrar em conflito com os proprietários, mas isso não é regra. Cobos (2013) apresenta o exemplo da Companhia Coca-Cola, até então uma proprietária de meio de produção, que passa a atuar no ramo imobiliário por meio da Coca-Cola Femsa. Estes agentes garantem para si, através do Estado, a separação de amplas áreas do tecido urbano, recebendo, por vezes, subsídio para sua instalação em áreas determinadas pelo poder público. Um exemplo próximo ao bairro Lageado é a JBS S/A, empresa de capital aberto, sediada em São Paulo (SP), que é proprietária de um frigorífico de grande porte há 1,5km do bairro Lageado.

Já os **proprietários fundiários**, buscam obter as maiores rendas fundiárias possíveis, de modo que buscam os usos de maior remuneração, sobretudo o uso comercial e residencial de *status* (CORREIA, 1989). Eles estão interessados na conversão da terra rural em urbana e, à medida que a primeira é mais valorizada, não se trata de um interesse pelo seu valor de uso, mas pelo seu valor de troca. A ampliação do perímetro urbano da cidade, por exemplo, garante uma grande valorização de suas terras, ainda que nenhuma infraestrutura seja instalada para isso.

A estrutura fundiária na periferia determina, então, como ocorrerá a expansão nessa área. Na produção de terra urbana há também uma ação diferenciada, de modo que, para as classes mais altas, há a possibilidade de atuação no ramo imobiliário ou de aliança, nas condições já expostas. Já para as classes populares, os loteamentos são produzidos com dimensões mínimas, como afirmamos anteriormente, e somente em áreas que não interessam ao primeiro grupo. A instituição da Zona de Expansão Urbana, na última revisão do Plano Diretor (PDDUA) de Campo Grande, em 2018, indica quais as terras rurais podem ser convertidas em urbanas a médio prazo, favorecendo os proprietários dessas terras. O bairro Lageado, por sua vez, teve início a partir do loteamento produzido por proprietários, que implantaram o Parque do Lageado em área que antes era terra rural.

O **Estado** talvez seja o agente social mais complexo, tendo em vista que pode atuar consumindo muito espaço, é um proprietário fundiário e pode ser um promotor imobiliário, sem deixar de ser o agente de regulação do uso do solo e alvo dos movimentos sociais urbanos. Até que as tendências apontem para outro caminho, hoje o Estado é o grande provedor de serviços urbanos, mas essa provisão ocorre de maneira desigual nesses espaços. O Estado não é neutro e altera-se no decorrer do tempo, pois

Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos de classe dominante que, a cada momento, estão no poder (CORRÊA, 1989).

O Estado é, portanto, um modelador do espaço urbano e atua para garantir a reprodução da sociedade capitalista, garantindo que o capital tenha a sua disposição meios para continuamente ocupar e produzir espaços. O que na aparência é falta de ação (ou de planejamento) é, na realidade, a consolidação de estratégias, seja do próprio Estado, ou de grupos que o disputam.

Os **grupos sociais excluídos** são aqueles que habitam cortiços em áreas centrais. Eles podem habitar loteamentos periféricos e precários, favelas ou conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, que geralmente são distantes do Centro. Esses agentes, no geral, não atuam como modeladores do espaço urbano, com exceção das favelas. Estas, ao serem produzidas pelos próprios moradores, em terrenos públicos ou privados, são realizadas de forma independentemente e a despeito de outros agentes, pois “a produção desse espaço é, inicialmente, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência” (CORRÊA, 1989, p. 30). À medida que a localização de cada favela tem uma lógica própria, torna-se necessária a busca por resolver questões ligadas ao acesso ao trabalho e ao local de moradia. No geral, este grupo participa precariamente da vida urbana, mas é dele que emergem possibilidades contestadoras, que estão constantemente exigindo o direito à cidade. É nesse grupo que se enquadram os movimentos sociais urbanos (GOHN, 1991), dos quais a Favela Cidade de Deus é fruto.

A ação desses agentes sociais, ou seja, suas estratégias e suas práticas, se dá, por vezes, por alianças, por interesses comuns e, em alguns momentos da história, por conflitos. O espaço urbano que temos hoje é, então, resultado de todas essas

ações, de todas aquelas que já ocorreram e grafaram o espaço; daquelas ações que estão, atualmente, alterando e produzindo espaço, bem como daquelas que se prevê que ocorram. Como essas ações são desenvolvidas de maneira diferenciada no espaço e no tempo, o que temos é a produção contínua das desigualdades socioespaciais e, estas são, como já exposto, condição-meio-produto para a produção/reprodução da sociedade.

2.4 Possibilidades de contestação

Compreendendo que as questões de classe e raça se articulam ao desenvolvimento geográfico desigual (um produto e premissa do desenvolvimento capitalista) e à diferenciação e desigualdade socioespacial (condição/meio/produto desse desenvolvimento), fica nítido que o campo de ação será a nível sistêmico. As possibilidades de contestação passam pela alteração profunda desse sistema.

Smith (1988) localiza na luta de classes o meio pelo qual o desenvolvimento desigual pode ser superado e assevera que o objetivo não é um “desenvolvimento uniforme”, mas “criar determinados padrões de diferenciação e igualização que sejam dirigidos não pela lógica do capital, mas por uma genuína escolha social” (SMITH, 1988, p. 126). Harvey (2011) segue em caminho semelhante, porém adiciona que algumas lutas populares podem não ocorrer na superfície proletária, contudo, não deixam de ser fundamentais:

É pois vital compreender que libertar a humanidade em favor de seu próprio desenvolvimento é abrir a produção de escalas e diferenças, e mesmo abrir um terreno de contestação no próprio âmbito de cada escala e de cada diferença, bem como entre escalas e diferenças - em vez de suprimi-las (HARVEY, 2011, p. 117).

E, como caminho, o autor afirma que se pode partir da própria globalização, em direção a afirmações mais universais (no sentido de direitos), tal como fizeram/fazem os zapatistas, que operam de maneira mais dialética entre o global e o local. Mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em grande medida, tornou-se letra morta em grande parte dos países (inclusive do capitalismo central), pairando sobre o mundo sem que seja aplicada. Com isto, o autor ainda aponta que não seria difícil caracterizar o neoliberalismo como “destacada violação dos direitos humanos”

(HARVEY, 2011, p. 126). Para citar apenas um exemplo, o direito à habitação costuma ser amplamente ignorado. Harvey (2011) ainda afirma que tais direitos, atualmente, poderiam levar a mudanças revolucionárias nas ordens sociais e nas economias políticas, sendo, por isso, também negligenciados. Para o estudioso, é necessário o direito ao desenvolvimento geográfico desigual, a fim de que se construa formas distintas de associação humana, caracterizadas por leis, regras e costumes diferentes, em diversas escalas. Este seria um direito humano tão fundamental quanto qualquer outro.

Faz-se, portanto, importante introduzir aqui um outro direito, diferente dos demais. Um direito superior, que contemple a liberdade; a socialização individual; o habitat e o habitar; o direito à obra e à apropriação; um direito novo, como reivindicou Henri Lefebvre (2008 [1968]): o direito à cidade. Este está entre o direito ao trabalho; à instrução; à educação; à saúde; à habitação; à vida; e se trata do direito à vida urbana. Para o autor, é por meio da sociedade urbana que o direito à cidade se materializará e isto

[...] exige uma planificação orientada para as necessidades sociais, as necessidades da sociedade. Ela necessita de uma ciência da cidade (das relações e correlações na vida urbana). Necessárias, estas condições não bastam. Uma força social e política capaz de operar esses meios (que não são mais do que meios) é igualmente indispensável (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 138).

Bianca Tavorari (2016), ao realizar uma pesquisa sobre a história conceitual do direito à cidade no Brasil, aponta que no Brasil houve um amálgama das obras de Henri Lefebvre (O direito à cidade, 1968)¹⁷, Manuel Castells (A questão urbana, 1974)¹⁸ e David Harvey (A justiça social e a cidade, 1973)¹⁹. O termo foi incorporado tanto a textos de intervenção, quanto a textos acadêmicos, como uma tentativa de organizar as lutas fragmentadas num denominador comum. A pesquisadora conclui que o direito à cidade vai “continuar a estar no centro das reivindicações populares a figurar tanto como categoria analítica quanto como horizonte de emancipação” (TAVOLARI, 2016, p. 107).

¹⁷ Lefebvre (2008 [1968]).

¹⁸ CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Trad.: Arlete Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2009. Originalmente publicado em 1974.

¹⁹ HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Trad.: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1980.

É nas lutas populares, sobretudo aquelas que ocorrem no local de moradia, que Rodrigues (2007) reconhece as reivindicações do “direito a ter direitos”, bem como as mobilizações pelo reconhecimento da função social da propriedade na cidade, inscrita no Estatuto das Cidades - Lei n. 10.257/2001 (BRASIL, 2001), a partir desses movimentos. Ainda que a função social não seja a mesma coisa que direito à cidade, ambas colaboram mutuamente. O direito à cidade, para a autora, é um germe de utopia, daqueles que produzem a cidade e querem dela usufruir; dos que produzem a riqueza, mas dela são excluídos. A utopia pelo direito à cidade não está desconectada da vida cotidiana, é antes a oposição ao que existe, exprime algo radicalmente melhor e o qual a humanidade tem por “direito”. Este direito (à cidade), opõe-se à cidade-mercadoria, aquela com predomínio do valor de troca; reivindica o valor de uso e mostra-se interdependente a todos os direitos humanos.

A luta pelo direito à cidade é luta pelo direito à vida. A construção da utopia do direito à cidade tem como meta transformar o espaço segregado, em um espaço em que diminua a opressão, exploração e espoliação, o preconceito de raça, classe, etnia e gênero. [...] A luta pelo direito à cidade não nega o mundo vivido, a desigualdade, pelo contrário, parte da vida cotidiana marcada pela hiperarência para pensar formas de ultrapassar as barreiras e as formas de opressão e de desigualdade (RODRIGUES, 2007, p. 87).

Malachias (2006) identifica o Movimento Social Negro como portador de ideias contestadoras e reivindicadoras de civilidade. Desta forma, se reconhecemos que a desigualdade não se produz naturalmente e foi historicamente construída, é preciso que ela seja ativamente desconstruída, seja por deliberação consciente, seja por meio de instrumentos políticos adequados. Aponta ainda para a necessidade da discriminação positiva, como medida de enfrentamento às desigualdades. Cabe destacar que tal apontamento é anterior à Lei de Cotas nas universidades federais (Lei Federal n. 12.711/2012) e à Lei de Cotas do Serviço Público Federal (Lei Federal n. 12.990/2014), para citar apenas duas políticas públicas de discriminação positiva.

Assim, são nos movimentos sociais, nos movimentos populares e em outras lutas da classe trabalhadora, que se encontram as contestações ao desenvolvimento geográfico desigual e às desigualdades socioespaciais, portanto, nesses espaços encontram-se também possibilidades de transformação.

3 O BAIRRO E O PLANO DE BAIRRO

Há diversas acepções sobre o que é um bairro, mas estas podem variar enormemente conforme o espaço e o tempo, ou seja, o conceito de bairro é variável por cidade, região e país, bem como se altera ao longo da história. É preciso, portanto, uma discussão teórica que esteja localizada e fundamentada em bases científicas.

Para realizar essa discussão, partiremos da tríade lefebvriana (LEFEBVRE, 2006), para, em sequência, discutir o bairro como forma urbana, a partir de José Manuel Ressano Garcia Lamas (2010) e Candido Malta Campos Filho (1992, 2010). A partir dessas discussões, foi realizado um esboço do conceito de bairro e, então, cotejamos alguns elementos da legislação municipal sobre o bairro.

Serão apresentadas algumas ideias e práticas entorno do Plano de Bairro, a partir de alguns autores brasileiros. Por fim, apresentam-se alguns Planos de Bairros tomados como referência para este trabalho.

3.1 A tríade lefebvriana

Para Henri Lefebvre (2006), o espaço tem uma lógica de homogeneidade-fragmentação-hierarquização, num contexto em que cada modo de produção organiza (produz) o seu espaço. É preciso, pois, debruçar-se sobre a tríade lefebvriana do percebido-concebido-vivido, que são dimensões da produção do espaço. Compreender o espaço como algo produzido implica não somente a produção material, mas também a produção da vida, da cultura, do modo de ser urbano (ALVES, 2019). É importante que o sujeito, membro de um determinado grupo social, passe de uma dimensão a outra e esteja por elas reunido, o que significa que nem sempre haverá coerência entre tais dimensões.

O espaço percebido está relacionado à prática espacial e articula as dimensões do concebido e do vivido. Ele engloba produção e reprodução, coloca em interação dialética, produção, dominação e apropriação. Associa-se

[...] a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares de trabalho, da vida “privada”, dos lazeres) do subúrbio²⁰, caso limite e significativo; o que não autoriza negligenciar as autoestradas e a aero política. Uma prática espacial deve possuir uma certa coesão, o que não quer dizer uma coerência (intelectualmente elaborada: concebida e lógica) (LEFEBVRE, 2006, p. 65–66).

O espaço concebido, ou a representação do espaço, está vinculada às relações de produção, ao conhecimento técnico-científico, ao planejamento, ao ordenamento e aos códigos. Estes são penetrados pelo saber (conhecimento e ideologia) e estão em constante transformação. Desta forma, este espaço é

[...] aquele dos cientistas, dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam [...] para um sistema de signos verbais, portanto elaborados intelectualmente (LEFEBVRE, 2006, p. 66).

Glória da Anunciação Alves (2019) assevera que este é o espaço normatizado, apresentado como neutro, ocultando seu planejamento, a fim de que garanta “uma estratégia de reprodução que exige, no capitalismo, não só a manutenção da desigualdade socioespacial, como, em geral, de seu aprofundamento e, ao mesmo tempo, busca o controle social” (ALVES, 2019, p. 556).

Por último, o espaço vivido é também o espaço de representação e não está necessariamente vinculado a códigos; antes estará ligado ao lado clandestino e subterrâneo da vida social. Este espaço é vinculado também àquela arte que não se define por códigos do espaço, mas por códigos do espaço de representação. Assim,

o espaço **vivido** através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos usuários, mas também de certos artistas e talvez dos que **descrevem** e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço domado, portanto suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar (LEFEBVRE, 2006, p. 66 grifos do autor).

²⁰ Habitation à loyer modéré (moradia com aluguel moderado): um tipo de habitação de custo reduzido na França e em outros países.

O espaço vivido tem origem na história de um povo e em cada indivíduo pertencente àquele povo. É carregado de simbolismos e lacunas que dão asas à imaginação. Este espaço “se vê, se fala; ele tem um núcleo afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou casa; a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto implica imediatamente o tempo” (LEFEBVRE, 2006, p. 70). Diferentemente dos espaços concebidos, os espaços vividos não seriam produtivos, exceto por obras simbólicas, por vezes únicas. O espaço vivido tem então a potência de subverter os códigos do espaço (espaço concebido) e, à revelia deste, apresentar uma prática socioespacial diversa. Essa potência

[...] pode criar espaços de representação que contenham o devir como uma possibilidade a ser criada pela *práxis*, aqui entendida como a articulação indissociável entre a teoria e a prática social. Nesse sentido, surge o novo com potencialidade que emerge da vida, talvez na sua forma mais radical, dada pela necessidade da sobrevivência, do manter-se vivo a partir do ter o que comer e onde poder ao menos dormir. Estamos falando do limite de manter-se vido em nossa sociedade (ALVES, 2019, p. 559).

Assim, uma primeira acepção que podemos ter de bairro é como “espaço vivido”, dimensão da qual os moradores mais se aproximam, de modo que sua prática espacial, ao partir dos lugares de moradia, produzem um espaço próprio, muitas vezes à revelia dos planejadores e do poder público em geral, ou seja, do espaço concebido.

Daqui em diante, nos referiremos com maior frequência ao espaço vivido, em detrimento das outras dimensões da tríade, o que não significa que tais elementos sejam ignorados. Trata-se de uma opção metodológica utilizada para demonstrar a centralidade daquilo que o espaço vivido revela, contudo, em todo e qualquer cenário, o termo estará atrelado ao espaço concebido e percebido.

3.2 O bairro e a forma urbana

No bairro, as dimensões do espaço vivido tornam-se cada vez mais evidentes, mas para além dela, é preciso debruçar-se sobre aspectos materiais que condicionam o bairro. É sobre eles que discorreremos a seguir.

Jose M. R. Garcia Lamas (2010) compreende o espaço urbano a partir de três dimensões, com suas escalas correspondentes:

- Dimensão setorial: a escala da rua;
- Dimensão urbana: a escala do bairro;
- Dimensão territorial: a escala da cidade

Se na escala da rua, que é compreendida como a menor escala da cidade, temos como elementos morfológicos característicos as fachadas e seus pormenores construtivos (o mobiliário urbano, pavimentos, letreiros, árvores, monumentos isolados e mais uma infinidade de elementos); a escala do bairro é caracterizada morfológicamente pelas ruas e praças, além de formas de escalas inferiores. Para o autor, é nesta dimensão que “existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela” (LAMAS, 2010, p. 74), de modo que

Corresponde numa cidade aos bairros, às partes homogêneas identificáveis, e pode englobar a totalidade da vila, aldeia, ou da própria cidade. A esta dimensão os elementos morfológicos terão de ser identificados com as formas a escala inferior e a análise da forma necessita do movimento e de vários percursos (LAMAS, 2010, p. 74).

Tal classificação apoia-se em Jean Tricart²¹ e Aldo Rossi²². Para o primeiro, a escala urbana pode ser compreendida pelo que tange a escala da rua, do bairro e da cidade inteira. A escala do bairro é compreendida como um conjunto de quarteirões de edifícios, ruas, praças etc. Rossi baseia-se em Tricart e compreende as mesmas três escalas; entretanto, para Rossi, a escala da cidade é considerada como um conjunto de bairros.

Por outro lado, na tradição sociológica são adotados três níveis de apreensão na escala intraurbana: a unidade de vizinhança; o bairro; e o setor geográfico. Nos anos 1990, Candido Malta Campos Filho (1992) amparava-se no conceito de “unidade de vizinhança”, de modo que cada bairro da cidade, seria uma unidade, o que aparece resumidamente na seguinte passagem: “[...] a única solução seria paralisar o crescimento urbano e dividir as grandes cidades em unidades de vizinhança, pensadas como cidades completas: as pequenas, ou tão pequenas quanto possível, cidades-jardins” (CAMPOS FILHO, 1992, p. 90). Com esta ideia, o autor transparece

²¹ TRICART, Jean. **Cours de Géographie Humaine – II Partie – L’Habitat Urbains**, Paris: Centre de Documentation Universitaire, 1963.

²² ROSSI, Aldo. **L’Architettura della Citta**. Milão: Città studi, 2006.

que é necessário garantir a ordem, atrelada a qualidade de vida, eficiência produtiva e crescimento dinâmico. Para o urbanista, é a partir das limitações do sistema viário e de transportes que devem ser erigidas as propostas, para que se extraia o máximo delas. O único sistema capaz de oferecer uma base sólida para o desenvolvimento urbano seria o de transporte coletivo, nas suas modalidades mais diversas.

Mais recentemente, Campos Filho (2010) desenvolveu o conceito de **unidade ambiental de moradia**, que pode ser compreendido como um desenvolvimento do conceito de unidade de vizinhança. Esse conceito

Consagra essa diretriz como unidade territorial de um estilo de morar, pelo qual as energias físicas e emocionais gastas na luta pela vida durante o trabalho são recompostas no espaço de morar, propiciada essa recomposição pela tranquilidade do local onde se mora. [...] E este espaço de morar, ao invés de estar confinado no espaço interno do lote – mesmo que este inclua algum espaço livre, verde quando possível e desejado pelos moradores – **se espraia para o espaço de uso coletivo da rua, da praça (quando existe) e dos parques (estes muito raros nas cidades brasileiras)** (CAMPOS FILHO, 2010, p. 23–24, grifo do autor).

Tal como no conceito anterior, cada bairro deve ser considerado como uma unidade ambiental de moradia, contudo nota-se que aqui não se almeja que o bairro seja uma pequena cidade dentro de uma grande cidade, mas algo distinto. Há um salto qualitativo. Destaca-se que os mesmos elementos significativos da escala do bairro, de Lamas (2010), reaparecem aqui; porém não como exteriores, mas como parte integrante do espaço do “morar”. A unidade ambiental de moradia seria uma extensão do espaço do morar.

Com as unidades ambientais de moradia, busca-se a criação de ilhas de tranquilidade, que subvertam a lógica caótica e desgastante das grandes cidades, de modo que sejam criados níveis graduais de tranquilidade no espaço de uma cidade. Para criar essas ilhas, para o autor, é preciso controlar o fluxo de veículos no interior do bairro, impedindo o fluxo de passagens interbairros. Essa redução só seria possível por meio da combinação entre desenho urbano e ampliação do transporte coletivo. Para o pesquisador, “o que exclui socialmente o convívio enriquecedor urbano é o uso excessivo do automóvel, depredando a qualidade ambiental” (CAMPOS FILHO, 2010, p. 35).

Esses espaços, necessariamente, precisariam romper com a lógica de encerramento e enclausuramento dos moradores em pequenos lotes, juntos a

diversos equipamentos de segurança. Visualizamos nessas propostas uma tentativa de (re)conectar a casa, a rua, a praça, enfim, o bairro como um todo, de modo que o ato de morar não se restrinja somente a casa (ou lote).

3.3 Bairro: o esboço de um conceito

O bairro pode ser compreendido como uma escala intermediária na cidade e, conforme apresentado anteriormente, nos referimos à escala enquanto tamanho espacial e conceitual (CORRÊA, 2012). Isso não significa que o bairro pode ser tomado de maneira isolada, apartado da totalidade do urbano. A formação socioespacial do bairro reflete e condiciona a formação da cidade, ao mesmo tempo em que possui um certo grau de independência, não prescindindo a cidade para sobreviver. O bairro articula localização, reconhecimento, pertencimento e é uma unidade administrativa urbana (REBOUÇAS, 2019).

Nem sempre os limites, concebidos por leis, convergem com os limites percebidos, vividos e imaginados por seus moradores e trabalhadores. Kevin Lynch (2005 [1960]) investiga a cidade enquanto espaço sentido e vivido. Os moradores de uma cidade formam imagens mentais de seus arredores a partir de cinco elementos básicos, sendo um deles, o bairro (*district*). Nos termos de Lynch (2005 [1960], p. 58),

os bairros são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas em que o observador penetra (“para dentro de”) mentalmente e que reconhece como tendo algo de comum e de identificável.

Ou seja, podem ser identificados internamente ou externamente, ainda que o autor considere as diferenças de percepção entre indivíduos. Os bairros caracterizam-se por “continuidades temáticas” e, ainda que com variação, tem como componentes: textura, espaço, forma, detalhe, símbolo, tipo de edifícios, costumes e atividades; habitantes, estado de conservação e topografia (LYNCH, 2005 [1960], p. 79). Os limites dos bairros deveriam permitir uma percepção de quando se está adentrando ou saindo destes espaços, não havendo a necessidade de delimitação formal. Essa percepção passa pela existência de limites físicos; composição social; usos, predominantes ou não, do lugar. Nesse sentido, os limites formais poderiam se dar

por fronteiras ligeiras ou incertas, já que não são eles, propriamente, que definem o bairro.

Dentre outros autores que trabalham com o conceito de bairro, apontados por Marcelo Lopes de Souza (1989), destaca-se Guilherme Velho (1973)²³, cujas ideias defendem que, para haver uma individualização do bairro, devemos partir de considerações funcionais, tais como a presença e especialização de atividades, ritmos e tipos de trabalho; bem como questões fisionômicas (ou paisagísticas), levando em consideração a ocupação histórica do local em relação ao meio natural. Nota-se que o bairro, para Velho, reúne não somente forma (tamanho e morfologia urbana), mas também função, de modo que é materializado nesta unidade territorial um conjunto de aspectos e relações. Para os sociólogos urbanos culturalista²⁴, nas figuras de Raymond Ledrut e Paul-Henry Chombart de Lauwe, a realidade do bairro está relacionada à qualidade de seus habitantes e às relações entre eles, pois:

O esforço de conceituação do bairro associou-se a uma estipulação da escala espacial a que se vinculam certas relações sociais, que preenchem e animam (“anima”: alma) o Espaço-bairro. Quer dizer, a individualidade de um bairro no seio da urbe seria definida por uma certa coesão social e pela abrangência de uma vida de relações orgânicas e associada ao Espaço particular do bairro, à sua escala (SOUZA, 1989, p. 144).

O bairro, para os culturalistas, seria a reunião de unidades de vizinhança, que o compunham. O bairro seria, portanto, uma “área natural”. A estas formulações, Souza (1989) aponta algumas fragilidades, tais quais a negligência das dimensões econômicas e políticas. Na década de 1970, os marxistas, nas figuras de Henri Lefebvre e Manuel Castells, fariam uma crítica ao ecologismo/naturalização nestas análises, trazendo elementos sobre o modo de produção capitalista, em especial os rebatimentos da divisão territorial do trabalho; todavia, os autores mais comprometidos com a orientação economicista deram predominância à determinação econômica, inverteram a fórmula existente, saindo do “bairro sem conflitos [culturalistas] para o conflito sem bairros [marxistas economicistas]” (SOUZA, 1989, p. 147).

²³ VELHO, Guilherme. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

²⁴ Maneira como Souza (1989) chama o que ficou conhecido como “Escola de Chicago”.

Tendo em vista essas ressalvas, são importantes as ponderações que o marxista heterodoxo traz. Para Henri Lefebvre (1978) existe uma “ideologia do bairro” por parte dos culturalistas (sociólogos e planejadores urbanos). Desta concepção (ou ideologia) decorre um problema de escala, limitando a análise e o campo de ação somente ao espaço do bairro. Para o autor, a ideologia do bairro é uma ideologia do comunitário e, como tal, “se transforma em idealismo político, y un tipo ideal de vida social en utopía democrática” (LEFEBVRE, 1978, p. 198). O único processo científico capaz de definir o bairro em seus limites, em seus graus de realidade, passa pela ideia de cidade como **totalidade**, “no como conjunto de elementos o colección de los aspectos (y en consecuencia en la sociedade como un todo superior a las formas, a las estructuras y a las funciones) que engloba” (LEFEBVRE, 1978, p. 199).

Destacamos que é preciso uma articulação entre escalas para compreender o bairro, haja vista que o desenvolvimento geográfico desigual ocorre por produção de escalas (HARVEY, 2011; SMITH, 1988). Carlos (2007) aponta que a diferenciação socioespacial se expressa em cada uma das escalas e entre elas. Lefebvre (1978), por sua vez, aponta que os bairros têm três tipologias: os que se mantêm, os que se consolidam e os que desaparecem. Assim,

El barrio es una forma de organización concreta del espacio y del tiempo en la ciudad. Forma cómoda, importante, pero no esencial; más coyuntural que estructural. Las relaciones del centro urbano con la periferia son un factor (una variable) importante. Pero no es el único. (LEFEBVRE, 1978, p. 200).

Para o autor, o bairro tem alguns níveis de realidade definido pela sociologia: a) lugar de sobrevivência; b) unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas é necessária; c) constitui-se de relações interpessoais mais ou menos duradouras e profundas, um microcosmo que o pedestre percorre no tempo e no espaço, a pé.

Para contrapor à ideia “bairro sem conflito e conflito sem bairro”, Souza (1989) propõe uma visão holística para essa unidade espacial, englobando a base econômica e as dimensões simbólicas, afetivas e culturais. O autor assevera que a noção popular de bairro é fluida e evolui, porém não se pode ignorar que as mudanças decorrem de transformações nos processos sociais objetivos, para além de mudanças de percepção. Então “o bairro, qualquer bairro, é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, e estas duas dimensões interpenetram-se e condicionam-

se uma à outra ao longo do processo histórico” (SOUZA, 1989). O bairro carrega também identidade, distinguindo-se dos demais, visto que nele se faz presente o espaço vivido e sentido, observando-se a necessidade de empatia em seu seio. À simpatia, afeição e apego ao bairro, o autor chama de “bairrofilia”, em alusão à ideia de topofilia de Yi-Fu Tuan²⁵. Nesse sentido:

As pessoas inconscientemente ou conscientemente sempre “demarcam” seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo interiores e exteriores (SOUZA, 1989, p. 150).

Souza pontua que devem ser evitadas quaisquer circunstâncias em que os bairros sejam **coisificados** (onde predomina o objetivismo), ou **fantasmagorificados** (predomínio do subjetivismo), isso porque os bairros carregam um conjunto de significados, elementos subjetivos/intersubjetivos e elementos objetivos.

A noção de bairro é mutável e varia também a partir de cada indivíduo, assim, para alguns, o bairro representa a casa e as ruas onde cresceram; as escolas que frequentaram; paisagens familiares; e para outros é o espaço onde possuem imóveis, cuja funcionalidade é propiciar renda. A representação do bairro varia entre aqueles que tem (na casa, bairro e cidade) o valor de uso como predominante e aqueles que tem, em certa medida, conforme Rodrigues (2007), o valor de troca como predominante.

O bairro, para Souza (1989), é o local do conflito; é o lugar dos ativismos de bairro e do campo de ação dos movimentos sociais urbanos, ainda que na tradição culturalista tal perspectiva seja obliterada. O bairro, para ele, é o centro do interesse cotidiano.

3.4 A legislação urbana e o bairro

Ainda que o Estatuto da Cidade – Lei n. 10.257/2001 (BRASIL, 2001) não privilegie os bairros, podemos encontrar na legislação urbanística de Campo Grande/MS alguns apontamentos.

²⁵ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad.: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

A Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUS) – Lei Complementar n. 74/2005 (CAMPO GRANDE, 2005)²⁶, trouxe a atual divisão de bairros de Campo Grande, que foi adotada pelos Planos Diretores, elaborados posteriormente a ela. Segundo esta Lei, em seu Art. 4º, Inciso VIII: “bairros – são áreas pertencentes às Regiões Urbanas organizadas para qualificar as condições de trabalho, circulação, recreação, moradia e as relações de cooperação em todos os tipos de atividades de vizinhança” (CAMPO GRANDE, 2005). Assim, é nítido que os bairros, de acordo com a referida Lei, não constituem apenas um aspecto administrativo, alcançando outros sentidos da vida urbana. As Regiões Urbanas (Art. 4º, Inciso LIII), “são porções do território urbano referenciais para a descentralização das ações de planejamento e administração”.

O atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA, instituído pela Lei Complementar n. 341/2018 (CAMPO GRANDE, 2018) mantém a definição de bairro trazida na Lei de Uso e Ocupação do Solo; entretanto, traz algumas inovações no que tange aos instrumentos de planejamento e de participação. O maior destaque fica para o reconhecimento do Plano de Bairro, que será tratado em seção específica.

Há avanços também em relação à atuação da comunidade e ao controle social (ao menos formal), já que além dos Conselhos Municipais (da Cidade; de Meio Ambiente; de Desenvolvimento Rural Sustentável; e da Pessoa com Deficiência), foram instituídos os Conselhos Regionais e estes contam com Câmaras de Bairros. Ambos devem subsidiar o Conselho da Cidade (CMDU) em assuntos de planejamento urbano e orçamento. As Câmaras de Bairro devem passar por regulamentação da organização e funcionamento, por parte do Poder Executivo.

Os Conselhos Regionais têm caráter consultivo e propositivo, composto por representantes de entidades que atuam na respectiva Região Urbana, segundo as seguintes atribuições:

- I – acompanhar a aplicação das diretrizes do Plano Diretor e demais legislações pertinentes, sugerindo modificações e prioridades, inclusive no que se refere às obras e serviços;
- II – acompanhar a discussão do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual;

²⁶ Esta lei encontra-se em revisão atualmente, sendo debatida no Conselho da Cidade (CMDU) e recentemente foi instituído um Grupo Técnico, pela Prefeitura de Campo Grande, com essa finalidade.

III – acompanhar e monitorar os Planos de Bairro, que serão elaborados pela PLANURB (CAMPO GRANDE, 2018).

É notório que falta aos Conselhos Regionais (e outros também) o caráter deliberativo, tornando-se possível questionar se, de fato, há uma descentralização da administração pública, nos termos propostos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.

É preciso, pois, ressaltar que uma definição possível para bairro, em Campo Grande, é de um conjunto de loteamentos. Essa é uma característica específica da cidade, oriunda do próprio processo de criação de bairros pela LOUS. Assim, diferentes loteamentos foram reunidos sob um mesmo nome (geralmente o nome do maior loteamento), dando a esse ajuntamento a configuração de bairro. Por meio deste processo, observa-se que um mesmo bairro (formal) é capaz de receber uma população diversa, sendo muitíssimo comum que os moradores definam como “seu bairro” o loteamento em que vivem.

Desta forma, os loteamentos selecionados por nossa pesquisa comumente são chamados de bairros; e, para se referir ao bairro oficial (nos termos da LOUS e PDDUA), os moradores o chamam de “Região do Grande Lageado”.

3.5 Plano de Bairro

Sendo o bairro uma forma urbana, uma unidade político-administrativa e, sobretudo, um espaço em que desaguam conflitos do cotidiano (da reprodução da vida, da produção e reprodução do capital) torna-se, portanto, um lugar para onde convergem disputas e lutas. Nesse cenário, a figura do Plano de Bairro surge como um sintetizador desse processo conflituoso; ele pode ser um mediador e apaziguador dos conflitos, mas pode ser também potencializador desses, a depender de quem o conduz e seus respectivos interesses. Passemos então a uma pequena exposição desse instrumento.

Na última revisão, o PDDUA, de Campo Grande, passou a incluir a figura do Plano de Bairro no ordenamento jurídico e urbanístico, previsto no artigo 137, como instrumento de planejamento participativo dos bairros (CAMPO GRANDE, 2018). Os Planos de Bairro devem ser elaborados com participação dos moradores, lideranças comunitárias, Poder Executivo Municipal e instituições de ensino superior, desde que

sob o comando da Agência Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (PLANURB). Estão descritos no PDDUA:

Art. 137. – Os Planos de Bairro – PB são instrumentos de planejamento participativo dos bairros e têm por objetivo estudar e compreender a realidade econômica-social, cultural e urbanística na escala do bairro, onde serão dimensionados e localizados os equipamentos comunitários e urbanos, as infraestruturas urbanas, as centralidades, as atividades econômicas essenciais necessárias, sempre elaborados com a participação dos moradores, lideranças comunitárias, Poder Executivo Municipal e instituições de ensino superior.

§ 1ª – Os PB's terão finalidade de definir as condições de intervenção e instrumentos de incentivo a fim de estabelecer o planejamento e o controle social local e para promover melhorias urbanísticas, ambientais, paisagísticas e habitacionais na escala local por meio de ações, investimentos e intervenções previamente programadas (CAMPO GRANDE, 2018).

Os planos devem ser elaborados pela PLANURB e apreciados pelo Conselho Regional concernente, passando pelo CMDU. O PDDUA ainda prevê que em 12 meses, a partir da vigência da lei, eles deveriam ser submetidos ao Poder Legislativo Municipal, o que não se efetivou.

Conforme afirmamos anteriormente, os Planos de Bairro têm uma ampla abrangência, ultrapassando elementos meramente urbanísticos. Cabe destacar que, estando a cargo da PLANURB, a elaboração dos planos deve definir os procedimentos, tendo por consequência provável que os Planos de Bairro reflitam os interesses e necessidades do poder público municipal. Fica em aberto, contudo, qual a real participação dos moradores do bairro nesse processo.

A figura do Plano de Bairro não é um elemento novo, Laila Nazem Mourad²⁷ (2012, apud REBOUÇAS; MANZI; MOURAD, 2019) aponta que os primeiros exemplos de planejamento urbano na escala do bairro remontam à 1947, com o padre Lebret e a Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas (SAGMACS), quando foram realizados estudos para bairros da cidade de São Paulo. Já na década de 1970, a tentativa da Prefeitura do Rio de Janeiro em intervir no bairro Catumbi, em função do bairro não atender a padrões urbanísticos, ensejou uma mobilização que culminou

²⁷ MOURAD, L. N. **Bairros na metrópole: uma escala de política, de direito e experiência**. Programa Nacional de Pós-Doutorado/CAPES. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. (Relatório de pesquisa, sob coordenação da Profa. Dra. Ana Fernandes).

na elaboração de um Plano de Bairro, com enfoque na apropriação e uso das áreas coletivas e de lazer. Na sequência, foram realizados Planos de Bairro em Salvador (BA). É possível que, nessa cidade em específico, o instrumento do Plano de Bairro venha sendo aplicado com maior intensidade.

A partir dos anos 2000 a utilização dessa ferramenta passa a ser mais corrente, destacando-se o Plano Popular da Vila Autódromo (AMPVA, [s. d.]), no Rio de Janeiro (RJ), que se trata de uma contraproposta ao projeto da Prefeitura de remoção do bairro como parte das obras para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. Destaca-se também o trabalho de Salgado e Salgado (2011, 2012) no Plano de Bairro de Perus, em São Paulo (SP).

Em seu livro “Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil” (1992), Campos Filho traz uma visão bastante objetiva do motivo pelo qual se fazer o planejamento de bairros. Para o estudioso, este

[...] visa, antes de mais nada, fazer com que o seu habitante adquira o controle de seu bairro de moradia. Ao analisar as condições de vida de seu bairro e seus condicionantes, seu morador ou usuário será necessariamente levado a pensar o conjunto da cidade (CAMPOS FILHO, 1992, p. 113).

Essa é uma ferramenta capaz de fazer com que o morador possa superar a visão da rua, ou de trechos da rua, e, assim, intervir em escalas cada vez mais crescentes. Em obra mais recente, intitulada “Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade” (2010), Campos Filho detalha mais a fundo como seria esse processo, de modo que:

[...] o cidadão não conseguirá sozinho desenvolver os trabalhos necessários para que um plano de bairro seja feito. Só a união de moradores em torno das entidades representativas do bairro lhe dará condições materiais e de representatividade para desenvolver proposições com condições de aceitabilidade pelo poder público (CAMPOS FILHO, 2010, p. 99).

Fica demarcado, portanto, quem são os protagonistas do processo de planejamento de um bairro: seus moradores. É preciso instrumentalizar os moradores para que estes conduzam esse processo, a fim de que a equipe técnica cumpra um papel de assessoramento, o que não significa, certamente, estar alheio ao processo ou ignorar seu conhecimento.

De maneira mais prática, o Prof. Candido Malta Campos Filho coordenou a equipe técnica no Plano de Bairro do Distrito de Perus (São Paulo, SP). A elaboração de tal plano ocorreu de maneira participativa, na Zona Norte paulistana.

Elisabeth Carvalho de Oliveira Salgado e Francisco Guilherme de Almeida Salgado (2011) consideram que o Plano de Bairro, na escala local, é a primeira instância de participação da população no planejamento da cidade, por meio do qual o morador é capaz de ir além da sua própria residência. Para os autores, trata-se um modo do cidadão se comprometer com a construção da cidade e de tratar os problemas da cidade de maneira integral. Assim,

O Plano de Bairro dá os instrumentos para a apropriação do espaço urbano pela população, garantindo por parte dela maior poder sobre seu território, que se dá através de debate sobre a cidade, que se inicia primeiramente na instância local, para ganhar força na escala do Plano Diretor da Cidade (SALGADO; SALGADO, 2011, p. 9).

A proposta se estrutura a partir de **unidades ambientais de moradia (UAM)**, buscando a criação das “ilhas de tranquilidade”. A partir delas, os moradores poderiam exigir que se complete a infraestrutura urbana e os equipamentos comunitários, objetivando preparar o bairro para o futuro.

Os processos participativos de planejamento urbano, buscam envolver os moradores em todas as etapas de planejamento, visam romper a lógica da centralização e da imposição de decisões por parte do poder público. Assim, busca-se o planejamento da menor escala para a maior, em que é fundamental o compartilhamento de decisões entre a sociedade civil e o Estado, na busca de soluções eficazes, que incidam no cotidiano da vida urbana.

É preciso observar mais detalhadamente os processos de participação, haja vista que ele dificilmente acontecerá sem contradições. Neste sentido, ao discorrer sobre o planejamento e gestão urbanos (PGU), Marcelo Lopes de Souza (2010) distingue o grau de abertura em relação à participação popular, sob diferentes abordagens de PGU, numa escala de situações elaborada a partir de Sherry Arnstein (1969)²⁸, sintetizada na Figura 1:

²⁸ ARNSTEIN, Sherry. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, julho, 1969.

Figura 1 - Da não-participação a participação autêntica: uma escala de avaliação



Fonte: Marcelo Lopes de Souza (2010, p. 207).

O autor assevera que as situações 1 e 2 configuram-se como não-participação; as situações 3, 4 e 5 são denominadas de pseudoparticipação; a participação autêntica, portanto, ocorreria somente nas situações 6, 7 e 8.

Detalhemos de início as situações que se configuram como pseudoparticipação. No primeiro caso, onde ocorre apenas a informação sobre uma ação pretendida pelo Estado, ela varia de acordo com a cultura política e grau de transparência do jogo político. As informações podem ser menos ou mais completas, e menos ou mais “ideologizadas”. Ainda que ocorra um avanço quanto a situação anterior, não há qualquer garantia de que a “participação” da população incidirá na atividade de planejamento, pois não há controle efetivo por parte dos moradores atingidos por esta atividade. Quanto a cooptação, diz respeito a uma coletividade, a partir dos indivíduos ou líderes, de modo que “a população, por meio de líderes selecionados e/ou dos canais ‘participativos’ permanentes criados é ouvida, mas como no caso da consulta, a participação não é, a rigor, deliberativa” (SOUZA, 2010, p. 204). Essas três formas resultam na falta de poder decisório dos moradores em

relação ao planejamento urbano, culminando na não participação ativa nas intervenções urbanas que os atingem. Essas situações acabam diferindo apenas na forma de situações de não-participação.

Essa situação é diferente quando ocorre a participação autêntica. No caso da parceria, há um diálogo com razoável transparência entre o poder público e a sociedade civil organizada, assim, a implementação de políticas públicas e intervenções ocorrem num ambiente de colaboração. A delegação de poder vai mais além à medida que o Estado abdica de algumas de suas prerrogativas exclusivas em nome da coletividade; há aqui elementos da democracia direta, ainda que não em totalidade. Esses dois casos ilustram situações em que há cogestão entre Estado e sociedade civil; e podem ocorrer nos marcos do capitalismo e da democracia representativa. Por fim, para que ocorra a autogestão é preciso que o Estado esteja ausente, ou seja, pressupõe-se uma sociedade autônoma, quando é possível aproximar-se dela por meio de processos auto gestionários marginais. Essas formas permitem o exercício do planejamento urbano de maneira democrática, sendo possível que, de fato, os moradores sejam os protagonistas de atividades de planejamento urbano.

A realização de um Plano de Bairro radicalmente democrático requer, portanto, mais do que o preparo adequado da equipe técnica (o que também é importante), pois exige um profundo envolvimento da comunidade, de modo que os moradores sejam os sujeitos de toda atividade planejadora. Há também a necessidade de que o poder público esteja disposto a trabalhar em parceria e cooperação, ou que delegue suas funções à comunidade. É necessário frisar que, não havendo disposição para isso, podem os próprios moradores e equipe técnica atuarem nas margens do sistema, planejando e produzindo seu espaço a despeito do Estado.

É possível observar ainda alguns limites dos Planos de Bairro, no que tange a materialidade das desigualdades socioespaciais, para, com isso, responder a uma das perguntas realizadas no início deste trabalho (página 16). Num cenário em que as diferenciações socioespaciais são expressas com negatividade, estas, como já apontadas, possuem agentes concretos, que produzem e consomem o espaço urbano. Para Corrêa (1989), ainda que o espaço urbano seja transformado, ele continua fragmentado e articulado; reflexo e condicionante social e “a desigualdade socioespacial também não desaparece: o equilíbrio social e da organização espacial

não passa de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia” (CORRÊA, 1989, p. 11–2).

Como anteriormente apontado, as desigualdades socioespaciais são fruto do desenvolvimento geográfico desigual e, para que sejam alteradas, é preciso atuar diretamente sobre estas. Contudo, uma mudança nesse quadro acontecerá apenas nos marcos das lutas de classes, não se restringindo às lutas proletárias, mas abrangendo as demais lutas populares, como já apontado na subseção 2.4 - Possibilidades de contestação. Assim, os Planos de Bairro, compreendendo as desigualdades socioespaciais, devem considerar aquilo que Harvey (2011) chamou de direitos de desenvolvimento geográfico desigual, portanto uma diferenciação não traduzida em negatividade. Ou seja, é possível que o bairro possua elementos que o tornem radicalmente diferente de outros bairros, mas que não o tornaria desigual.

Compreendemos que sob a égide da produção capitalista do espaço (e da cidade), o planejamento urbano não possui força suficiente para eliminar as desigualdades socioespaciais, ainda que consiga identificar muitos dos seus efeitos. De outra forma, não é possível, nestes marcos, que as desigualdades socioespaciais sejam reduzidas sem uma efetiva redistribuição de riquezas.

Por outro lado, o Plano de Bairro pode ser uma ferramenta da luta de classes, uma forma-processo, que aglutine e sintetize as disputas e conflitos a partir do local de moradia. Com isto, a formulação do Plano de Bairro seria parte de um processo maior de construção e mobilização política; seu objetivo não seria o de apenas registrar as carências e indicar ao poder público possíveis ações, mas sim de uma tomada de consciência coletiva, a partir da espacialidade que os envolve.

Nesses marcos, o Plano de Bairro, para além da sua forma jurídica, assumiria um conteúdo político, que cunharia as reivindicações dos moradores, sobre o bairro, que não estariam desconectadas de outras reivindicações mais amplas. Tal como exposto, para Henri Lefebvre (2008 [1968], p. 138), a materialização do direito à cidade, “exige uma planificação orientada para as necessidades sociais”, sendo capitaneada por uma força social e política preparada para isso.

Na prática, em Campo Grande, a PLANURB, responsável, segundo o PDDUA, pela elaboração dos Planos de Bairro, lançou, em caráter de teste, um “questionário participativo”, como parte da elaboração de Planos de Bairros, no intuito de que cada entrevistado responda sobre o bairro em que mora. Logo no início do questionário

está descrito que ele tem por objetivo coletar a percepção dos moradores, buscando então compreender como os moradores esperam que seja seu bairro no futuro. Por meio de 22 perguntas, quase todas de múltipla escolha, os moradores são direcionados a responder alguns questionamentos mais subjetivos (como aspectos de bairro ideal) e outros completamente objetivos (como quais equipamentos precisam de investimento).

É sobre essa base conceitual e teórica, que seguiremos apresentando alguns Planos de Bairro de referência, que funcionem como norteadores deste trabalho e que se constituem num estudo para a realização de Plano de Bairro. Não será apresentado, portanto, um Plano de Bairro pronto e acabado, pois este poderia apenas ser realizado com protagonismo dos moradores do bairro Lageado. Entretanto, serão apresentados parâmetros que possam ser adotados pelo Plano de Bairro, elaborados com base no diagnóstico apresentado no capítulo seguinte.

3.6 Referências de planos de bairro

Planos de Bairro de referência:

1. Plano Popular da Vila Autódromo (Rio de Janeiro, RJ)

Planejamento Conflitual, no contexto das obras da Copa e Olimpíadas. Carlos Vainer, Regina Bienenstein, Giselle Megumi Martino Tanaka, Fabricio Leal De Oliveira e Camilla Lobino (2013) escreveram sobre esse processo de planejamento.

2. Plano de Bairro 2 de Julho (Salvador, BA)

Planejamento insurgente, no contexto de remoções, intervenções da Prefeitura de Salvador e investimentos privados (turismo) no bairro. O Plano de Bairro foi conduzido pelo grupo de pesquisa Lugar Comum (FAUFBA), sob coordenação da Profa. Dra. Ana Fernandes. Thais de Miranda Rebouças, Maya Manzi e Laila Nazem Mourad (2019) escreveram sobre esse processo de planejamento.

3. Casa Amarela Saudável e Sustentável (Recife, PE)

Planejamento insurgente, no contexto de alterações no sistema viário, quando a velocidade das vias do bairro foi alterada pela prefeitura. O Plano de Bairro surgiu a

partir da mobilização de moradores e recebeu apenas apoio pontual de universidades de Recife (UPE e UFPE). Thais de Miranda Rebouças, Maya Manzi e Laila Nazem Mourad (2019) escreveram sobre esse processo de planejamento.

4. **Plano de Bairro do Distrito de Perus** (São Paulo, SP)

Planejamento participativo conduzido pelo Professor Candido Malta Campos Filho (FAUUSP). Elisabeth Carvalho de Oliveira Salgado e Francisco Guilherme de Almeida Salgado publicaram sobre o processo.

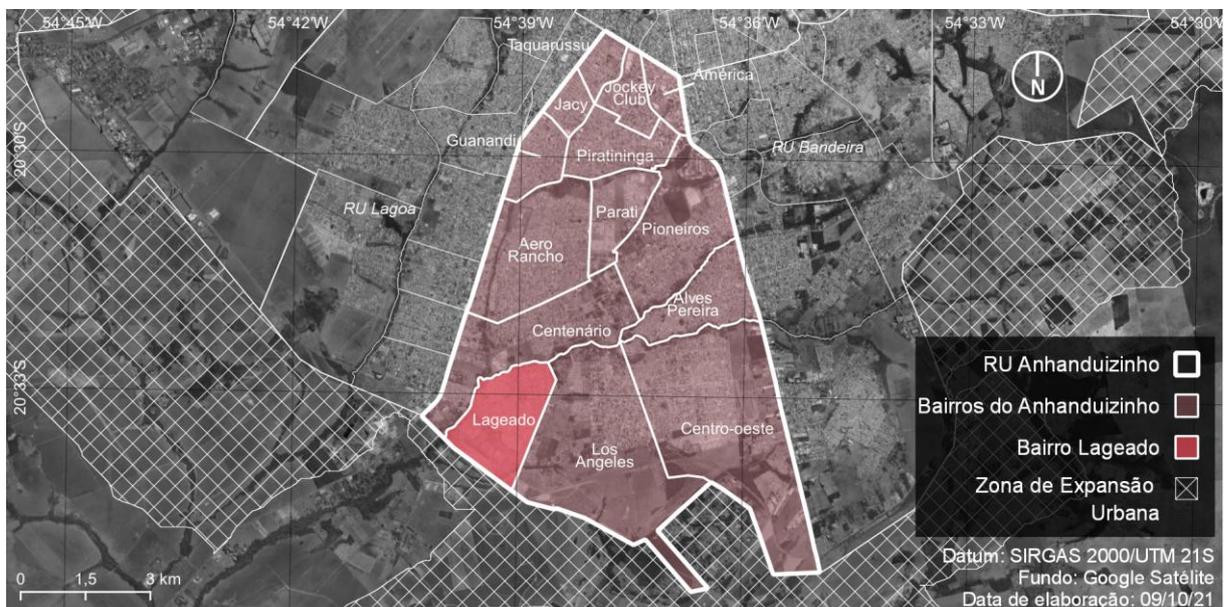
4 O GRANDE LAGEADO

4.1 O bairro na cidade

A cidade de Campo Grande está dividida em sete Regiões Urbanas (RU), cada uma com o nome do principal curso d'água da RU. Estas regiões estão divididas em bairros, totalizando 74 bairros, e cada bairro tem seus próprios loteamentos, ainda que existam áreas não loteadas. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), Lei Complementar nº 341, de 4 de dezembro de 2018 (CAMPO GRANDE, 2018), trouxe ainda um novo elemento, a Zona de Expansão Urbana, que contorna o Perímetro Urbano e tem regras especiais de uso e ocupação, possuindo simultaneamente atribuições urbanas e rurais.

A Região Urbana do Anhanduizinho possui 14 bairros, que podem ser observados no Mapa 2, com destaque para o bairro Lageado. Ainda que o conceito de região exija semelhanças internas na perspectiva socioespacial, esta região urbana é bastante diferenciada e desigual, como será observado à frente. Conforme afirmamos anteriormente, esta região é a 2ª maior em área, possui o maior número de bairros e tem a maior população absoluta.

Mapa 2 - Região Urbana do Anhanduizinho e seus bairros



Fonte: PDDUA (CAMPO GRANDE, 2018), elaboração própria.

O bairro Lageado está localizado na periferia sudoeste da cidade, às margens do Macro Anel Rodoviário (BR 060/262) e internamente está dividido em 6 loteamentos: Parque do Lageado, Dom Antônio Barbosa, Parque do Sol, Jardim Colorado, Parque dos Sabiás e José Teruel Filho (SISGRAN, 2020a). Além disso, há duas favelas: Cidade de Deus e outra às margens do Rio Anhanduí²⁹. Há uma grande parcela do bairro que não faz parte dos loteamentos apontados, que estão ocupados

Mapa 3 - Bairro Lageado e seus parcelamentos



Fonte: PDDUA (CAMPO GRANDE, 2018), IBGE (2020) e autor (2021).

²⁹ O IBGE as nomeia como Aglomerados Subnormais (ASN) e, amparado na realidade do bairro Lageado, estes termos serão tratados como sinônimos, tendo em vista a imprecisão do conceito adotado pelo IBGE. A ideia de ASN também é vaga ao não precisar qualitativamente o que compõe um aglomerado subnormal. Para uma discussão sobre o assunto, ver Roberto Antero Silva (2014).

por equipamentos e empreendimento ligados à rota de resíduos e ao tratamento de esgoto. O bairro Lageado pode ser observado em maior detalhe no Mapa 3.

Tendo analisado os aspectos mais gerais e de localização, passaremos a uma exposição mais detalhada dessa parte do espaço urbano campo-grandense. O bairro Lageado, por sua posição e pelos serviços urbanos que abriga, cumpre a função de receber e processar os resíduos sólidos urbanos da cidade (e de outros municípios), além de receber o esgoto de boa parte da área urbana. Isso proporciona um rebatimento tanto na composição social do lugar, como na produção do espaço urbano.

4.2 Evolução urbana e agentes sociais produtores do espaço urbano

Para compreendermos como o bairro Lageado se estrutura atualmente, e como ele se relaciona com o restante do espaço intraurbano campo-grandense, é preciso avaliar alguns de seus antecedentes. Não se trata de uma análise puramente histórica, mas de compreender como se deu a evolução urbana do bairro, bem como foram realizadas as ações de alguns dos agentes sociais produtores do espaço urbano.

Campo Grande teve um expressivo crescimento populacional entre as décadas 1960 e 1991, culminando na expansão urbana da cidade, como pode ser observado na Tabela 1³⁰. A população saltou de aproximadamente 75 mil pessoas em 1960 (MORO, 2016) para 518.687 em 1991 (SISGRAN, 2021), o que provocou sucessivas ampliações do perímetro urbano, as quais podem ser observados no Perfil Socioeconômico de Campo Grande (PLANURB, 2021, fig. 10).

Tabela 1 - População e Taxa Média Geométrica de Crescimento de Campo Grande (1960-2020)

Década	População	Taxa de crescimento	Período
1960	75.000	6,71%	1960/1970
1970	131.138	7,61%	1970/1980
1980	283.653	5,51%	1980/1991
1990	518.687	2,64%	1991/2000
2000	655.914	1,72%	2000/2010
2010	776.242	1,56%	2010/2020
2020	906.092		

³⁰ Em 1977 o estado de Mato Grosso do Sul foi desmembrando, criando-se o Estado de Mato Grosso do Sul, sendo Campo Grande a capital.

Fonte: Moro (2016), SISGRAN (2021) e PLANURB (2021), elaboração própria.

Nos períodos de maior crescimento, muitos foram os loteamentos aprovados em descontinuidade com o tecido urbano, criando alguns problemas: a criação de áreas urbanas sem a infraestrutura urbana; amplos vazios urbanos e; a extensão do perímetro urbano. É nesse quadro que se insere a aprovação do primeiro loteamento (que viria a ser o bairro Lageado), o Parque do Lageado, aprovado em 1981, de propriedade da Dida Comercial e Imobiliária LTDA. Aqui temos um proprietário fundiário atuando como um promotor imobiliário, denotando que um mesmo agente social produtor do espaço urbano pode atuar em mais de uma esfera, como apontado na Seção 2. Como pode ser observado na Figura 2, o loteamento era ligado ao restante da cidade pela R. Evelina Figueiredo Selingardi através da Av. Guaicurus. O loteamento já nasce periférico, a poucos metros do fim do perímetro urbano da época. O restante da área, que hoje é o bairro Lageado, era ocupado por pastagens e matas.

Figura 2 - Imagem de satélite de 1985 e o contorno atual do bairro Lageado

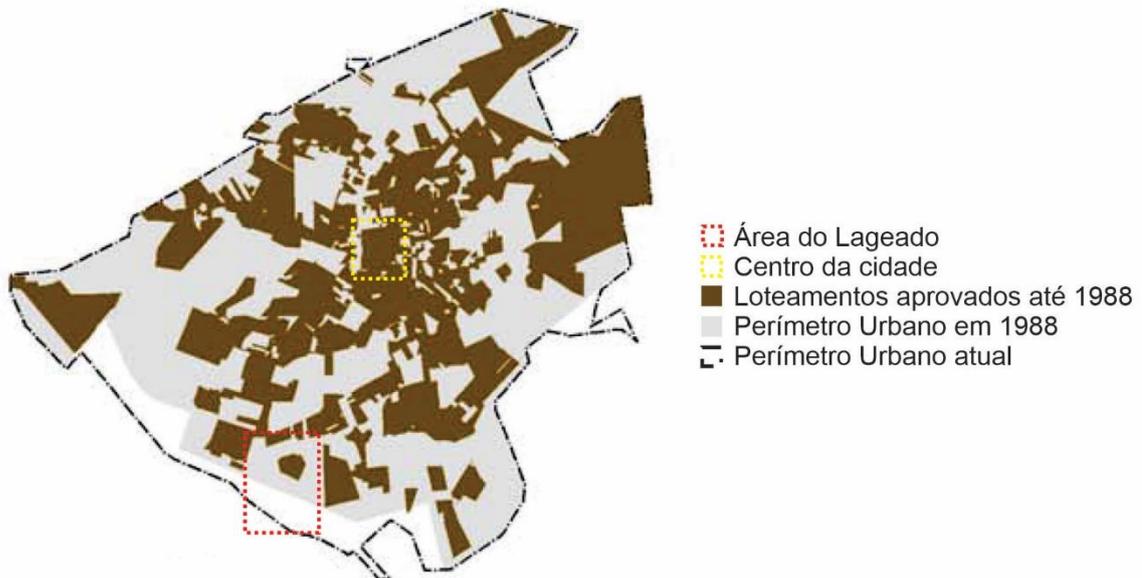


Fonte: Google Earth Pro (2021) e (SISGRAN, 2020a), elaboração própria.

Havia um conjunto de vazios urbanos entre o Parque Lageado e o Centro da cidade, como pode ser observado na Figura 3. Essa característica ainda se mantém, ainda que as áreas vazias tenham reduzido. Os vazios urbanos, contudo, ainda são expressivos em Campo Grande, haja vista que 37,57% da área urbana era composto

por eles em 2016, encarecendo o custo da infraestrutura urbana e salientando questões para além de problemas de segurança (OBSERVATÓRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2016).

Figura 3 - Loteamentos aprovados em Campo Grande até 1988



Fonte: Adaptado de PLANURB (2021).

Já no início da década de 1990 foi instalado o Aterro Dom Antônio Barbosa I, popularmente conhecido por Lixão, uma vez que o lugar se configurava como um vertedouro a céu aberto. É o Estado produzindo espaço, com características muito especiais. Certamente, esse é um elemento que deu a tônica para o desenvolvimento futuro do bairro. Jacinta dos Santos (2000) analisou a organização do espaço campo-grandense a partir dos locais de disposição final de resíduos sólidos e para ela:

Com o crescimento da cidade, as áreas receptoras de resíduos sólidos foram sendo envolvidas pela população e sufocadas pelos loteamentos à sua volta. Com o tempo, tal população passa a ser expulsa para outro local mais distante cujo solo não havia ainda sofrido certa valorização. Mesmo em locais distantes, essas áreas têm atraído uma população com baixos rendimentos (salários) para as suas proximidades (SANTOS, Jacinta dos, 2000, p. 98).

Essa atração sobre qual a autora se refere, ocorreu pela instalação do Aterro, mas foi alimentada também por programas habitacionais de desfavelamento, como se verá a seguir. Cabe destacar que, mesmo com o desativamento do Lixão, em 2012, e

o fechamento da área de transição, em 2016, registram-se diversos pontos onde os moradores armazenam material reciclado, como ilustra a Figura 4. A primeira foto é de uma residência no loteamento José Teruel Filho; a segunda foto é em Dom Antônio Barbosa. Foram identificados outros pontos como esses em Dom Antônio, Parque do Sol e no Jardim Colorado.

Figura 4 - **Depósitos de materiais recicláveis atualmente**



Fonte: Autor (2021).

Assim, a instalação do Lixão no lugar que se tornaria o bairro Lageado, fez com que ele nascesse intrinsecamente ligado à rota de resíduos (LOGAREZZI, 2004). Essa tendência (de utilizar tais locais para fazer cumprir a função sanitária), consolidou-se nos anos seguintes com a instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), da Unidade de Triagem de Resíduos (UTR) e da empresa de compostagem Organoeste, conforme apresentado anteriormente no Mapa 3. Essa tendência se reafirma com a previsão de instalação de um novo aterro sanitário. Em audiência pública, realizada no dia 20 de julho de 2021, a Solurb fez a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), mostrando que o novo aterro da cidade pode ser instalado em área contígua ao bairro Lageado, fora do perímetro urbano, há 700m da Favela Cidade de Deus II.

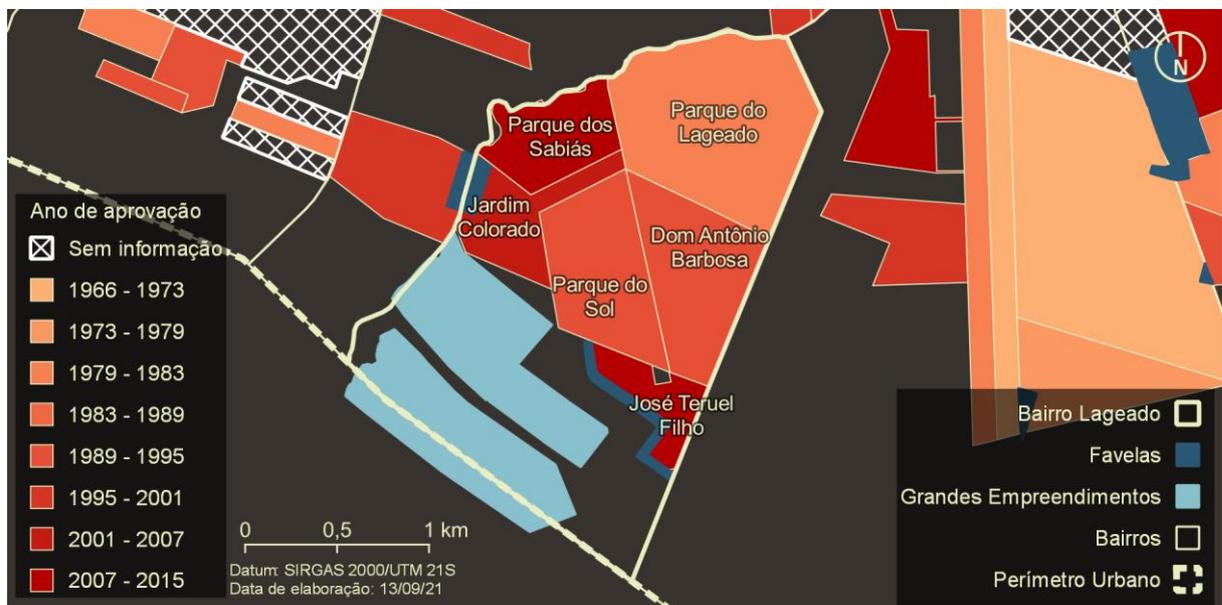
Hellen Prado Benevides Queiroz (2012) chama de “boom” o crescimento de favelas ocorrido no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, formada, em grande medida, por famílias expulsas do campo. A autora aponta ainda para a tendência de ocupação das margens dos córregos da cidade. Em 1984, foi instituído o Programa de Regularização e Assentamento de Favelas, por meio da Lei n. 2.223, de 8 de outubro de 1984, que visava a intervenção nesses assentamentos informais, por meio

da remoção ou regularização fundiária. É na década seguinte que esse tipo de intervenção terá maior vulto e impacto no que hoje é o bairro Lageado.

Oriundo dessas remoções, foi implantado, inicialmente, o Loteamento Municipal Dom Antônio Barbosa e Parque do Sol, datados de 1995. O primeiro era de propriedade direta da Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários, e o segundo da Empresa Municipal de Habitação (EMHA)³¹, ambos da Prefeitura Municipal de Campo Grande. Os moradores receberam lotes de 10x20m, sem infraestrutura urbana básica, pois não havia água encanada, rede coletora de esgoto e muito menos rede de abastecimento de energia elétrica, contrariando a Lei de Parcelamento e Uso do Solo, Lei 6.766/1979 (BRASIL, 1979). Os moradores ainda tinham um período máximo de 2 anos para construção de suas habitações, sem que lhes fosse dado qualquer auxílio financeiro para tanto. Supõe-se que a maioria das habitações, em decorrência dessas condições, foram realizadas em forma de autoconstrução. O Jardim Colorado, por sua vez, foi outro loteamento oriundo de programas habitacionais, aprovado em 2006, de propriedade da EMHA.

Por meio de programas habitacionais, o Estado atuou na produção do espaço urbano, não apenas como regulador, mas como promotor imobiliário. No Mapa 4 podem ser visualizados todos os loteamentos aprovados no bairro Lageado.

Mapa 4 - Evolução urbana



Fonte: SISGRAN (2020a).

³¹ Hoje convertida em Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (AMHASF).

Nos anos 2000 houve o início da Favela Cidade de Deus, em sua primeira versão, localizada entre os loteamentos Dom Antônio Barbosa, Parque do Sol e o Lixão. O local abrigou centenas de famílias, muitas compostas por catadores de materiais recicláveis. Para Selma Rocha dos Santos (2012) houve fatores determinantes para a ocupação da área: o movimento migratório; os vazios urbanos; a proximidade à área urbanizada; e a falta de trabalho. O Estado tem, neste caso, uma função diferente como produtor social do espaço urbano, pois é menos o regulador do uso e ocupação do espaço, e mais um alvo dos movimentos sociais urbanos, por meio de reivindicações, protestos e ocupações; cujas reivindicações perpassam o fornecimento de habitações, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários. Essa característica, em certo grau, ainda permanece no bairro Lageado. As famílias removidas dessa favela foram realocadas no Residencial José Teruel Filho, conforme aprovação em 2012, sob responsabilidade do município de Campo Grande.

Ao lado do residencial recém-inaugurado, em dezembro de 2012, houve a ocupação de uma área que, com o tempo, tornou-se uma nova versão da Favela Cidade de Deus. A favela chegou a abrigar 800 famílias, segundo suas lideranças, e abrigava moradores das mais diversas origens, cujas ocupações, em grande parte, eram as de catadores de materiais recicláveis no Lixão. A favela era composta por barracos de madeira, lona plástica e outros materiais reaproveitados. O processo de luta pela moradia dessa favela é exposto na dissertação de João Paulo Muniz Marin (2017).

A favela foi desocupada em março de 2016, em sequência ao fechamento do Lixão e impedimento da atividade de catação. Os moradores foram removidos para quatro áreas, de modo que um grupo foi realocado em área contígua à favela e os demais em terrenos nos loteamentos Vespasiano Martins (bairro Los Angeles), Jardim Canguru (bairro Centro-Oeste) e Bom Retiro (bairro Nasser). Este último loteamento estava localizado há mais de 17km da favela. O processo de remoção ocorreu sem qualquer negociação com os moradores da favela, quando famílias foram colocadas em caminhões de transporte sem serem informados para onde iriam. A remoção da favela mobilizou um grande aparato policial (quase 300) e muitos funcionários da prefeitura de Campo Grande. Os novos locais de realocação não atendiam aos moradores, segundo seus vínculos com o lugar, com família e trabalho.

Nas quatro áreas, os moradores receberam lotes com ligação de água e energia elétrica, sem qualquer construção, motivo pelo qual receberam da Prefeitura lonas e pregos, o que ficou conhecido por “kit barraco”³². A Prefeitura Municipal de Campo Grande comprometeu-se a fornecer material para construção de casas sob o modelo de mutirão assistido, entretanto, mais de 4 anos depois, as quase cem famílias que permaneceram no bairro Lageado não tiveram suas casas concluídas e aguardam ações da Prefeitura para a conclusão. Outras 42 famílias foram transferidas para o bairro vizinho, Los Angeles, no loteamento Vespasiano Martins, e lá tiveram suas casas construídas, contudo, o terreno era inadequado, fato previamente denotado na Carta Geotécnica de 1991³³, o que requiriu a demolição daquelas casas e a construção de novas habitações, dessa vez no bairro Lageado, no loteamento Parque dos Sabiás.

O último loteamento aprovado no bairro Lageado é o Parque dos Sabiás, que possui características distintas dos restantes, uma vez que foi implantado com infraestrutura urbana básica completa, sendo o único parcelamento do bairro com todas as ruas pavimentadas. O loteamento foi aprovado em 2014, sob propriedade do Parque dos Sabiás Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, cuja principal atividade é a incorporação imobiliária; um de seus sócios é uma empresa pecuarista de Mato Grosso do Sul, evidenciando determinado vínculo entre a produção rural e a especulação imobiliária na cidade.

Essa parte do espaço campo-grandense, produzida nas últimas quatro décadas, demonstra algumas particularidades, como a intensa atuação (presença) do Estado, inserindo essas populações num local periférico, por vezes sem garantir a infraestrutura urbana básica. Destaca-se também a importância dos grupos sociais excluídos, seja na produção do seu espaço, ou na luta para que o poder público lhes garanta condições mínimas de habitação. O capital financeiro-imobiliário, bem como os proprietários fundiários, se faz presente na produção desse espaço, haja vista que foram eles que deram início à ocupação dessa porção de espaço, nos anos 1980, e reservaram uma gleba que só seria utilizada na década de 2010.

³² O nome era adotado informalmente por funcionários da AMHASF e pelos moradores da favela.

³³ Segundo a Carta Geotécnica (PLANURB, 1991) naquela área pode haver nível da água aflorante e solos moles, que pode ocasionar recalques.

A desigualdade socioespacial, neste caso, é produzida pelo Estado, pelo capital financeiro-imobiliário e por proprietários fundiários; ainda que os grupos sociais excluídos, os moradores e ocupantes, incidam nesse processo, buscando melhores condições de habitação e urbanidade. O que temos nesse cenário é a produção do espaço de maneira diferenciada, onde a precariedade urbanística coexiste com a precariedade do trabalho.

4.3 Perfil Socioeconômico e Socioespacial

A compreensão da totalidade do bairro Lageado requer uma análise tão completa quanto possível, por meio das ferramentas disponíveis. A partir desta premissa, fez-se um estudo geográfico, considerando aspectos antropogeográficos e geoeconômicos; além de elementos físicos, ambientais e urbanísticos. Com isso, busca-se a compreensão das condições socioeconômicas do bairro e suas relações socioespaciais.

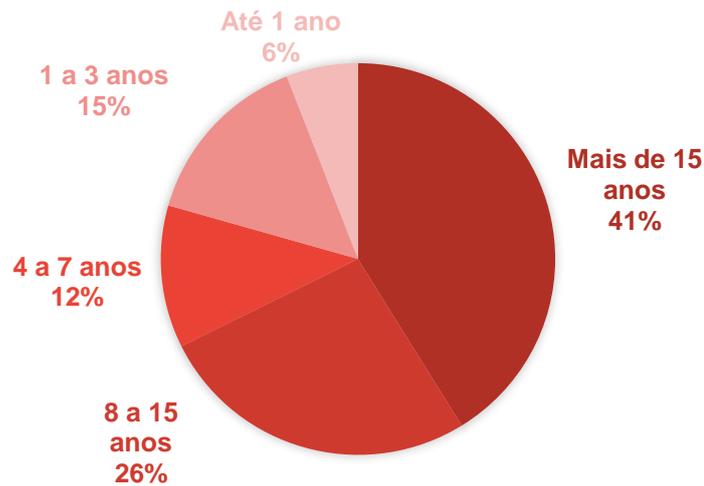
Para tanto, partiu-se de dados primários e secundários disponíveis sobre o bairro, sobretudo no Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande (SISGRAN)³⁴, informações disponíveis pelas empresas prestadoras de serviços ao bairro e da pesquisa de campo; que desdobrou em levantamento de campo, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário.

Responderam ao questionário 34 pessoas, residentes em diversos loteamentos do Lageado, das quais metade eram mulheres e a outra metade homens. Desses, 79,4% se autodeclararam negros (pardos e pretos), e não foi entrevistada nenhuma pessoa indígena ou amarela. A idade dos questionados variou bastante, de modo que 17,46% tinham mais de 60 anos; 23,5% de 50 a 60 anos; 26,5% de 30 a 40 anos; 29,4% de 18 a 29 anos; e 2,9% tinham até 17 anos.

Alguns participantes declaram que moram no bairro desde que nasceram, salientando que não são poucos aqueles que moram há mais de uma década no bairro, o que pode ser observado no Gráfico 1.

³⁴ A quase totalidade das informações são originárias do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, organizadas pela PLANURB e publicadas no SISGRAN (2021). Sempre que a origem dos dados primários não for indicada é porque trata-se de informações desse Censo.

Gráfico 1 - Tempo de moradia no bairro Lageado



Fonte: Autor (2021).

Foi questionado aos moradores o motivo de escolherem morar no bairro Lageado e as respostas podem ser vistas no Gráfico 2. Uma significativa parcela o escolheu por conta da proximidade com familiares, aqui estão incluídas as pessoas que moram no bairro desde o nascimento. Muitos ainda foram até este bairro por conta de programas habitacionais. Cabe destaque aos que pontuaram a proximidade do trabalho/renda, pois trabalham no Lixão como catadores de materiais recicláveis.

Gráfico 2 - O atrativo para morar no bairro³⁵

Fonte: Autor (2021).

³⁵ NR: Não respondeu.

4.3.1 Caracterização física

O bairro Lageado é margeado por três cursos d'água: à oeste, pelo Rio Anhanduí; ao norte, pelo Córrego Lageado; e ao sul, pelo Córrego Formiga. Com pequenas exceções, as margens desses cursos d'água encontram-se vegetadas. Em alguns pontos, próximos às margens, estão instaladas populações, cujas habitações são precárias. É nas margens do Rio Anhanduí que o IBGE (2020) identificou uma favela, entretanto próximo às margens do córrego Lageado também foram identificadas habitações precárias. As bacias hidrográficas, das quais o bairro faz parte, podem ser visualizadas no Mapa 5.

A topografia do bairro é suave, pois a declividade do terreno do bairro é baixa, tendo o ponto mais alto no Loteamento Dom Antônio Barbosa e decaindo à medida que se aproxima dos cursos d'água, o que pode ser observado no Mapa 5.

As vegetações mais expressivas, visualizadas para além das matas ciliares, são encontradas nas áreas livres, praças, locais de esporte e lazer não oficiais, e vazios urbanos. Algumas ruas são arborizadas, com vegetação próxima às calçadas e vias, destas, encontra-se ao menos duas espécies nativas, a Pata-de-Vaca (do gênero *bauhinia*) e o Pequi (*caryocar brasiliense*). Entretanto, em muitas ruas não existe arborização urbana.

Figura 5 - Pequi, no loteamento Jardim Colorado



Fonte: Autor (2021).

O bairro pode ser visualizado no Mapa 5, com algumas características físicas realçadas.

Mapa 5 - Caracterização física do Lageado



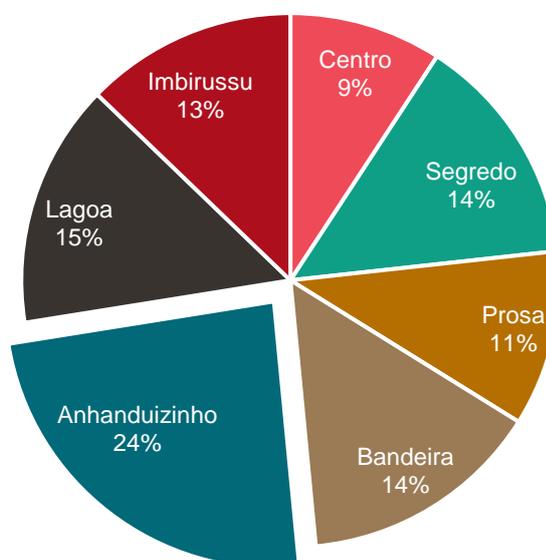
Fonte: SISGRAN (2020a), elaboração própria.

A princípio, o quadro natural do bairro Lageado não ofereceria maiores impedimentos à urbanização, todavia, a ocupação densa em alguns pontos, combinada à redução de áreas permeáveis, gerou problemas para o bairro, fato que será abordado na seção Drenagem de águas pluviais.

4.3.2 Demografia

No ano de 2021, Campo Grande atingiu uma população de 916.001 pessoas, possuindo 32% da população do Mato Grosso do Sul. Em população, Campo Grande é o 19º maior município do país e o maior município não inserido em uma Região Metropolitana, ou Aglomerações Urbanas, ou Regiões Integradas de Desenvolvimento (IBGE, 2021). A população é majoritariamente urbana e 98,4% está concentrada na cidade de Campo Grande - Distrito Sede (SISGRAN, 2021). O bairro Lageado localiza-se na Região Urbana do Anhanduizinho, a mais populosa da cidade, conforme verificado no Gráfico 3.

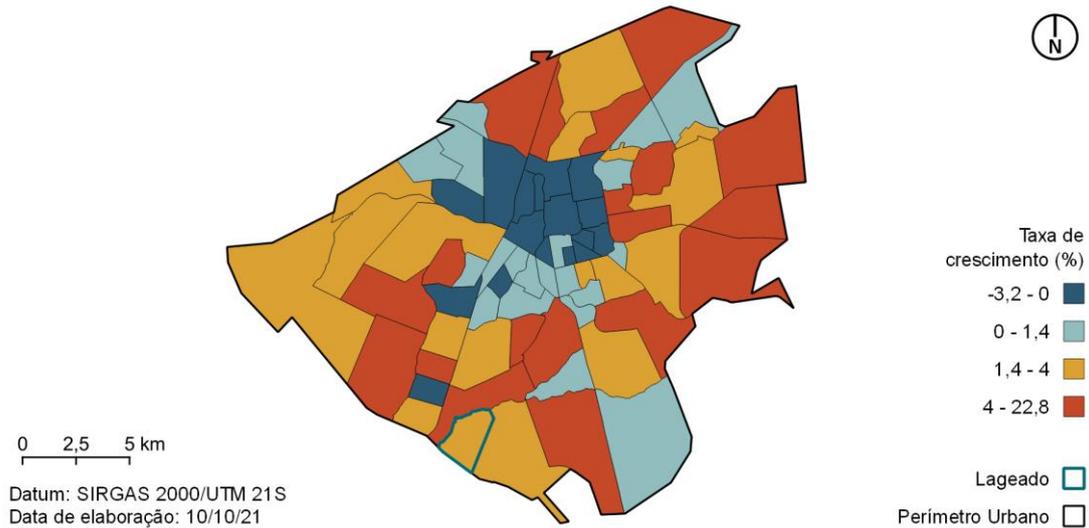
Gráfico 3 - População de Campo Grande por Região Urbana



Fonte: SISGRAN (2021), elaboração própria.

A RU Anhanduizinho tem a segunda maior Taxa Média Geométrica de Crescimento da cidade, com 2,67% ao ano, e no bairro Lageado esta taxa é maior, alcançando 3,88% ao ano, entre 2007 e 2010 (SISGRAN, 2021). Esta taxa pode ser observada no Mapa 6.

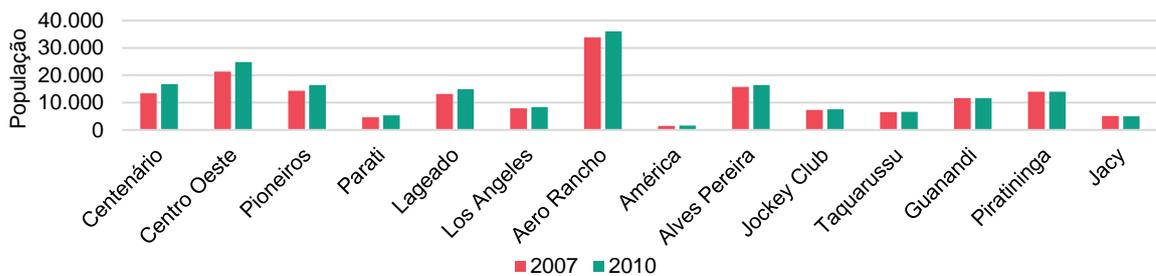
Mapa 6 - Taxa Média Geométrica de Crescimento por bairro (2007-2010)



Fonte: SISGRAN (2021)³⁶, elaboração própria.

O bairro Lageado se insere no grupo de bairros, no geral, periféricos, que tem uma Taxa Média Geométrica de Crescimento acima de 1,4% ao ano, em contraponto a bairros Centrais, que se encontram em decréscimo, ou com crescimento estabilizado (até 1,4%). A importância desse dado reside em que, para um planejamento futuro do bairro, é preciso considerar sua tendência de crescimento; de modo que a infraestrutura urbana e as condições de habitação sejam adequadas para os próximos anos. Em 2010, a RU Anhanduizinho possuía um total de 185.558 pessoas (24% da população da cidade, por RU). A população de cada bairro, da Região Urbana do Anhanduizinho, pode ser observada no Gráfico 4.

Gráfico 4 - População da Região Urbana do Anhanduizinho

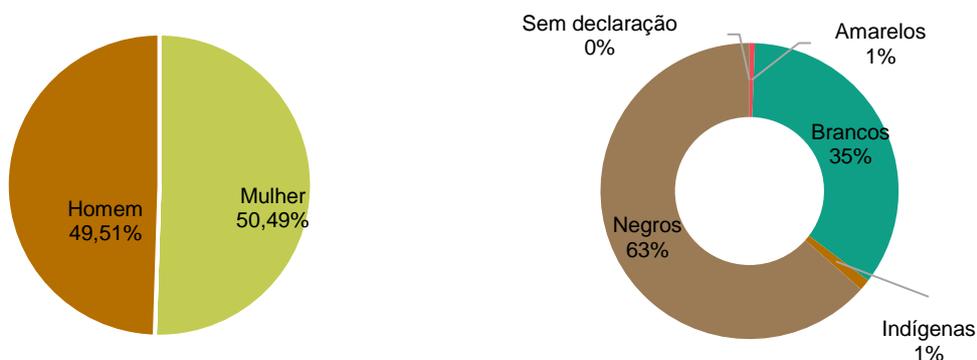


Fonte: SISGRAN (2021), elaboração própria.

³⁶ Com base nas informações da Contagem de População (2007) e do Censo Demográfico 2010, do IBGE.

O bairro Lageado possui uma população de 14.919 pessoas, sendo o 17º bairro mais populoso e chegando a abrigar 1,93% da população da cidade (SISGRAN, 2021). A quantidade entre homens e mulheres é bastante semelhante, como pode ser observado no Gráfico 5; seguindo o mesmo padrão observado no conjunto do município, cuja população feminina é levemente maior que a masculina. O bairro Lageado tem maior percentual de pessoas negras em sua população, um total de 63,4%, o que chama atenção para questões raciais que devem ser observadas em conjunto, uma vez que o bairro também possui o maior percentual de pessoas negras dentre todos os bairros da cidade. Quando analisado o conjunto da cidade, a população negra alcança apenas um percentual de 46,8% do total. Quanto à população indígena, estes representam 1,2% do total da população do bairro Lageado, entretanto não há no bairro, ou nas imediações, nenhuma Aldeia Urbana (a forma de habitação que concentra maior população indígena na cidade³⁷).

Gráfico 5 - População do bairro Lageado por gênero e raça

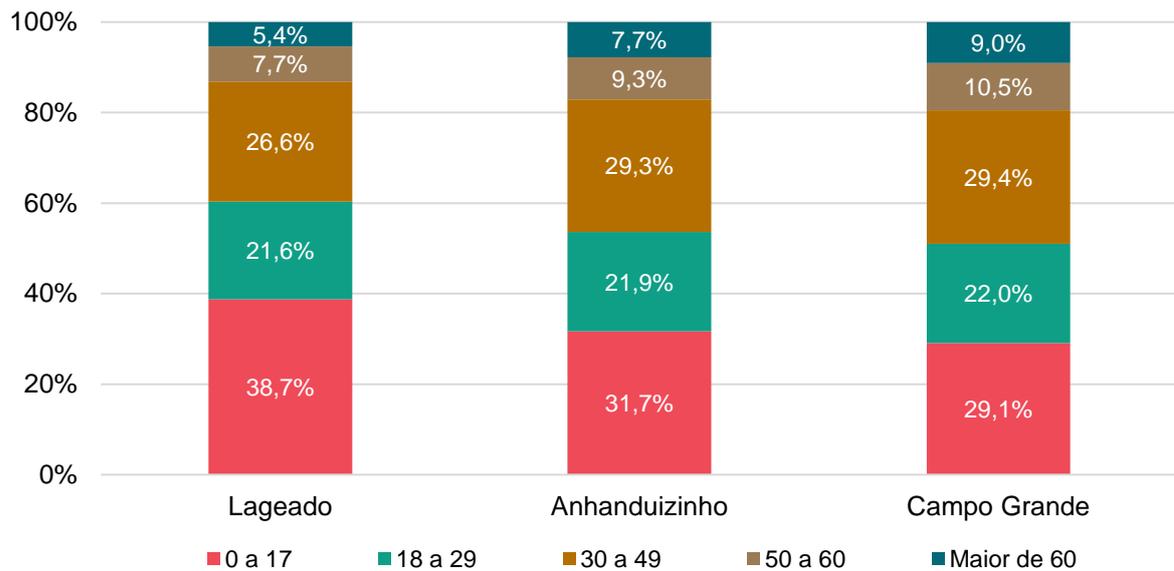


Fonte: SISGRAN (2021), elaboração própria.

Se comparado com a RU Anhanduizinho, e com o conjunto de municípios de Campo Grande, há no bairro Lageado um maior percentual de crianças e jovens, quanto os idosos estão em menor número, conforme observado no Gráfico 6. De modo geral, a população do bairro Lageado é mais jovem do que a totalidade da cidade, já que a população do bairro possui uma média de 27,09 anos de idade, abaixo da média do município de Campo Grande, de 31,69 anos (SISGRAN, 2021).

³⁷ Na cidade de Campo Grande a população indígena é de 0,7%, mas há apontamentos de que os números são subestimados. Para uma discussão aprofundada, consultar Batistoti e Latosinski (2019).

Gráfico 6 - População por faixa etária

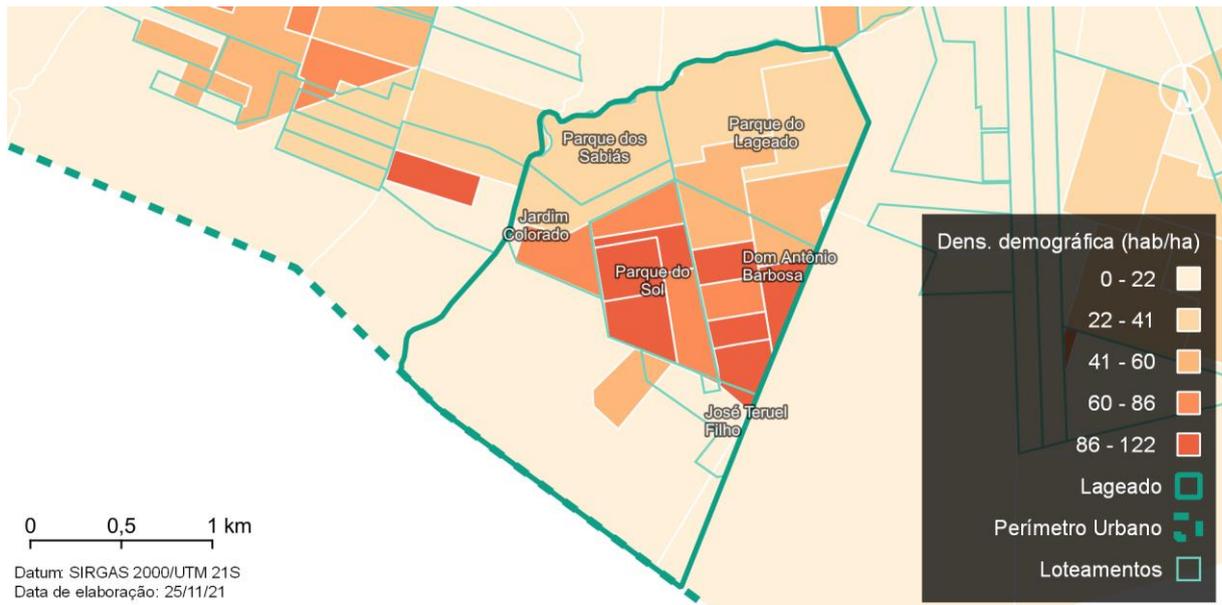


Fonte: SISGRAN (2021), elaboração própria.

A concentração de crianças e adolescentes no bairro requer que se planeje o espaço de maneira adequada a essa faixa de idade. É preciso que o bairro seja equipado com escolas de educação infantil (creches) e escolas de nível fundamental e médio, pois assim garante-se, além da educação de qualidade, as condições materiais para que os pais dessas crianças e adolescentes possam trabalhar. É preciso também um conjunto de equipamentos de esporte, cultura e lazer, que atenda essa faixa etária.

A densidade demográfica da área urbana de Campo Grande, em 2010, era de 21,93 hab/ha; já a RU Anhanduizinho era de 29,97 hab/ha. No bairro Lageado esse indicador é mais elevado, marcando 35,43 hab/há e em alguns setores censitários a densidade demográfica alcança 122 hab/ha (PLANURB, 2021; SISGRAN, 2021). As maiores densidades são encontradas nos loteamentos Parque do Sol e Dom Antônio Barbosa, como pode ser observado no Mapa 7. Essas densidades elevadas estão diretamente vinculadas ao tamanho dos terrenos (10x20m) destinados à alocação das famílias pela Prefeitura. É preciso destacar que a quase totalidade das construções desse loteamento possui apenas o pavimento térreo.

Mapa 7 - Densidade demográfica



Fonte: SISGRAN (2021, 2020a), elaboração própria.

À título de exemplo, o bairro Glória (RU Centro), vizinho ao bairro Centro, tem densidade de 111,83 hab/ha, entretanto nele existem condomínios verticais (PLANURB, 2021; SISGRAN, 2021). É preciso frisar que o Mapa 7 demonstra que alguns loteamentos têm ocupações menos acentuadas, tal como o Parque do Lageado, em que os terrenos têm maior dimensão. Os valores para os loteamentos Parque dos Sabiás e José Teruel Filho devem ser desconsiderados, tendo em vista que foram implantados posteriormente à realização do Censo de 2010 do IBGE.

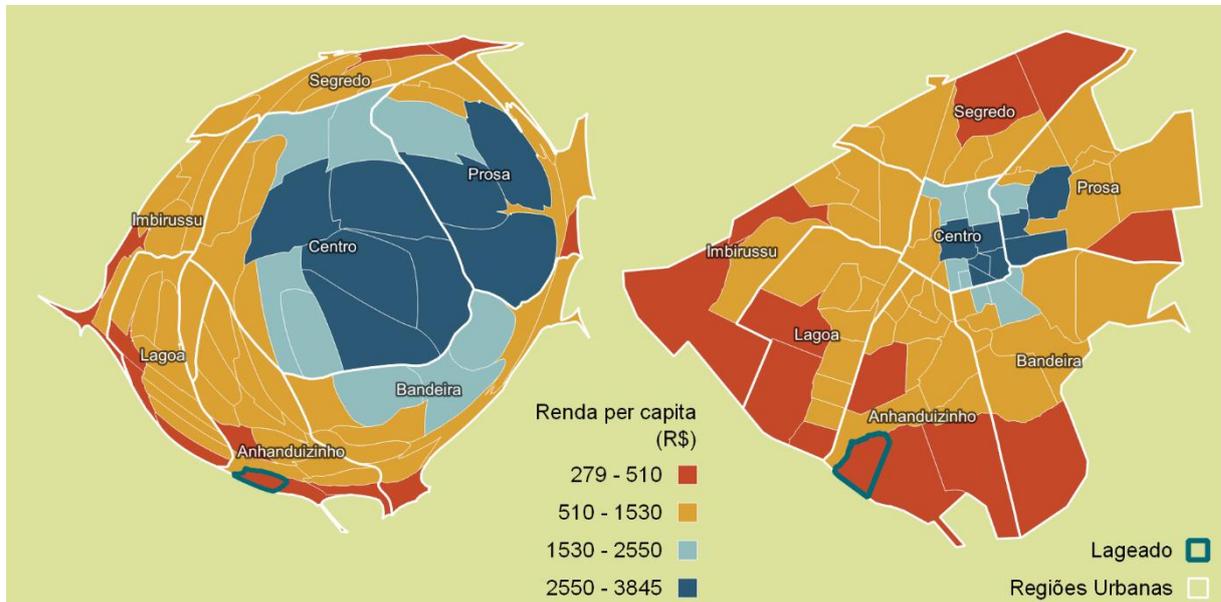
Em suma, a população do bairro Lageado caracteriza-se por ser majoritariamente negra e com maioria feminina. Trata-se, no geral, de uma população mais jovem do que é a totalidade da população de Campo Grande.

4.3.3 Renda

A renda *per capita* no Bairro Lageado é de R\$ 332,65, o equivalente à 0,7 salários mínimos. O valor do salário mínimo na data do Censo de 2010 do IBGE, era de R\$ 510,00. Isso coloca o bairro com a terceira menor renda per capita da cidade, acima apenas do bairro Noroeste (R\$ 278,57) e do Caiobá (R\$ 299,63). Na outra ponta está o bairro Chácara Cachoeira, com renda *per capita* de R\$ 3.845,32, ou seja, 7,5 salários mínimos da época. Esse valor para RU Anhanduizinho, é de R\$ 551,59 e para

o município de Campo Grande é de R\$ 867,76. A Figura 6, à esquerda, apresenta uma anamorfose geográfica³⁸ com base na renda *per capita* no perímetro urbano. Ao lado (à direita) é possível observar essa distribuição sem a distorção.

Figura 6 - Anamorfose com a renda *per capita*



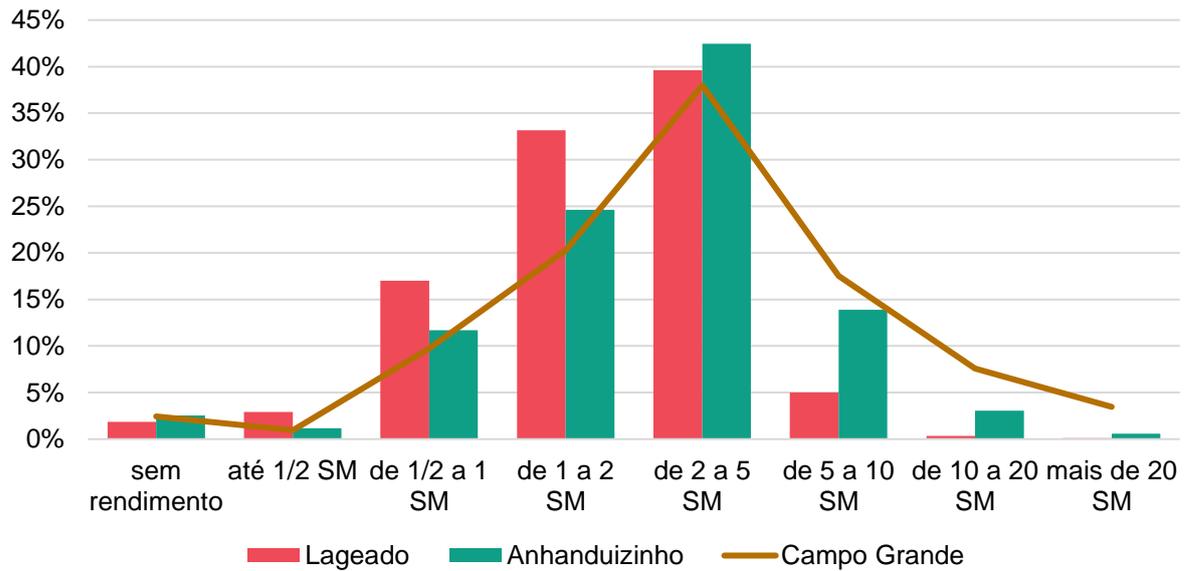
Fonte: SISGRAN (2021), elaboração própria.

Esse é um dado introdutório para compreendermos como se dá a desigualdade socioespacial vivenciada no bairro Lageado e, a partir disso, é possível vislumbrar qual posição os moradores desse bairro ocupam na distribuição de riquezas da sociedade. A anamorfose geográfica realça aquilo que as próprias cores já indicam, que há uma concentração de riqueza numa parte da cidade (partes das RUs, Centro e Prosa), enquanto as periferias estão espremidas com baixíssimos rendimentos.

A partir do Gráfico 7 podemos observar essa distribuição de renda em maior detalhe, pois apresenta a porcentagem de domicílios particulares permanentes por classe de rendimento. O bairro Lageado possui um maior percentual de domicílios com baixos rendimentos, sendo que apenas 0,4% dos domicílios particulares permanentes do Lageado têm mais de 10 salários mínimos de rendimento, enquanto para o conjunto de Campo Grande esse valor é de 11,1% .

³⁸ Anamorfose geográfica é um tipo de representação cartográfica em que a forma de uma unidade espacial é distorcida para apresentar uma relação proporcional entre a área e o dado que se queira realçar. No caso em questão, a área é distorcida com base na desigualdade de renda.

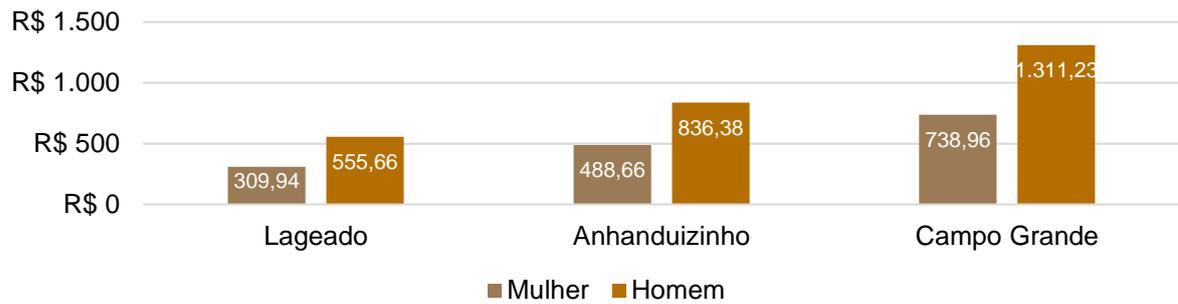
Gráfico 7 - Domicílios particulares permanentes por classe de rendimento nominal mensal



Fonte: SISGRAN (2021), elaboração própria.

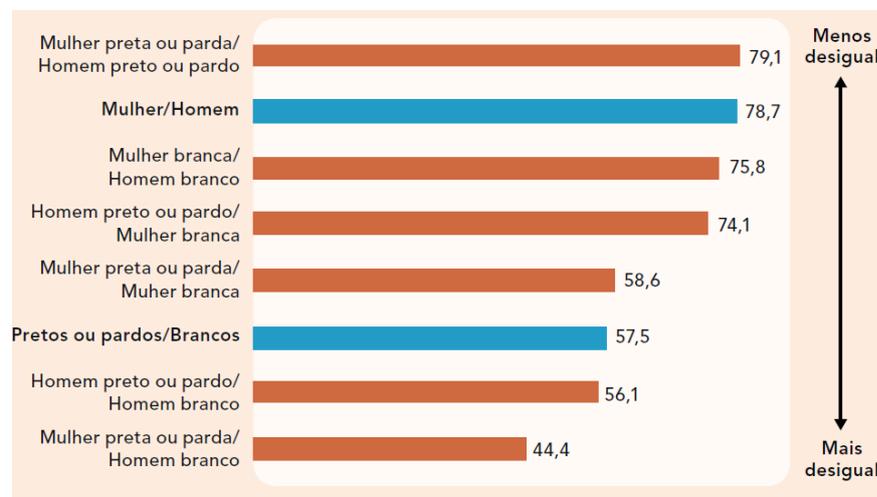
Em média, um domicílio particular permanente, no bairro Lageado, tem um rendimento de 2,4 salários mínimos, que o coloca como o 4º menor bairro da cidade nesse índice. A título de comparação, a RU Anhanduizinho tem 3,6 salários mínimos de rendimento médio dos domicílios particulares permanentes. No município de Campo Grande esse dado chega a 5,3 salários mínimos; e no bairro com o maior rendimento por domicílio, o bairro Chácara Cachoeira, temos uma média de 22,2 salários mínimos.

Quando observamos o rendimento nominal mensal médio entre homens e mulheres, fica evidente a desigualdade de gênero. O rendimento médio de uma mulher no bairro Lageado é de 55,8% do rendimento de um homem. É importante destacar que essa diferença de renda está muito acima daquela registrada para o Brasil. Em 2012 a razão de rendimento entre homens e mulheres no país era de 73,7% (IBGE, 2018). A situação brasileira já é absurda e esta situação no bairro Lageado ganha contornos ainda mais cruéis.

Gráfico 8 - **Rendimento nominal mensal médio por gênero**

Fonte: SISGRAN (2021), elaboração própria.

Há, contudo, vários rebatimentos dessa informação. A primeira delas diz respeito aos cuidados com as crianças, de modo que a situação das famílias chefiadas por mulheres e com crianças é mais vulnerável. Tendo em vista o grande número de pessoas negras no bairro Lageado, seria importante avaliar esse dado considerando a raça dos moradores, contudo não obtivemos dados acerca desta questão para o bairro do Lageado. Os dados nacionais, entretanto, nos indicam que ao considerar gênero e raça, os rendimentos das mulheres negras são os menores desses grupos, o que pode ser visualizado na Figura 7.

Figura 7 - **Razão de rendimento das pessoas ocupadas**

Fonte: IBGE (2018).

Além disso, um importante dado aponta para a quantidade de horas gastas por homens e mulheres nos cuidados com pessoas e/ou afazeres domésticos, de tal forma que além da jornada de trabalho, os homens brancos e negros gastam

aproximadamente 10 horas nessas tarefas, enquanto as mulheres brancas gastam 17,7 horas e a mulheres negras gastam 18,6 horas (IBGE, 2018). Além de baixos salários, as mulheres, especialmente as mulheres negras, sofrem de sobrecarga de atividades.

O bairro Lageado configura-se, portanto, em uma parcela do espaço urbano que pouco recebe da produção de riquezas na cidade de Campo Grande, o que resulta em baixíssimos rendimentos, uma problemática que se revela mais grave para as mulheres, especialmente as mulheres negras. Assim, ainda que o bairro receba os impactos dos serviços que deveriam atender a cidade toda, tais como Aterro Sanitário, ETE e Sistema Prisional, isso não tem um rebatimento positivo nas rendas dos moradores do bairro.

4.3.4 Índices socioeconômicos

A noção de exclusão social é ampla e varia com o tempo, mas fica nítido que é uma característica intrínseca do desenvolvimento capitalista (GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2014). Dentro de um conjunto de definições, destacamos a que caracteriza a exclusão social como

um processo dinâmico, multidimensional, por meio do qual se nega aos indivíduos - por motivos de raça, etnia, gênero e outras características que os definem - o acesso a oportunidades e serviços de qualidade que lhes permitam viver produtivamente fora da pobreza (MAZZA, 2005, p. 183, apud ALVINO-BORBA; MATA-LIMA, 2011, p. 221)³⁹.

O Índice de Exclusão Social de Campo Grande - IES (SAUER; CAMPÊLO; CAPILLE, 2012), visualizado no Mapa 8a, foi calculado para o ano de 2010 e aborda o padrão de vida digno, o conhecimento e o risco juvenil.

O padrão de vida digno é composto pelo indicador de desigualdade, que é a razão entre o número de pessoas responsáveis por domicílios com rendimento superior a 10 salários mínimos e com rendimento inferior a 10 salários mínimos. O intuito deste indicador é evidenciar a separação entre os chefes de família nos

³⁹ MAZZA, Jacqueline. Inclusão social, mercados de trabalho e capital humano na América Latina. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). **Inclusão social e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

extremos da distribuição de renda. É composto também pelo indicador de pobreza, que é a razão de chefes de famílias que recebem até 2 salários mínimos e o número total de chefes de família; neste caso, o objetivo é refletir a participação de pessoas com rendimento abaixo da linha da pobreza. Além desses, há ainda a razão de dependência demográfica, que é a razão entre a população economicamente inativa (jovens e idosos) e a população economicamente ativa (população com idade entre 15 e 64 anos), que também compõe o padrão de vida digno.

Já o tema conhecimento é composto pela taxa de alfabetização, que é o percentual da população alfabetizada em relação à população total (apenas pessoas acima de 5 anos de idade). Há também o indicador de escolaridade, que registra o número de anos de estudos da pessoa responsável pela família.

O tema risco juvenil envolve o indicador de direitos suprimidos para crianças e adolescentes, que calcula a porcentagem de supressão desses direitos. São cinco áreas de direitos suprimidos: vida e saúde; educação/cultura/esporte e lazer; liberdade, respeito e dignidade; profissionalização e proteção no trabalho; e convivência familiar e comunitária. Esse indicador é obtido através de dados das Secretarias Municipais de Campo Grande, diferentemente dos demais dados que são obtidos do Censo Demográfico do IBGE, de 2010. Esse tema também é composto pela participação de jovens, calculado pela razão entre o número de jovens de até 19 anos e a população total. Os indicadores foram convertidos em índices por meio da fórmula aplicada por Amartya Sen, para a criação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Segundo os autores o IES tem um caráter mais comparativo entre os bairros de Campo Grande, não estabelecendo uma linha demarcatória da exclusão. O Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU (PLANURB, 2013), que pode ser visualizado no Mapa 8b, tem quatro dimensões: educação, renda, saneamento ambiental e moradia.

A dimensão de educação busca representar a situação da educação da população, sendo composto pelo percentual de pessoas responsáveis alfabetizadas com 10 anos de idade ou mais, em domicílios particulares; pelo percentual de pessoas alfabetizadas com mais de 15 anos de idade; e pelo percentual de pessoas alfabetizadas na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade.

Já a dimensão de renda busca refletir a situação econômica da população, bem como os níveis de desigualdade de rendimentos. Esta dimensão é composta pelo: rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes em

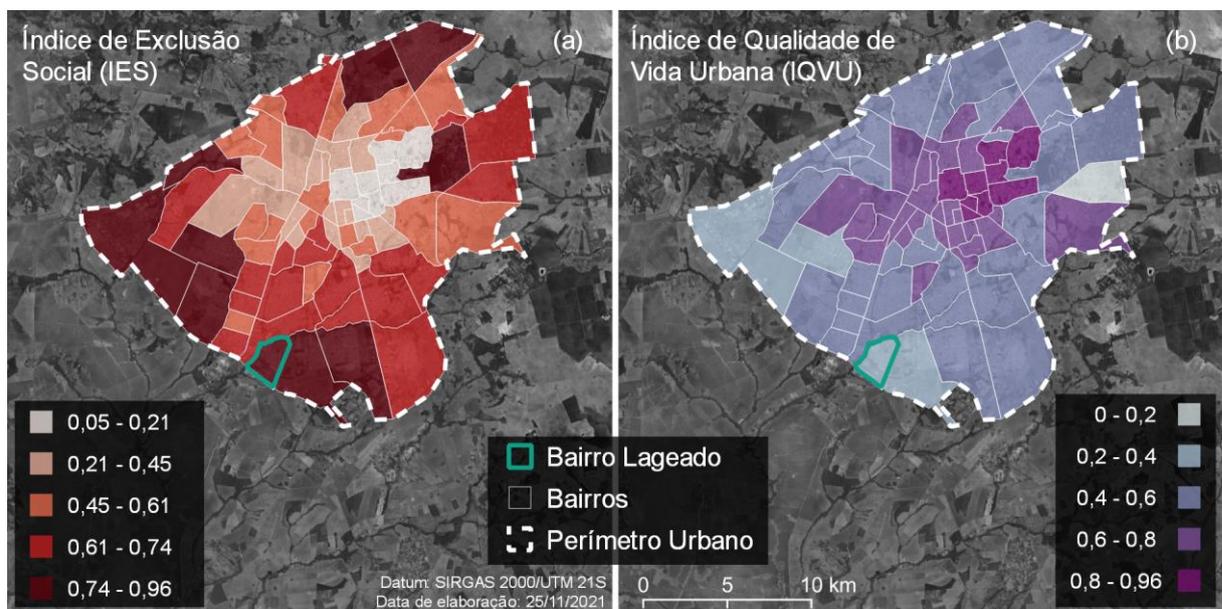
salários mínimos; percentual de pessoas responsáveis que moram em domicílios particulares permanentes, com rendimento nominal mensal superior a 1 salário mínimo; e rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes em salários mínimos.

A dimensão de saneamento ambiental almeja refletir a infraestrutura de serviços urbanos e é composta pelo: percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral de distribuição; percentual dos domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial; percentual de domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário; e percentual de domicílios particulares permanentes com coleta de lixo por serviço de limpeza.

A dimensão moradia enseja refletir a situação da moradia e é composto pelo: percentual de domicílios particulares permanentes próprios; percentual de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes; e número médio de banheiros de uso exclusivo dos moradores em domicílios particulares permanentes.

Os valores são normalizados de modo a serem comparáveis entre si e o IQVU é a somatória dos índices calculados para cada dimensão.

Mapa 8 - Índices Socioeconômicos



Fonte: PLANURB (2013), Sauer, Campêlo e Capille (2012) e SISGRAN (2020a), elaboração própria.

O bairro Lageado tem o segundo pior Índice de Exclusão Social (0,94), que, junto aos bairros vizinhos Los Angeles e Centro-Oeste compõem um bloco onde as condições socioeconômicas são precárias. O bairro Lageado tem o 3º pior IQVU da cidade (0,38), não muito distante do bairro vizinho, Los Angeles. Foram nas dimensões de educação e renda que o bairro se mostrou mais frágil.

Tabela 2 - **Bairros com indicadores socioeconômicos mais críticos**

	Maiores IES	Menores IQVU	Menores rendas per capita
1º	Los Angeles	Noroeste	Noroeste
2º	Lageado	Núcleo Industrial	Caiobá
3º	São Conrado	Lageado	Lageado
4º	Nova Lima	Los Angeles	Núcleo Industrial
5º	Caiobá	São Conrado	Los Angeles

Fonte: PLANURB (2013), Sauer, Campêlo e Capille (2012) e SISGRAN (2021), elaboração própria.

Na Tabela 2 podemos observar os bairros com os mais baixos indicadores socioeconômicos. Em destaque, o bairro Lageado aparece com baixos valores para os três indicadores escolhidos e, junto a ele, aparece também o bairro Los Angeles, seu vizinho. Concluimos, portanto, que o grau de precariedade apresentado neste trabalho se repete para um conjunto de outros bairros da cidade, que não se limitam aos apresentados na Tabela 2. Contudo, o bairro Lageado possui particularidades que precisam ser investigadas.

4.3.5 Funções urbanas

No bairro Lageado estão inseridos serviços que atendem a toda cidade, ou grande parte delas, tais como o Aterro Sanitário Dom Antônio Barbosa II, a Unidade de Triagem de Resíduos – UTR, e a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE – Los Angeles, que são administrados por empresas concessionárias de serviços públicos ou por cooperativas de trabalhadores (UTR). Há também, próximo a esses serviços, a empresa Organoeste, que faz a compostagem de matéria orgânica.

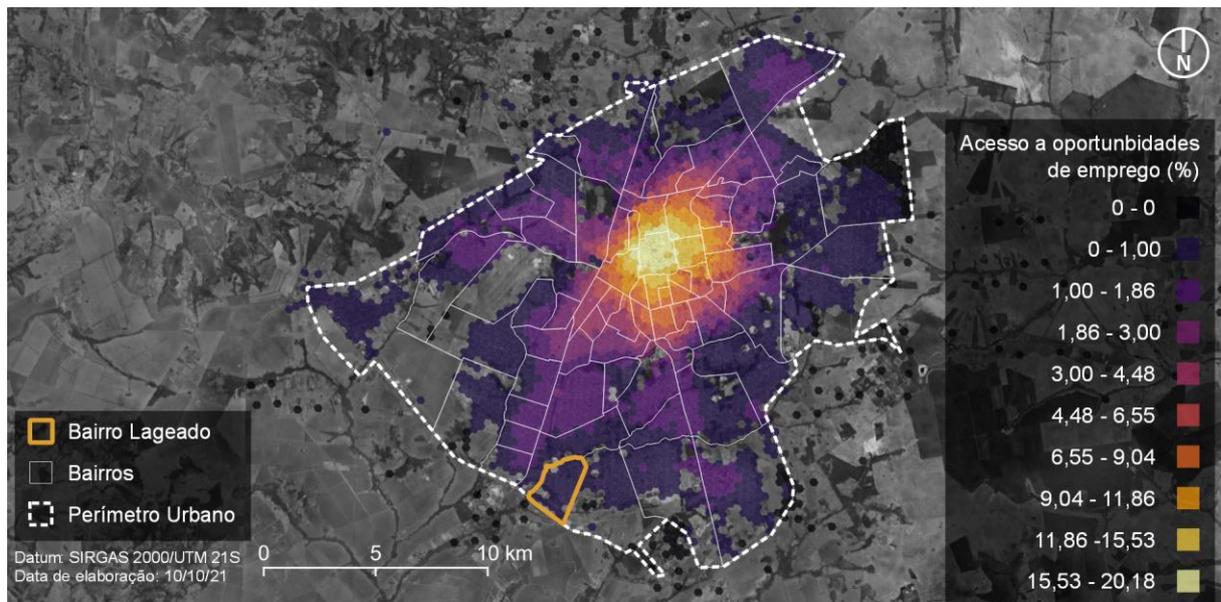
Fora do perímetro urbano, mas a poucos metros do bairro Lageado, estão localizadas a Penitenciária Federal de Campo Grande e o Complexo da Gameleira (estadual), que possui duas unidades prisionais masculinas em operação e uma unidade prisional feminina em construção. Contudo, o bairro caracteriza-se por ser a

residência de trabalhadores de diversos setores. Atrelada à habitação, existe uma intensa atividade comercial de pequeno e médio porte destinada a atender estes trabalhadores e suas famílias.

4.3.6 Trabalho

Em 2020, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em parceria com o ITDP Brasil (Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento), publicou os primeiros resultados do Projeto de Acesso a Oportunidades, que abrange as 20 maiores cidades brasileiras. Foram calculados dois indicadores de acessibilidade, dentre eles a medida cumulativa de acesso a oportunidades de trabalho, que calcula a porcentagem, do total de oportunidades, que se consegue acessar em determinado intervalo de tempo. A acessibilidade urbana é entendida como “a facilidade com a qual pessoas de diferentes grupos sociais e níveis de renda distintos conseguem acessar oportunidades de emprego, serviços de saúde e educação, atividades culturais e de lazer” (PEREIRA, Rafael H. M. *et al.*, 2020, p. 7). Esse indicador pode ser visualizado no Mapa 9, considerando-se como meio de transporte a caminhada, em 30 min.

Mapa 9 - Acesso a oportunidades de emprego



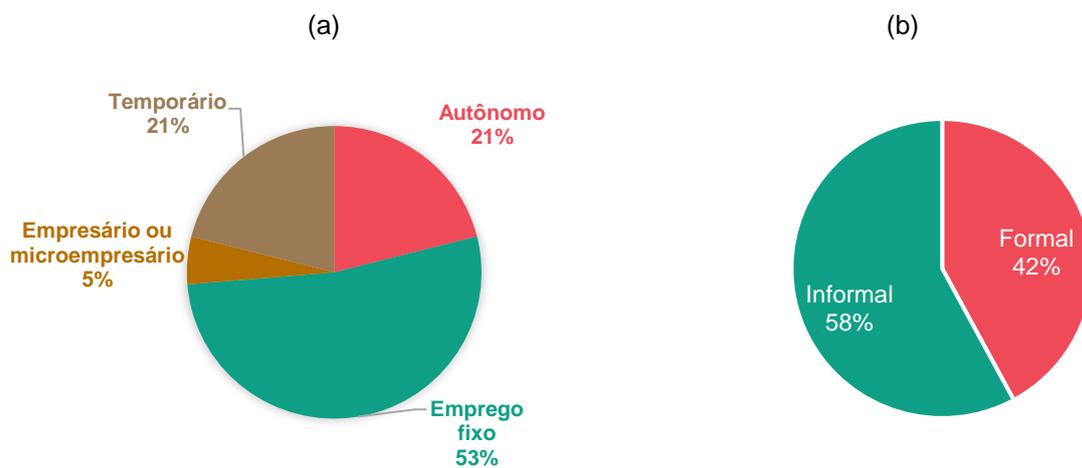
Fonte: Pereira et al. (2020) e SISGRAN (2020a), elaboração própria.

Observa-se uma alta acessibilidade na RU Centro e nos bairros contíguos, bem como uma razoável acessibilidade ao longo de grandes eixos viários, que são dotados

de Terminais de Ônibus do Transporte Público. No bairro Lageado encontram-se baixos índices de acessibilidade ao emprego, de modo que um morador, ao caminhar a pé por 30 min, terá acesso a no máximo 1% dos empregos disponíveis na cidade, em se tratando de empregos formais.

Entre os moradores que responderam ao questionário, 55,9% trabalham atualmente. Foi verificado que a maioria tem emprego fixo, ainda que uma boa parcela atue como trabalhador autônomo ou temporário, como demonstrado no Gráfico 9a. Os empresários e microempresários constituem uma parcela pequena, incluído os Microempreendedores Individuais (MEI).

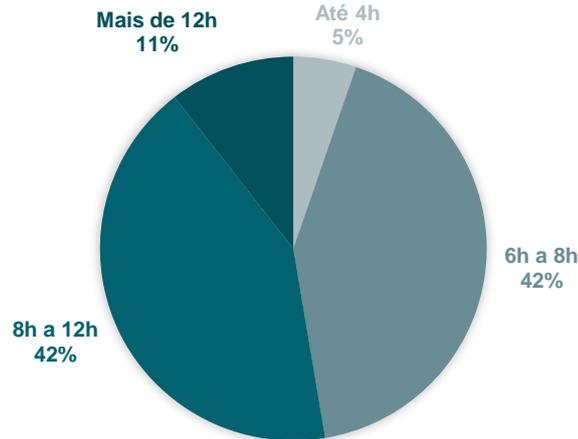
Gráfico 9 - Tipos de emprego (a) e vínculo empregatício (b)



Fonte: Autor (2021).

É importante avaliar em que termos ocorre esse trabalho. Quanto ao vínculo empregatício, 58% dos trabalhadores são informais, o restante informou ter vínculos formais de trabalho, como expresso no Gráfico 10b. Majoritariamente, estes trabalhadores atuam no setor de comércio e serviços, correspondendo a 73,7% do total; o restante atua no setor industrial. Não foram registrados trabalhadores da agropecuária ou silvicultura. Para além do vínculo empregatício, um outro dado que denota algum grau de precariedade do trabalho é a quantidade de horas trabalhadas por dia. Entre os trabalhadores questionados, mais da metade trabalha mais de 8h por dia, de modo que 11% trabalham mais de 12h por dia. A situação é ilustrada pelo Gráfico 10. Percebe-se que 53% trabalham além do permitido por lei.

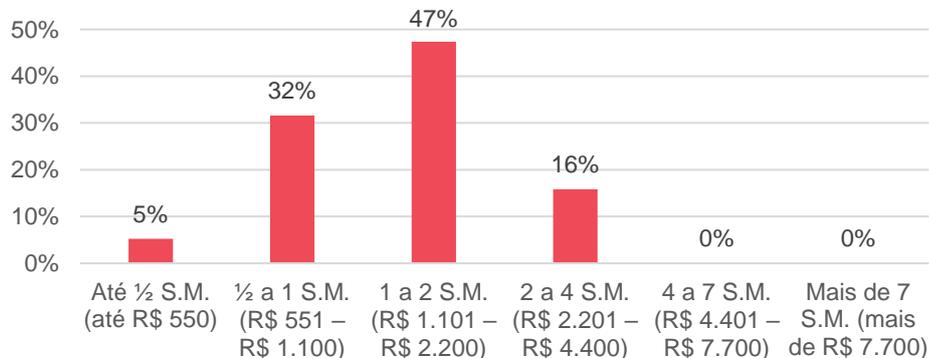
Gráfico 10 - Carga horária diária



Fonte: Autor (2021).

Quanto à renda, os valores informados assemelham-se à estrutura de renda domiciliar apresentada no Gráfico 7. Percebe-se, a partir do Gráfico 11, que uma grande parte dos moradores recebem de 1 a 2 salários mínimos (S.M.), mas é significativo que mais de 37% alcançam no máximo um salário mínimo. Não é demais recordar que o salário mínimo brasileiro não é adequado para garantir uma vida satisfatória aos trabalhadores e sua família. O salário mínimo necessário, calculado pelo Dieese⁴⁰, alcançou em outubro de 2021 o valor de R\$ 5.886,50 (DIEESE, 2021). Nenhum morador entrevistado recebe mensalmente esse valor.

Gráfico 11 - Renda mensal dos moradores empregados



Fonte: Autor (2021).

⁴⁰ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Quanto ao local de trabalho, 58% dos moradores são empregados dentro do próprio bairro, 26% trabalham em outros bairros (incluindo o Centro) e 16% exercem atividades em toda a cidade. É representativo que muitos destes últimos trabalham como pedreiros. Dos moradores que trabalham no bairro, 7 são no setor de comércio e serviços de pequeno porte; 3 trabalham como catadores de materiais recicláveis; e um último não tem atividade fixa, exercendo trabalhos gerais.

A estrutura de empregos do bairro é caracterizada por baixos salários, alto grau de informalidade e grande tempo de trabalho diário, indicando um grau de precariedade do trabalho. Dos grandes empreendimentos localizados no bairro, apenas foram registrados trabalhadores da UTR, ainda que ao menos um dos catadores de materiais recicláveis atue de maneira autônoma. O comércio, bem como os serviços locais de pequeno porte, são fundamentais para a garantia de trabalho no bairro, mesmo com o grande quantitativo de moradores que se deslocam para fora do bairro para trabalhar, fato asseverado pelo funcionamento do transporte público, que será exposto em sua seção específica.

4.3.7 Formação urbana

Os principais usos e ocupações do solo são de serviços urbanos de grande porte e de uso residencial. Esses usos ocorrem em locais separados, como pode ser visualizado no Mapa 10. Essa configuração pode ser lida como um resultado das estratégias dos agentes sociais produtores do espaço urbano no bairro. Assim como o Estado pode ser identificado como o responsável pela instalação desses grandes serviços urbanos, a ação do Estado também produziu, neste bairro, os programas habitacionais que criaram os loteamentos Dom Antonio Barbosa, Parque do Sol e Jardim Colorado. O contato entre esses dois usos se dá de maneira contraditória, pois parte da população trabalha nesses empreendimentos e alguns desses empreendimentos produzem graves transtornos para os moradores do bairro.

Ao longo de algumas ruas (pavimentadas) é visível uma concentração dos comércios de pequeno e médio porte, voltado aos moradores do bairro. A principal via de comércio é a R. Evelina Figueiredo Selingardi, destacada no Mapa 10.

Mapa 10 - Uso e ocupação do solo



Fonte: Autor (2021) e SISGRAN (2020a).

Os vazios urbanos existem em maior número apenas no loteamento Parque do Lageado, explicitando as tendências da especulação imobiliária, que garante, no loteamento mais antigo do bairro, áreas a serem vendidas no futuro. Nessas áreas, em geral, existiam gramíneas e vegetações arbóreas; e estavam limpas, sem acúmulo de lixo. Como o estudo foi publicado em período próximo à implantação do loteamento

Mapa 11 - Vazios Urbanos



Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS (2016) e SISGRAN (2020a), elaboração própria.

Parque dos Sabiás, este é demarcado no Mapa 11 como vazio urbano. Hoje essa realidade é diferente, grande parte do loteamento encontra-se ocupado. A área que a USF Dr. Evandro M. de Arruda - Dom Antônio Barbosa ocupa atualmente, ainda é marcada como vazio urbano.

4.3.8 Habitação

De modo geral, as habitações no bairro Lageado são de pavimento térreo, registrando-se poucos sobrados. Não há prédios de apartamentos dentro do bairro, mas no bairro Centenário, na entrada do bairro Lageado, foram implantados recentemente condomínios de 5-6 pavimentos. As tipologias habitacionais encontradas no bairro, em grande medida, são resultadas do tipo de loteamento do solo e dos agentes sociais produtores do espaço envolvidos no processo. No bairro, há uma média de 3,46 moradores por domicílio, acima da média do município de Campo Grande, que é de 3,12 moradores por domicílio. Isto pode indicar famílias mais numerosas ou situações de coabitação⁴¹.

Figura 8 - Casas no loteamento Parque do Lageado



Fonte: Adaptado de Google Street View (2021), foto de maio de 2019.

No loteamento Parque do Lageado não há uma tipologia padrão, mas as casas são simples, na maioria das vezes de duas águas. O lote padrão tem 12x30m, onde é mais visível a existência de quintais. As ruas desse loteamento têm cerca de 15m de largura e a Av. João Selingardi cerca de 25m. Não são raras as divisões desse lote em dois, quando ficam no meio da quadra, ou em três, quando é esquina; a Figura 8, mostra a situação. Na prática, neste loteamento, o agente social produtor do espaço

⁴¹ Situação em que mais de uma família habita o mesmo imóvel.

apenas loteou a gleba, ficando sob responsabilidade dos moradores a construção das habitações, em decorrência disso, surgiram situações de autoconstrução e de contratação de profissionais específicos.

No contato desse loteamento com o Córrego Lageado foram identificadas algumas habitações precárias, algumas delas construções de madeira, madeirite, telhas onduladas de fibrocimento e lona plástica. Nos loteamentos Parque do Sol, Jardim Colorado e Dom Antônio Barbosa, as casas são muito simples, muitas delas sem reboco. Algumas casas estão situadas no fundo do lote, de meia água. É visível a baixa qualidade das habitações e, mesmo que em pequeno número, havia casas de madeira e madeirite. Pontualmente veem-se barracos. Os lotes desses loteamentos têm 10x20m e, de modo geral, os terrenos são predominantemente ocupados. Na Figura 9 observa-se dois lotes vizinhos: à direita, um terreno quase totalmente construído e, à esquerda, um terreno com uma pequena casa meia água. Nestes loteamentos, o agente social produtor do espaço urbano, o Estado, apenas loteou a área de modo que, devido às condições socioeconômicas e socioculturais, os moradores autoconstruíram grande parte das residências.

Figura 9 - Casas no loteamento Dom Antônio Barbosa



Fonte: Adaptado de Google Street View (2021), foto de maio de 2019.

No Residencial José Teruel Filho as casas são padronizadas; habitações de interesse social, do tipo COHAB, duas águas, com reboco somente por fora. Neste loteamento, o Estado, como agente social, atua tanto no loteamento da área quanto na construção das habitações. Nota-se que algumas residências foram ampliadas, podendo ser visualizadas na Figura 10.

Figura 10 - Casas do Residencial José Teruel Filho



Fonte: Adaptado de Google Street View (2021), foto de maio de 2019.

No loteamento Parque dos Sabiás há casas de padrão construtivo mais elevado, com equipamentos de segurança, tais como cercas elétricas e câmeras. Neste caso, o capital financeiro-imobiliário apenas loteou o terreno, ficando à cargo dos novos proprietários a construção de suas habitações, o que não significa que estas foram realizadas por autoconstrução. As exceções, entretanto, são as habitações de moradores oriundos da Favela Cidade de Deus II, recentemente transferidos para o bairro Lageado, logo as habitações são padronizadas, de habitação de interesse social, com alguma semelhança com as habitações do loteamento José Teruel Filho. O Estado, ainda que não tenha loteado a área, foi o responsável pela construção das habitações, mesmo que os próprios moradores fossem contratados para trabalhar nas obras. Na Figura 10, à esquerda, uma casa comum no loteamento Parque dos Sabiás e, à direita, uma das ruas onde há casas dos moradores oriundos da Favela Cidade de Deus II.

Figura 11 - Casas no loteamento Parque dos Sabiás



Fonte: À esquerda adaptado de Google Street View (2021), maio de 2019. À direita, autor (2021).

Na Favela Cidade de Deus há uma diversidade de situações de moradia. No geral, há casas inacabadas na frente dos lotes e barracos aos fundos. Os barracos são de lona, madeirite e com telhas onduladas de fibrocimento. A situação desta Favela demonstra um processo em andamento, onde um grupo social excluído luta para que o Estado construa suas habitações. Na Figura 12, à esquerda, pode-se observar uma residência concluída pelo próprio morador e, à direita, temos uma casa inacabada, tal como deixada pela Prefeitura de Campo Grande.

Figura 12 - Casas da Favela Cidade de Deus II



Fonte: À esquerda adaptado de Google Street View (2021), foto de maio de 2019. À direita, autor (2021).

Na Favela, às margens do Rio Anhanduí, há barracos, contudo, há também muitas casas de alvenaria. É notável que, em dois lugares, a moradia dividia espaço com depósitos de materiais recicláveis. Uma prensa para materiais recicláveis estava em funcionamento em uma das casas. Nesta situação, temos também os grupos sociais excluídos, produzindo seu próprio espaço, mesmo que o Estado ainda não tenha intervindo, como na situação anterior. Há um amontoado de sacos, tipo bag, cheios de materiais recicláveis, como pode ser observado na Figura 13.

Figura 13 - Casas da favela às margens do Rio Anhanduí



Fonte: Adaptado de Google Street View (2021), foto de maio de 2019.

Para além dessas situações explicitadas, destaca-se que, em algumas áreas não loteadas (tal qual a área que fica entre a Favela Cidade de Deus II, ETE e UTR/Organoeste), existem alguns barracos feitos de lona plástica, madeira, madeirite, zinco e outros materiais reaproveitados, conforme demonstrado na Figura 14. Em alguns terrenos, no meio dos loteamentos também aparecem alguns barracos.

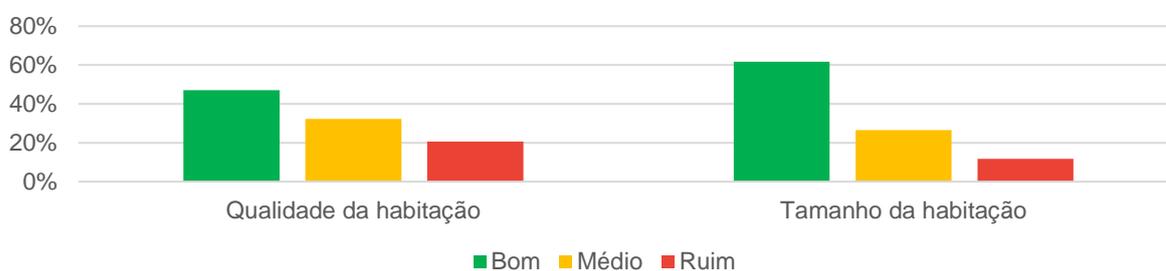
Figura 14 - **Barracos em áreas não loteadas**



Fonte: Autor (2021).

No que tange a percepção de problemas, tanto o tamanho, quanto a qualidade da habitação foram considerados bons por uma parcela significativa dos moradores, todavia, é nítido que a qualidade da habitação recebeu mais avaliações negativas.

Gráfico 12 - **Percepção de problemas: habitação**



Fonte: Autor (2021).

As condições habitacionais no conjunto evidenciam um alto grau de desigualdade socioespacial, ainda que para os moradores este não seja um problema de grande porte. Nos casos em que o Estado atuou na remoção de favelas as habitações são mais precárias, denotando a atuação do Estado como (re)produtor das

desigualdades sociais, evidenciando que sua intervenção no espaço urbano não garante boas condições de habitação.

A partir deste conjunto de situações, fica nítido que os problemas das habitações não são pontuais, mas abarcam a quase totalidade dos loteamentos, ensejando políticas públicas que abarquem todo o bairro, e que considerem a realidade de cada loteamento e cada família.

4.3.9 Equipamentos Comunitários

Escolas

A localização de todas as escolas pode ser observada no Mapa 12. A Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), Profa. Ayd Camargo César, e a EMEI Joana Mendes dos Santos, localizadas no loteamento Parque do Sol, estavam em bom estado de conservação em sua área externa. A EMEI Ramza Bedoglim Domingos, no loteamento Parque do Lageado, aparentava conservação média, observando-se que as portas das lixeiras estavam destruídas. A EMEI Lageado, no loteamento Parque do Lageado, é uma pequena escola, com médio estado de conservação.

A Escola Municipal (EM) Pe. Tomas Ghirardelli, localizada no loteamento Dom Antônio Barbosa, na sua área externa possuía um bom estado de conservação.

Mapa 12 - Equipamentos de Educação



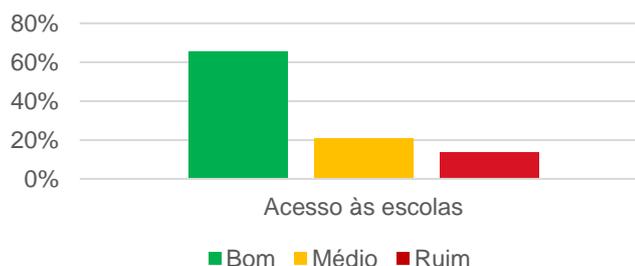
Fonte: SISGRAN (2020a), elaboração própria.

Destaca-se o porte desta escola, que, segundo os moradores, atende a milhares de crianças e adolescentes em diversos turnos. Mesmo com o alto número de alunos, o espaço ao ar livre é bastante diminuto.

A Escola Estadual (EE) Profa. Thereza Noronha de Carvalho, localizada no Parque do Lageado, estava com pintura nova, mas é completamente murada.

Os moradores foram questionados quanto ao acesso aos equipamentos de educação do bairro e a maioria considerou que este acesso é bom, como pode ser observado no Gráfico 13. Dois problemas foram observados na questão aberta sobre os problemas e nas entrevistas com as lideranças. A EE Profa. Thereza Noronha de Carvalho e a EM Pe. Tomas Ghirardelli, ficam distantes para os moradores do loteamento José Teruel Filho e da Favela Cidade de Deus II e, em menor grau, dos loteamentos Dom Antônio Barbosa, Parque do Sol e Jardim Colorado. O outro problema, contudo, o mais comentado, é sobre a lotação da EM Pe. Tomas Ghirardelli, que atende os moradores do bairro Lageado e de alguns loteamentos de bairros vizinhos.

Gráfico 13 - **Percepção de problemas: acesso a escolas**



Fonte: Autor (2021).

Saúde e Assistência Social

A Unidade de Saúde da Família (USF) Dr. Evandro M. de Arruda, localizada no loteamento Dom Antônio Barbosa, tem o prédio novo e está razoavelmente bem conservada. A USF Dr. Benjamin Asato, localizada no loteamento Parque do Sol, estava malconservada, faltando telhas e com trincas nas paredes. A localização dessas duas unidades de saúde pode ser observada no Mapa 13. O raio de influência destas unidades demonstra que, em tese, elas atendem todo o bairro. O Mapa 13 também ilustra a localização do Centro de Capacitação e Formação Profissional

(CECAPRO), no loteamento Parque do Sol, e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Rosa Adri, no loteamento Dom Antônio Barbosa.

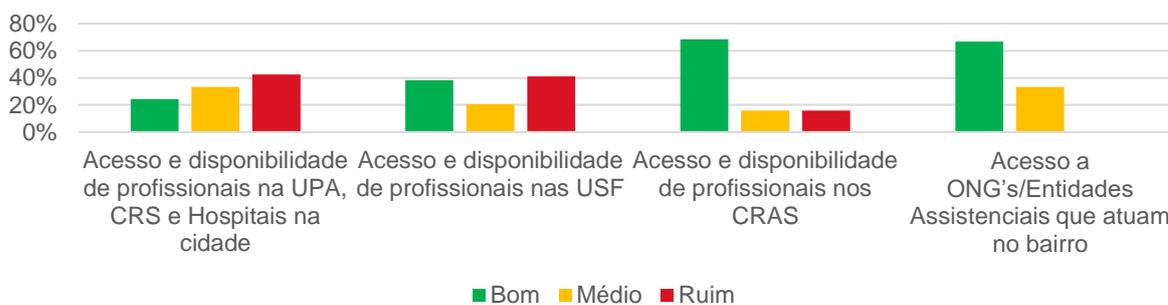
Mapa 13 - Equipamentos de Saúde e Assistência Social



Fonte: SISGRAN (2020a), elaboração própria.

Os moradores questionados avaliaram que o problema dos equipamentos de saúde não está na sua infraestrutura, mas sim na falta de profissionais qualificados e de medicamentos na farmácia do SUS. Essa situação é evidenciada no Gráfico 14. Os moradores relataram dificuldades em acessar as unidades de saúde que funcionam 24h por dia, como é o caso das UPA's e dos CRS, sobretudo por conta da grande distância que precisam percorrer. Muitos moradores relataram nunca ter

Gráfico 14 - Percepção de problemas: equipamentos de saúde e assistência social



■ Bom ■ Médio ■ Ruim

Fonte: Autor (2021).

utilizado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Rosa Adri, mas os que

já utilizaram, em sua maioria, fizeram avaliações positivas. O mesmo ocorre às Organizações Não Governamentais (ONG) e entidades assistenciais.

Cultura, lazer e esportes

Nesse tema, destacam-se dois grupos no bairro Lageado: os equipamentos de esporte e lazer, construídos pela Prefeitura, tais como praças, parquinhos e academia ao ar livre; e os equipamentos ocupados e construídos pelos próprios moradores, que chamaremos de não oficiais. Não se registrou nenhum equipamento de cultura em funcionamento, há ainda registros de um único equipamento desse tipo, mas teve a obra abandonada há vários anos.

Como parte do primeiro grupo, temos uma praça (ao lado da USF Dr. Evandro M. de Arruda) no loteamento Dom Antônio Barbosa. Nela há um campo de futebol e um grande parquinho infantil, cuja construção inclui metal e madeira. Havia jovens/adolescentes apoiados nos brinquedos infantis durante a pesquisa de campo. Segundo uma das lideranças do bairro, este é um pequeno conflito, pois crianças e jovens/adolescentes disputam o mesmo espaço. Há arborização nas bordas da praça e não foi identificado a presença de bancos e mesas fixas no local, contudo, os moradores encarregavam-se de trazer seus próprios bancos e mesas.

Temos ainda a Praça Francisco Vilson Vilharva Barros (ao lado CRAS e EMEI Ramza Bedoglim Domingos), que possui campo de futebol de terra, quadra de areia e quadra poliesportiva (malconservada). O lugar é iluminado à noite e possui uma pista de asfalto para caminhadas. As bordas são arborizadas, contudo não há lixeiras e nem bancos. A iluminação noturna, a pista de caminhada e outros elementos da praça foram conquistas da Associação de Moradores do Bairro Dom Antônio Barbosa, segundo seu presidente, Rubens Honório Alcantara.

Ao lado dessa praça, dentro das imediações do CRAS, há ainda um parquinho, velho, mas utilizável, provido de um campinho de futebol com chão de terra.

A Praça da Juventude, no loteamento Parque do Sol, segundo os moradores, é uma obra não concluída, cercada por grades de metal, iniciada no ano de 2012. O espaço é grande, conta com uma pista de skate, uma quadra poliesportiva e uma quadra de areia. Segundo os habitantes do bairro, o espaço contará ainda com salas e um anfiteatro. Do lado de fora da grade há um campinho de terra com duas traves.

Segundo Celso Luiz de Paulo (Celsinho Lanches), presidente da Associação de Moradores do Bairro Parque do Sol, a instalação da praça no loteamento Parque do Sol aconteceu devido a articulações com órgãos públicos (federais e municipais).

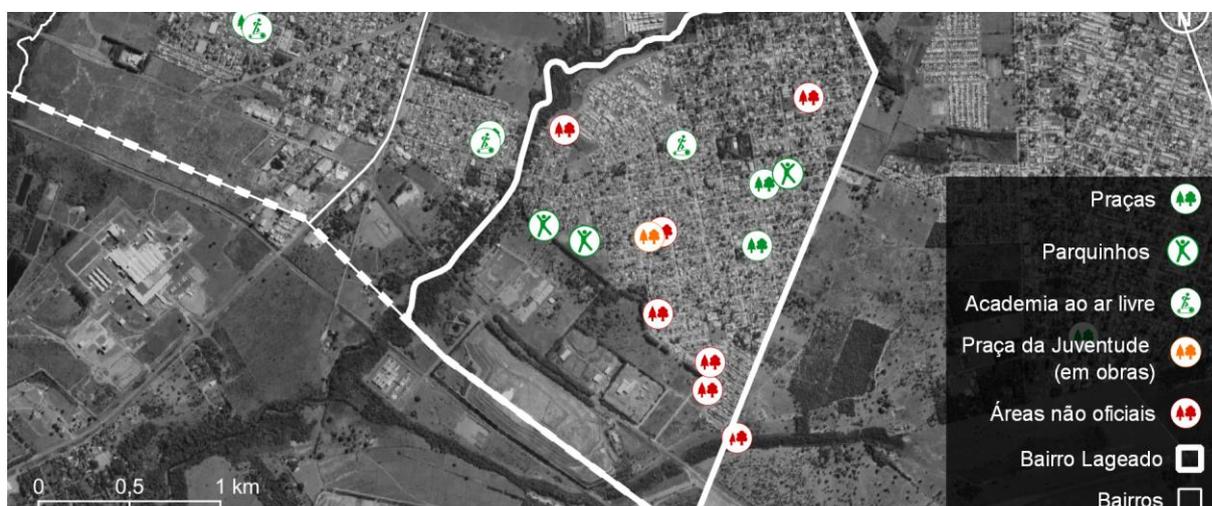
Em frente à ETE Los Angeles, no loteamento Jardim Colorado, há dois parquinhos, ambos em péssimo estado de conservação, com quase todos os brinquedos quebrados e com calçamento danificado.

A Academia ao ar livre, dentro da USF Dr. Benjamin Asato, no Parque do Sol, aparentemente está em bom estado de conservação, entretanto o local é fechado, abrindo somente nos momentos que a USF está em funcionamento.

Já nas áreas não oficiais, temos um campo de futebol de terra, sem árvores ao redor, atrás da EE Profa. Thereza Noronha de Carvalho, no loteamento Parque do Lageado. Outra área semelhante a essa fica próximo à Escolinha Filhos da Misericórdia, no loteamento José Teruel Filho, e próxima à Favela Cidade de Deus II. O espaço conta com um campo de terra, com duas traves, e nos fundos há uma pequena horta. Há árvores plantadas, ainda pequenas, e uma árvore encontrava-se caída, devido a uma tempestade recente⁴².

Ainda no loteamento José Teruel Filho e Favela Cidade de Deus, há um parquinho de metal, com chão de areia; e um campo de futebol de areia e pedra, com duas traves. O parquinho foi uma doação obtida pela Associação de Moradores do

Mapa 14 - **Cultura, lazer e esportes**



Fonte: Autor (2021) e SISGRAN (2020a), elaboração própria.

⁴² Na semana anterior ao início da pesquisa de campo, uma tempestade devastou a cidade de Campo Grande, provocando a queda de um número considerável de árvores. No bairro Lageado, como um todo, encontravam-se diversos restos das árvores que caíram.

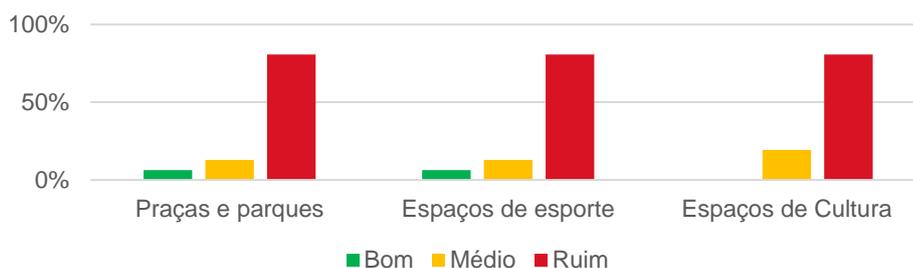
Residencial José Teruel Filho I e II⁴³, segundo seu presidente, Ronaldo Leão, por meio da ONG Asas do Futuro.

Atrás da Favela Cidade de Deus, em área não loteada, há um campinho bastante pequeno e precário, de areia, com duas pequenas traves.

Não foi possível visitar a Bica (Córrego Formiga), pois o acesso a ela tem sido impedido por um proprietário de uma chácara vizinha.

Dentro do conjunto de equipamentos comunitários, os espaços de cultura, esporte e lazer foram os mais mal avaliados, de modo que 81% dos moradores questionados apontaram que esses equipamentos são ruins. Os equipamentos de cultura, por inexistirem no bairro, não receberam nenhuma avaliação positiva. Tendo em vista os fatos anteriormente citados, podemos traçar uma relação com o que Rodrigues (2007) destaca sobre a presença-ausência do Estado: se o Estado está presente para regular e garantir a produção e reprodução do capital, ele é ausente na reprodução da vida do trabalhador. A cidade, construída pelos trabalhadores, não fornece aos espaços de moradia, portanto, equipamentos adequados à reprodução da vida.

Gráfico 15 - Percepção de problemas: equipamentos de cultura, esporte e lazer



Fonte: Autor (2021).

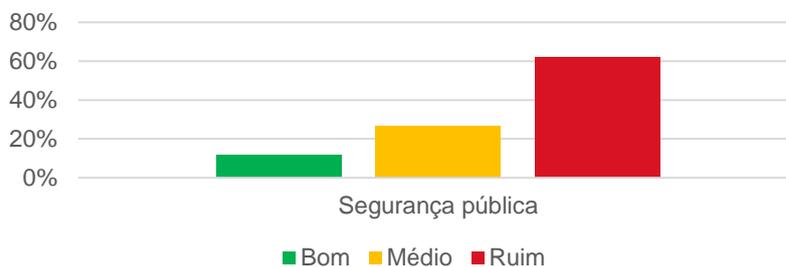
Segurança Pública

Como pode ser observado no Mapa 15, o bairro Lageado não possui nenhuma unidade de Guarda Civil Metropolitana (GCM), Polícia Militar (PM), Polícia Civil ou Bombeiros. Além disso, o bairro não está dentro do raio de influência desses equipamentos, que é de 2km, conforme exposto no Mapa 15. Ainda assim, o

⁴³ Esta associação abarca o loteamento José Teruel Filho e a Favela Cidade de Deus II.

policiamento do bairro é realizado pela PM. Os moradores questionados avaliaram a segurança pública como ruim, conforme destacado no Gráfico 16.

Gráfico 16 - Percepção de problemas: segurança pública



Fonte: Autor (2021).

Mapa 15 - Equipamentos de Segurança Pública mais próximos



Fonte: SISGRAN (2020a), elaboração própria.

4.3.10 Mobilidade e Acessibilidade Urbana

Hierarquização Viária

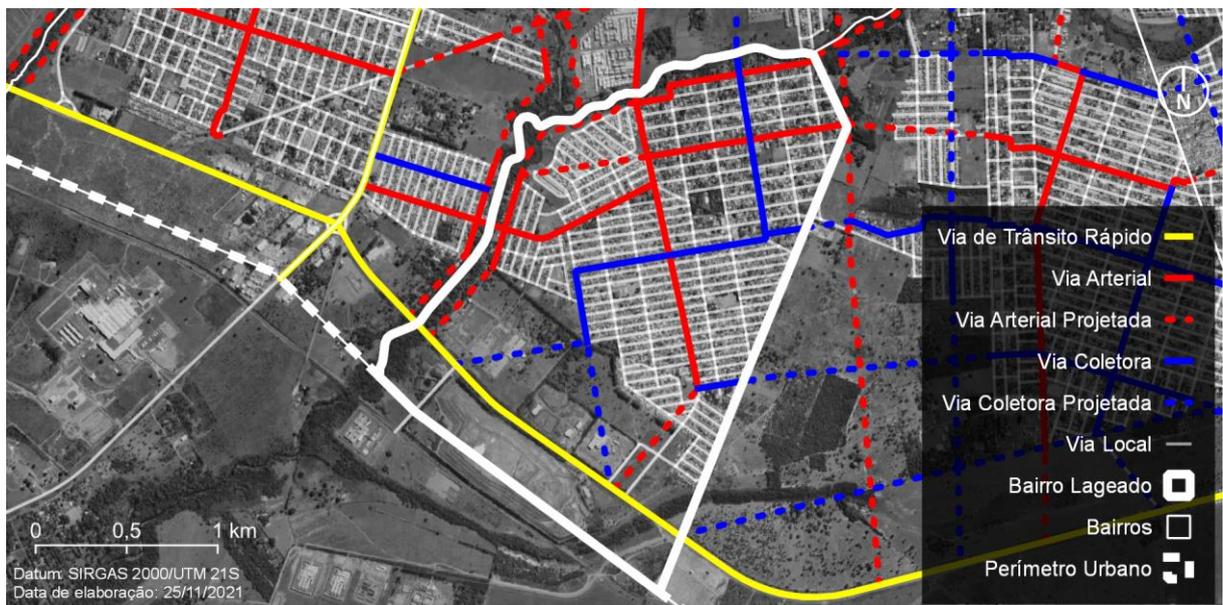
A Hierarquização Viária de Campo Grande é definida pela Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUS) – Lei Complementar 74/2005 (CAMPO GRANDE, 2005) e classifica as vias da cidade em Vias de Trânsito Rápido (VTR), Vias Arteriais (VR), Vias Coletoras (VC) e Vias Locais (VL). O Macro Anel Rodoviário é classificado

como uma VTR, como pode ser observado na Mapa 16. A R. Evelina Figueiredo Selingardi é classificada como um VR, entretanto, segundo LOUS, uma via deste tipo precisa ter no mínimo 23m de largura, quando a via do bairro Lageado tem 15m de largura entre os loteamentos Dom Antônio Barbosa e Parque do Sol. Esta é a via de acesso ao bairro para quem vem do Macro Anel Rodoviário ou da Av. Guaicurus; nela há um intenso tráfego de veículos, dentre os quais é possível encontrar caminhões de transporte de resíduos sólidos urbanos.

Com exceção da Av. João Selingardi (uma VR), todas as outras vias arteriais e coletoras têm dimensões abaixo do que prevê a LOUS. Para ser mais preciso, quase todas as vias locais, dos loteamentos Jardim Colorado, Dom Antônio Barbosa e Parque do Sol têm apenas 10m de largura, ou seja, 3m abaixo da dimensão mínima indicada na LOUS para VL. Essa situação faz com que, nas vias pavimentadas, as calçadas sejam de dimensões muito menores.

Segundo o PDDUA, a revisão do Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana (PDMTU) deve priorizar a hierarquia viária, bem como uma série de outros elementos. Além disso, o Poder Executivo Municipal está autorizado a instituir a Hierarquização do Sistema Viário por meio de decreto (CAMPO GRANDE, 2018).

Mapa 16 - Hierarquização viária



Fonte: SISGRAN (2020a), elaboração própria.

Ciclovias e ciclofaixas

O bairro Lageado possui uma ciclovia implantada junto à R. Arthur Pereira, no loteamento Parque dos Sabiás, que pode ser observada no Mapa 17. O trajeto configura-se em uma via separada da rua, por meio de um canteiro, garantindo uma maior segurança ao ciclista. A ciclovia possui 818,8m de comprimento e é nova, entretanto foi identificado um buraco em sua extensão. Contudo, o elemento de maior destaque observado no Mapa 17 é a falta de conexão da ciclovia do bairro Lageado com outras ciclovias da cidade, uma vez que a ciclovia forma uma linha reta a 3,4km da ciclovia Lindeira, localizada na Av. Dr. Nasri Siufi, no bairro Tarumã; a 3,7km da ciclovia situada na Av. dos Cafezais, no bairro Centro-Oeste, e a 4,9 km da ciclovia que cobre a Av. Graça Aranha/R. da Divisão, no bairro Aero Rancho.

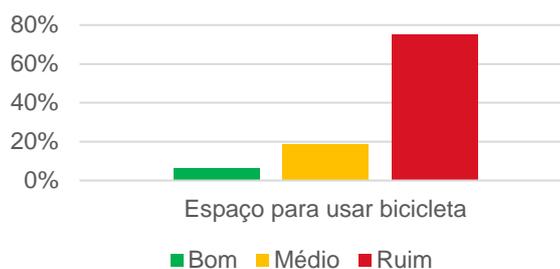
Mapa 17 - Sistema Ciclovitário



Fonte: SISGRAN (2020a), elaboração própria.

As grandes distâncias e a falta de conexão entre as ciclovias são impedimentos para a utilização desses espaços, que deveriam ter por objetivo a facilitação da locomoção pela cidade. Se combinarmos este problema com a estreiteza e falta de pavimentação das vias, são maiores os impedimentos. Entre os moradores questionados, apenas 5,9% utilizam a bicicleta como meio de transporte, entretanto, 75% dos moradores consideram ruim o espaço destinado à utilização de bicicletas.

Gráfico 17 - Percepção de problemas: espaço para bicicletas



Fonte: Autor (2021).

Transporte público

Não são muitos os dados sobre transporte público disponibilizados pela Prefeitura de Campo Grande, ou pelo Consórcio Guaicurus⁴⁴, dificultando a realização de mapeamentos e inviabilizando estudos mais precisos sobre a acessibilidade urbana na capital. A Tabela 3 é uma reconstrução e síntese dos dados disponíveis para os usuários do transporte público, cotejados a partir da pesquisa de campo e dos portais indicados pelo Consórcio Guaicurus. Entre os moradores entrevistados, 41% utilizam o ônibus como meio de locomoção, sendo o principal meio de transporte dos moradores do bairro.

Verifica-se, a partir da Tabela 3, que o bairro é atendido por três linhas de ônibus principais e outras duas complementares. Os horários de pico do bairro são aqueles da saída para o trabalho e estudos (5h a 8h da manhã) e retorno dessas atividades (17h a 20h). Devido a este fato, aos domingos apenas uma linha de ônibus funciona no bairro (110-2). Segundo os moradores, nesses horários, os ônibus saem ou entram no bairro completamente lotados, fato que se pôde confirmar na pesquisa de campo.

Tabela 3 - Linhas de transporte público que alcançam o bairro Lageado

Nº da linha	Nome da linha	Origem	Dias da semana	Loteamentos atendidos	Frequência (seg. a sex.)
063	T. Moreninhas/T. Morenã	Terminal Moreninhas / Terminal Aero Rancho	Segunda a sábado	Parque do Lageado, Dom Antônio Barbosa e Jardim Colorado	Horários de pico: \cong 30min Outros horários: \cong 50min

⁴⁴ Empresa concessionária que opera todo o sistema de transporte coletivo urbano da cidade.

110	Parque do Sol ⁴⁵	Parque do Sol / Terminal Aero Rancho	Segunda a sábado	Parque dos Sabiás, Jardim Colorado, Parque do Sol, José Teruel Filho e Cidade de Deus	Horários de pico: $\cong 15\text{min}$ Outros horários: $\cong 27\text{min}$
110-2	Parque do Sol/T. Aero Rancho - Via Dom Antonio (somente domingo)	Parque do Sol / Terminal Aero Rancho	Domingo	Todos	Horários de pico: $\cong 32\text{min}$ Outros horários: $\cong 1\text{h}$
319	Lageado/Centro ⁴⁶	Dom Antônio Barbosa / Bairro Centro (Peg Fácil Rui Barbosa)	Segunda a sábado	Dom Antônio Barbosa e Parque do Lageado	Horários de pico: $\cong 15\text{min}$ Outros horários: $\cong 1\text{h}$
319-1	Dom Antônio/Lageado/T. Aero Rancho	Dom Antônio Barbosa / Terminal Aero Rancho	Segunda a sexta	Dom Antônio Barbosa e Parque do Lageado	20min

Fonte: Mobilibus (2021), elaboração do autor.

Há uma característica importante a ser destacada no traçado das linhas de ônibus: elas estão limitadas a poucas direções. São elas: a Av. Gunter Hans (no Terminal Aero Rancho), o bairro Moreninhas (no Terminal, somente de segunda a sábado) e o Centro (somente de segunda a sexta, até as 20h). Certamente, o transporte funciona para os que vão nestes locais ou eixos, mas torna-se demorado para os que vão a outros bairros da cidade. A malha de transporte público, partindo de um bairro, deve ser multidirecional, como afirma Campos Filho (2010), de modo que leve o morador a qualquer parte da cidade em tempo reduzido.

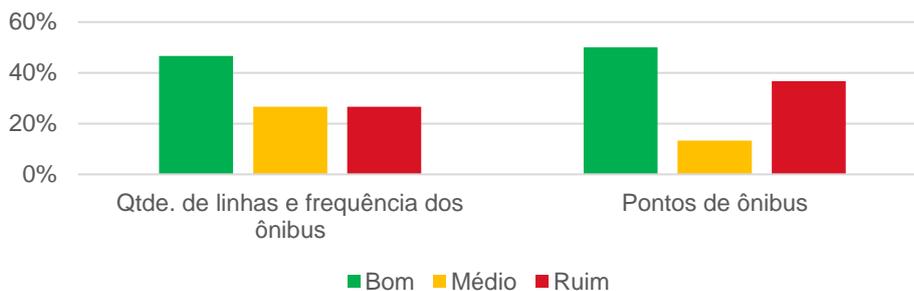
Os pontos de ônibus, por sua vez, são em imensa maioria constituídos por um único poste de madeira, pintado de laranja. Somente nas ruas de maior fluxo, geralmente aquelas pavimentadas, encontram-se pontos de ônibus cobertos e com bancos.

Na avaliação de grande parte dos moradores, tanto a quantidade e frequência de linhas de ônibus, quanto a qualidade dos pontos de ônibus são boas. Os pontos de ônibus, contudo, foram os que receberam uma quantidade maior de avaliações negativas.

⁴⁵ A partir das 20h passa a percorrer também o Dom Antônio Barbosa e o Parque do Lageado.

⁴⁶ Não funciona entre 08h26min e 14h27min. A partir das 18h42min deixa de ir ao bairro Centro e vai apenas até o Terminal Bandeirantes. Encerra todos os dias às 20h.

Gráfico 18 - Percepção de problemas: transporte público



Fonte: Autor (2021).

Calçadas

De modo geral, nas vias pavimentadas há calçadas, mas estas são estreitas e não uniformes, não atendendo aos padrões de acessibilidade. Na R. Evelina Figueiredo Selingardi muitas calçadas são ocupadas como extensão dos comércios, reduzindo ainda mais o espaço para pedestres. Nas vias sem pavimentação, no geral, não há calçadas; as pontualmente existentes não seguem padrões de acessibilidade. Na Figura 15 podem ser observadas duas dessas situações:

Figura 15 - Calçadas no bairro Lageado, sem calçamento (à esquerda) e com calçamento estreita (à direita)

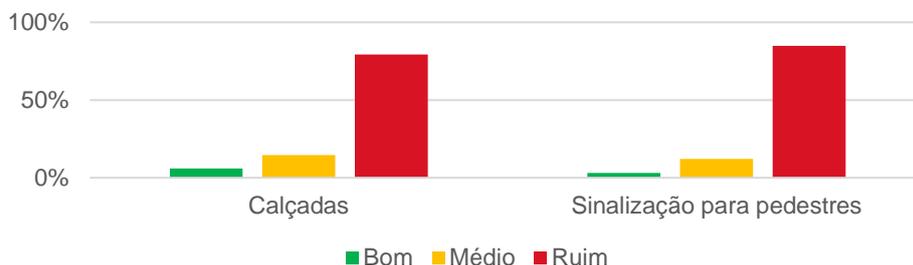


Fonte: Autor (2021).

As condições das calçadas são decorrência direta do tipo de urbanização que se efetivou bairro, sobretudo nos loteamentos Dom Antônio Barbosa, Parque do Sol e Jardim Colorado; requerindo maior planejamento e projetos específicos para a pavimentação das vias. As calçadas foram classificadas como ruins por 79% dos

moradores entrevistados, quanto a sinalização de pedestres atingiu a marca de 85% na mesma classificação:

Gráfico 19 - Percepção de problemas: espaços de circulação peatonal



Fonte: Autor (2021).

4.3.11 Infraestrutura Urbana

Abastecimento de água e coleta de esgoto

O Mapa 18 demonstra que a totalidade das áreas ocupadas por usos residenciais são cobertas pela rede de abastecimento de água; entretanto, foi relatado a falta de água em períodos noturnos, penalizando os moradores que não possuem caixa d'água, em especial aqueles que trabalham e precisam utilizar a água encanada

Mapa 18 - Abastecimento de água e coleta de esgoto

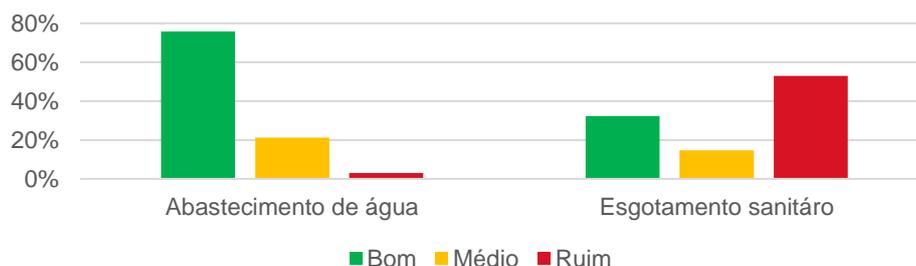


Fonte: SISGRAN (2020a).

no período noturno. Já a rede coletora de esgoto possui uma situação inversa, pois somente os loteamentos mais recentes, Parque dos Sabiás e José Teruel Filho, são atendidos pela coleta de esgoto. Esta é uma situação desveladora, pois o bairro possui uma das duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) da cidade e quase não é beneficiado por ela, evidenciando que os serviços urbanos instalados no bairro, além de impactarem negativamente a qualidade de vida dos moradores, não os atende minimamente. É a desigualdade socioespacial denotada no acesso à serviços públicos. A falta da rede coletora de esgoto torna-se mais problemática quando combinada a famílias numerosas, habitando terrenos pequenos e densamente ocupados, restando pouco espaço para a construção de fossas sépticas. Foi relatado também odores oriundos da rede coletora de esgoto.

Para a grande maioria dos moradores entrevistados o abastecimento de água é bom. Quanto ao esgotamento sanitário, as avaliações são majoritariamente ruins, de modo que os poucos moradores que o avaliaram positivamente são aqueles residentes nos loteamentos já atendidos pela rede coletora de esgoto.

Gráfico 20 - **Percepção de problemas: abastecimento de água e esgotamento sanitário**



Fonte: Autor (2021).

Pavimentação

As ruas pavimentadas são aquelas onde circulam os transportes coletivos (com pequenas exceções) e as ruas do loteamento Parque dos Sabiás. Estas últimas estavam em bom estado de conservação, contudo havia terra e entulho em algumas delas, provavelmente oriundos da rua não pavimentada acima. Quanto as outras ruas pavimentadas, no geral, o pavimento é velho e cheio de reparos. Pouquíssimas ruas do bairro são asfaltadas, como pode ser observado no Mapa 19.

As ruas não pavimentadas dos loteamentos Dom Antônio Barbosa, Jardim Colorado e Parque do Sol têm situação precária. Em grande parte das ruas há entulho sendo usado como base de pavimento. Em muitas ruas é comum haver água escorrendo das casas, o que piora a situação, uma consequência da falta de coleta de esgoto. Algumas ruas são de difícil acesso, prejudicando o tráfego. Na borda do Jardim Colorado com o Rio Anhanduí, as ruas tinham enormes poças de água, por outro lado, no loteamento José Teruel Filho, a situação é um pouco melhor, pois as ruas encontravam-se cascalhadas e niveladas, não havendo água saindo das casas. Segundo a Associação de moradores desse loteamento, o cascalhamento periódico foi uma solicitação dos moradores.

Mapa 19 - Pavimentação

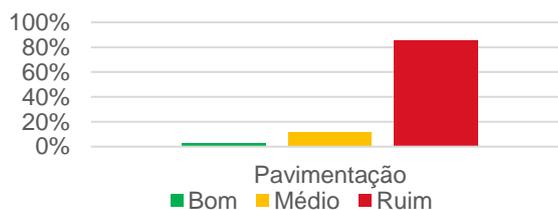


Fonte: SISGRAN (2020a), elaboração própria.

O

Gráfico 21 demonstra que a grande maioria dos moradores questionados considera a pavimentação ruim, denotando o grau de severidade do problema:

Gráfico 21 - Percepção de problemas: pavimentação

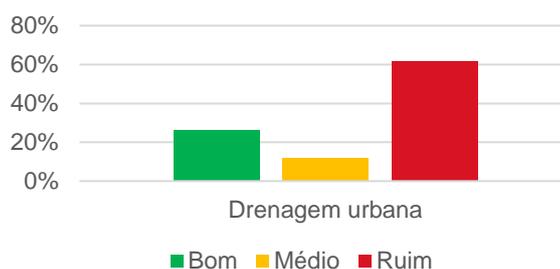


Fonte: Autor (2021).

Drenagem de águas pluviais

O único local com bocas de lobo visíveis é no loteamento Parque dos Sábias. No restante do bairro, o único elemento de drenagem notado foram as guias das calçadas das ruas pavimentadas. Os moradores, por sua vez, relataram problemas com enxurradas, com destaque para a R. Evelina Figueiredo Selingardi, mas o problema ocorre em outros pontos. Ainda segundo os moradores, há residências que sofrem severamente com enchentes, em decorrência das enxurradas. A drenagem de águas pluviais foi avaliada como ruim por 60% moradores questionados.

Gráfico 22 - Percepção de problemas: drenagem



Fonte: Autor (2021).

Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Há acúmulo de entulho e lixo em algumas esquinas, especialmente na interface das vias pavimentadas e de terra. Há água escorrendo ou acumulada em algumas ruas, com aparência de águas cinzas, mesmo não havendo chovido no dia anterior ao levantamento de campo. No geral, as ruas asfaltadas possuem muita terra e pedregulhos acumulados.

Na R. Evelina Figueiredo Selingardi, quando é de terra (saindo da Favela Cidade de Deus II e indo em direção ao Aterro Sanitário), há muito acúmulo de lixo, com muitos galhos de árvores, conforme ilustrado na Figura 16. Essa situação evidencia que pessoas vão até o bairro e descartam resíduos em áreas vazias, especialmente nas imediações da Favela Cidade de Deus II, UTR e Aterro Sanitário, conforme relato dos moradores:

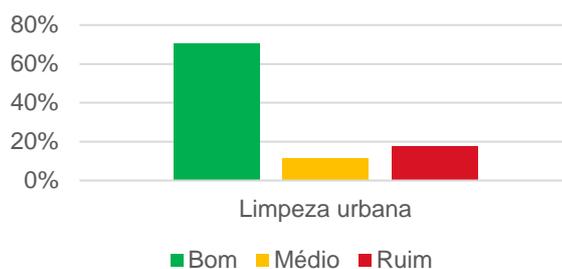
Figura 16 - **Acúmulo de lixo na R. Evelina Figueiredo Selingardi**



Fonte: Autor (2021).

Outro problema perceptível é o mau cheiro que existe no bairro, cujo ponto mais forte é no loteamento José Teruel Filho e Favela Cidade de Deus. Os moradores alegam que tal cheiro decorre das atividades da empresa Organoeste, localizada há poucos metros dali, e que tem como atividade comercial a compostagem de matéria orgânica. Outro local com mau cheiro, ainda que com diferenças, é nas imediações da ETE Los Angeles, no loteamento Jardim Colorado.

Para os moradores, o conjunto limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é bom. Entretanto, há um consenso de que a coleta de resíduos sólidos urbanos é boa, mas a limpeza das ruas e áreas públicas é péssima, de acordo com os problemas já expostos.

Gráfico 23 - **Percepção de problemas: limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**

Fonte: Autor (2021).

Iluminação pública

De maneira geral, há iluminação pública instalada nas ruas do bairro Lageado, contudo há alguns pontos onde a iluminação é inexistente, ou está desativada. A Figura 17 mostra uma rua, do loteamento José Teruel Filho, que não possui instalação de postes de iluminação pública. O problema é mais evidente no loteamento José Teruel Filho e Favela Cidade de Deus II. Segundo os moradores, o problema já se arrasta por anos.

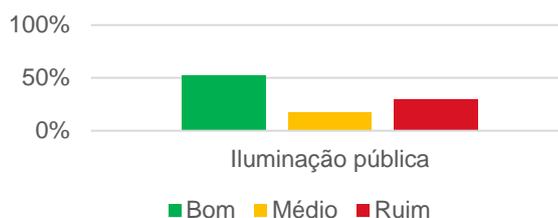
Figura 17 - R. Leopoldina de Queiroz Maia



Fonte: Autor (2021).

Entre os moradores questionados, 53% apontaram como boa a iluminação pública do bairro, o que pode ser observado no Gráfico 24.

Gráfico 24 - Percepção dos problemas: iluminação pública



Fonte: Autor (2021).

Comunicação

Segundo os portais das empresas de telecomunicações Claro⁴⁷, Vivo⁴⁸, Oi⁴⁹ e Tim⁵⁰, o bairro Lageado tem cobertura total de telefonia móvel e internet 4G. Algumas das operadoras oferecem também o serviço de internet 4.5G (maior velocidade que o 4G), porém este tem um alcance menor, penalizando sobretudo os moradores residentes nos limites do bairro (Parque dos Sabiás, José Teruel Filho e Cidade de Deus, principalmente).

Além disso, foi consultado por meio do televentas das empresas Vivo, Oi e Claro a disponibilidade do serviço de Internet por fibra óptica, que se encontra indisponível para o bairro. Destacamos ainda que algumas dessas empresas não possui nenhum tipo de serviço para internet residencial ou comercial no bairro.

Obviamente, essas não são as únicas formas de acesso à internet fixa, pois diversas empresas de menor porte atuam no bairro, ofertando velocidades de 50 a 500 megas a preços de mercado.

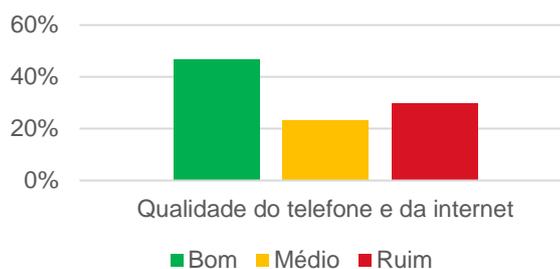
Nesse quadro, uma parcela significativa dos moradores considera a qualidade da internet e do telefone boa; entretanto, há uma grande quantidade de moradores que avaliou a qualidade desses serviços como médio ou ruim.

⁴⁷ Disponível em: <https://cobertura.claro.com.br/>. Acesso em: 26 nov. 2021.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.vivo.com.br/para-voce/por-que-vivo/qualidade/cobertura>. Acesso em: 26 nov. 2021.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.oi.com.br/oi/oi-para-voce/planos-servicos/cobertura/>. Acesso em: 26 nov. 2021.

⁵⁰ Disponível em: <https://site.tim.com.br/rj/para-voce/cobertura-e-roaming/mapa-de-cobertura>. Acesso em: 26 nov. 2021.

Gráfico 25 - **Percepção de problemas: internet e telefonia**

Fonte: Autor (2021).

4.3.12 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA)

Macrozoneamento e zoneamento

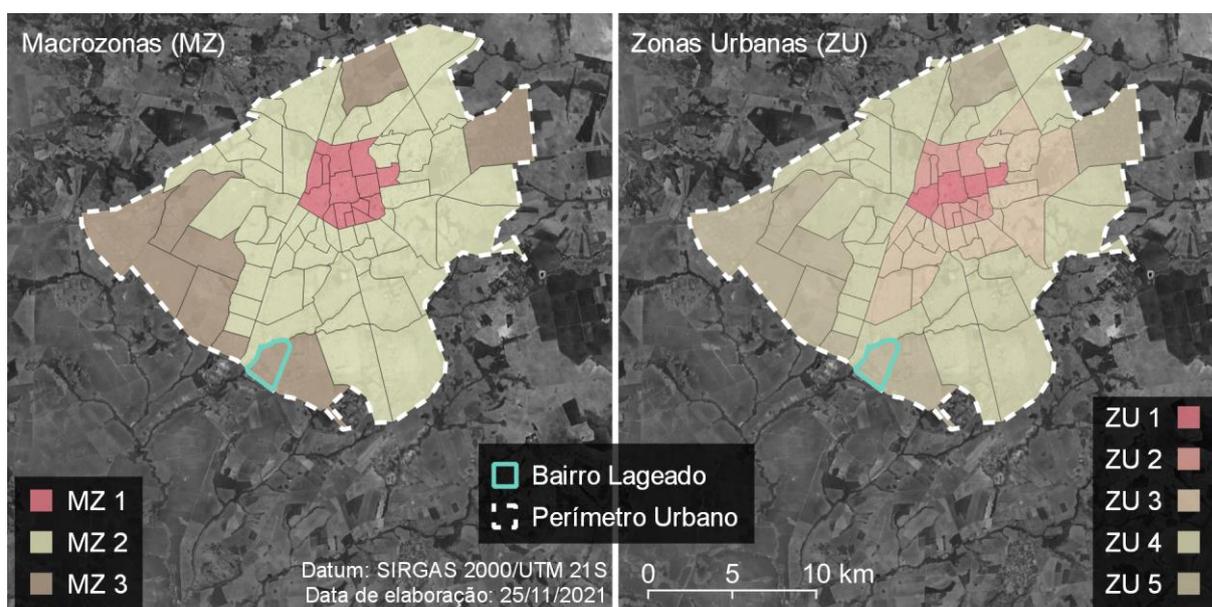
O PDDUA estabelece o macrozoneamento, que é “o primeiro nível de definição das diretrizes espaciais que estabelece um referencial para o uso e a ocupação do solo do Município” e determina as macrozonas urbanas para “efeito do ordenamento da ocupação do solo e do controle e proteção ambiental”, no Art. 21, da Lei Complementar nº 341/2018 (CAMPO GRANDE, 2018).

O bairro Lageado está dentro da Macrozona Urbana (MZ) 3, como pode ser verificado no Mapa 20. Para esta macrozona é indicado o adensamento futuro e é apontado que a urbanização deve ocorrer de maneira lenta e restritiva. Os lotes e as glebas são estimulados para a construção de habitações e agricultura urbana, tal como a diversificação de usos em bairros urbanizados. Os instrumentos jurídicos aplicáveis são: direito de preempção; parcelamento, edificação e utilização compulsórios; desapropriação; operação urbana consorciada e; outorga onerosa do direito de construir. Nesta macrozona a densidade demográfica líquida prevista é de 120 hab/ha e a densidade demográfica é de até 52 hab/há, segundo o Art. 20, inciso III, do PDDUA (CAMPO GRANDE, 2018).

Além disso, o PDDUA estabelece cinco tipos de Zonas Urbanas. O bairro Lageado está inserido na Zona Urbana (ZU) 5, como pode ser observado no Mapa 20. Esta Zona caracteriza-se pelos menores parâmetros de ocupação, não se dissociando do estabelecido para a Macrozona 3, do qual esta ZU faz parte.

A taxa de ocupação é de 0,5 e o Coeficiente de Aproveitamento Mínimo é de 0,1, diferentemente das outras Zonas Urbanas. Quanto aos Coeficientes de Aproveitamento Básico e Máximo, estes são de 1 e 1,5, respectivamente, possuindo os menores índices das Zonas Urbanas. A Outorga Onerosa/Transferência do Direito de Construir é de 0,50. A ZU 5 tem Índice de Elevação de 2, sendo também o menor das Zonas Urbanas. Quanto à área mínima e testada dos lotes, observa-se que não se difere muito do restante das Zonas, fixadas em 250m² e 10m, respectivamente. Esta Zona Urbana tem recuos laterais, frente e fundo livre, exceto para Outorga Onerosa/Transferência do Direito de Construir; os parâmetros livres diferem das demais Zonas Urbanas, as quais possuem parâmetros mínimos a serem seguidos.

Mapa 20 - Macrozoneamento e zoneamento



Fonte: SISGRAN (2020a).

Um lote padrão dos loteamentos Dom Antônio Barbosa, Parque do Sol e Jardim Colorado têm apenas 200m² de área; no José Teruel Filho esse valor é de 220m², ambos abaixo do que está previsto no PDDUA para a ZU 5. Cabe ressaltar que esses loteamentos foram aprovados antes da elaboração do PDDUA.

Zonas Ambientais e Agricultura Urbana

O PDDUA estabelece cinco Zonas Ambientais (ZA) em Campo Grande, variando-se a Taxa de Relevância Ambiental (TRA) mínima e a Taxa de Permeabilidade mínima. Tais Zonas Ambientais foram estabelecidas a partir do

cruzamento de dados de análise geotécnica, hídrica e topográfica da área urbana. O bairro Lageado está na Zona Ambiental 5 (ZA 5), como pode ser observado no Mapa 21, que conta com a maior TRA mínima e a maior Taxa de Permeabilidade. A TRA do Lageado é de 0,50 e a Taxa de Permeabilidade é de 30% (CAMPO GRANDE, 2018).

A Taxa de Relevância Ambiental, para ser aplicada, ainda precisa de regulamentação pelo Poder Público Municipal, conforme o Conselho Municipal da Cidade (CMDU), o que está atualmente em andamento.

O PDDUA estabelece áreas para a implantação de Agricultura Urbana, em lotes e glebas vazios. O Art. 90, do PDDUA, aponta para um Plano Municipal de Agricultura Urbana com as seguintes diretrizes:

- Incentivar o plantio e a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros;
- Fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar, bem como a certificação de produtos, com vistas à inclusão econômica, produtiva e social no meio urbano;
- Promover a produção sustentável;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais.

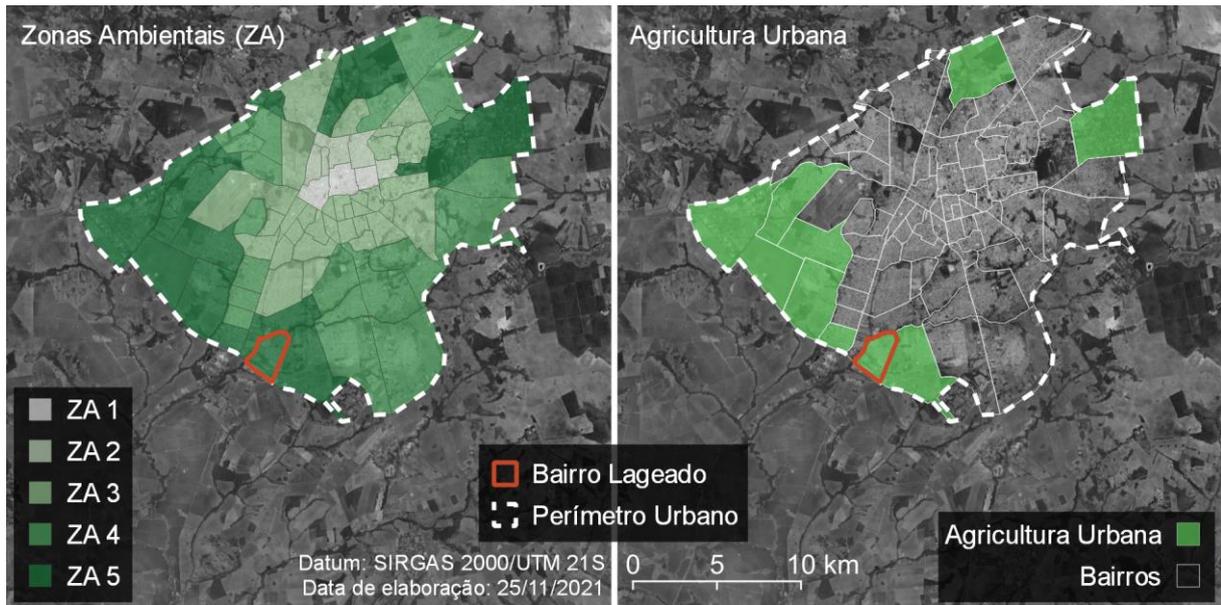
Prevê-se, portanto, a concessão de incentivos para tal atividade, em lotes e glebas desocupados dentro do perímetro urbano, em parceria com entidades, tais quais os governos municipal, estadual e federal. Porém, esta atividade ainda precisa passar por regulamentação, como previsto no Art. 92, do PDDUA (CAMPO GRANDE, 2018).

Segundo informações preliminares da Prefeitura de Campo Grande, este programa será estruturado em duas frentes:

- **Projeto de Hortas Urbanas:** produção de hortaliças e ervas medicinais em EMEIs, Institutos Públicos, Comunidades Carentes etc.
- **Projeto Agricultura Agroecológica:** prevê a instalação de unidades agroecológicas com produtos orgânicos e núcleos agroecológicos.

Como pode ser observado no Mapa 21, todo o Bairro Lageado está inserido em Zona de Agricultura Urbana, todavia, a implementação de projetos de agricultura urbana no bairro deve ser vista com ressalva, pois é problemática a instalação desse tipo de uso do solo próximo ao Aterro Sanitário.

Mapa 21 - Zonas Ambientais e de Agricultura Urbana



Fonte: SISGRAN (2020a), elaboração própria.

Zonas Especiais

O PPDUA prevê a existência de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são “passíveis de serem utilizadas para programas públicos de regularização fundiária e produção de habitação de interesse social, de comunidades quilombolas e indígenas e de estoque de terras”, segundo o Art. 30, da Lei Complementar nº 341/2018 (CAMPO GRANDE, 2018). O bairro Lageado possui 5 ZEIS, formando dois blocos: o primeiro bloco abrange, sobretudo, a Favela Cidade de Deus; o segundo bloco fica localizado no loteamento Parque dos Sabiás, observado no Mapa 22. Todas as ZEIS do Lageado encontram-se parcialmente ou totalmente ocupadas.

O PDDUA também prevê a existência de Zona Especial de Interesse Econômico (ZEIE), destinadas às atividades econômicas de grande porte e uso especial, conforme aponta o Art. 32 da Lei Complementar nº 341/2018 (CAMPO GRANDE, 2018). Contígua à área ocupada pela Favela Cidades de Deus, de acordo com o PPDUA, está o Polo Empresarial dos Reciclados Dom Antônio Barbosa, que se trata de uma Zona de Especial Interesse Econômico (ZEIE) 3, conforme ilustrado no Mapa 22. Dentro da ZEIE 3 está o Aterro Municipal Dom Antônio Barbosa I e II, a Empresa Organoeste, e a Unidade de Triagem de Resíduos (UTR).

O PDDUA estabelece cinco tipos de Zonas Especiais de Interesse Ambiental, “que apresentam características naturais, culturais ou paisagísticas relevantes para a preservação de ecossistemas importantes e manutenção da biodiversidade”, Art. 39, Lei Complementar nº 341/2018 (CAMPO GRANDE, 2018). No bairro Lageado estão presentes as ZEIAS 1 e 2, como representado no Mapa 22. A ZEIA 1 é a área de proteção permanente, posto isso, não é possível a construção sobre ela. Já a ZEIA 2 destina-se a proteção e conservação, mas permite o parcelamento e ocupação, nos termos do PDDUA.

Mapa 22 - Zonas Especiais (ZE)



Fonte: SISGRAN (2020a), elaboração própria.

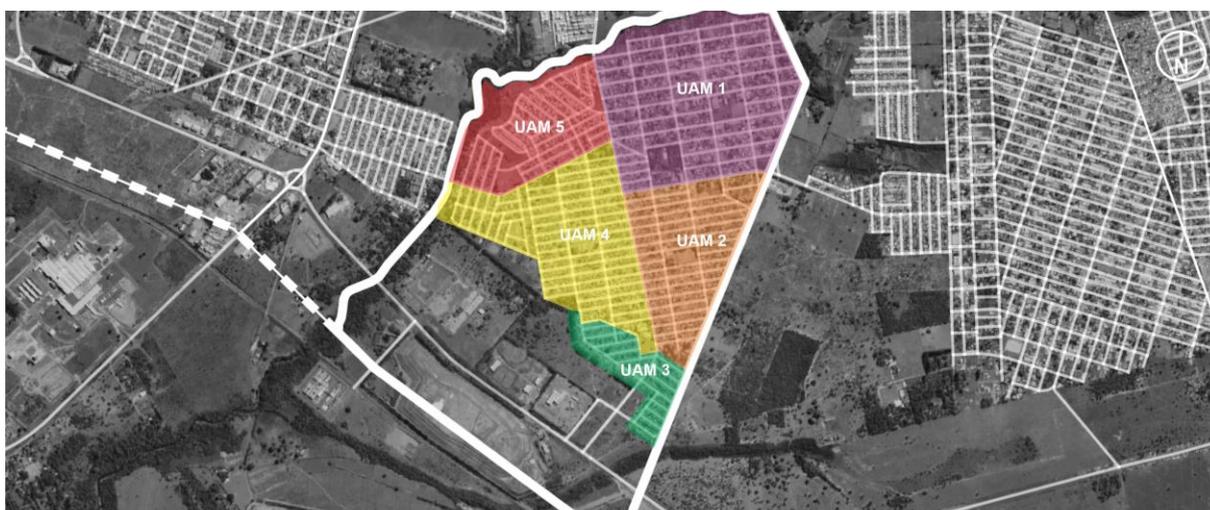
5 PARÂMETROS PARA O PLANO DE BAIRRO

5.1 Proposta teórico-metodológica

Propomos, como abordagem inicial para a elaboração de um Plano de Bairro, a compreensão das desigualdades socioespaciais implicadas. Faz-se necessário compreender que tais desigualdades são explicadas pelo desenvolvimento geográfico desigual, produto e premissa do desenvolvimento capitalista, sendo as desigualdades socioespaciais condição/meio/produto desse desenvolvimento. Exige também compreender como e por quem este espaço urbano foi produzido, bem como a sua inserção no contexto urbano.

Uma metodologia para ser aplicada ao Plano de Bairro pode ser extraída de Campos Filho (2010), que utiliza o processo de planejamento participativo. A partir deste autor, elaborou-se um esboço de Unidades Ambientais de Moradia (UAM) para o bairro Lageado, que servem também como unidades de planejamento na elaboração do Plano de Bairro, e são apresentadas na Figura 18. Dos critérios apontados por Campos Filho (2010), utilizamos dois: a criação de espaços isolados do tráfego intenso, para tanto utilizamos as vias arteriais como limites; e a forte vinculação interna e histórica existente no loteamento José Teruel Filho e Favela Cidade de Deus II. Uma alternativa a esse modelo é considerar a própria divisão de loteamentos como UAM, entretanto algumas vias impediriam a criação das “ilhas de tranquilidade”. Esse é um esboço que pode ser alterado por um processo de planejamento participativo.

Figura 18 - Unidades Ambientais de Moradia para o bairro Lageado



Fonte: Autor (2021).

Para a elaboração do Plano de Bairro é preciso, então, um amplo diagnóstico, cujo exemplo esboçamos no capítulo anterior. A participação da população nesse diagnóstico, conforme exposto, se deu por questionários e entrevistas, mas em outro cenário, a elaboração de leituras comunitárias são profundamente positivas para um diagnóstico do bairro, tendo em vista os conhecimentos imprescindíveis dos moradores do lugar.

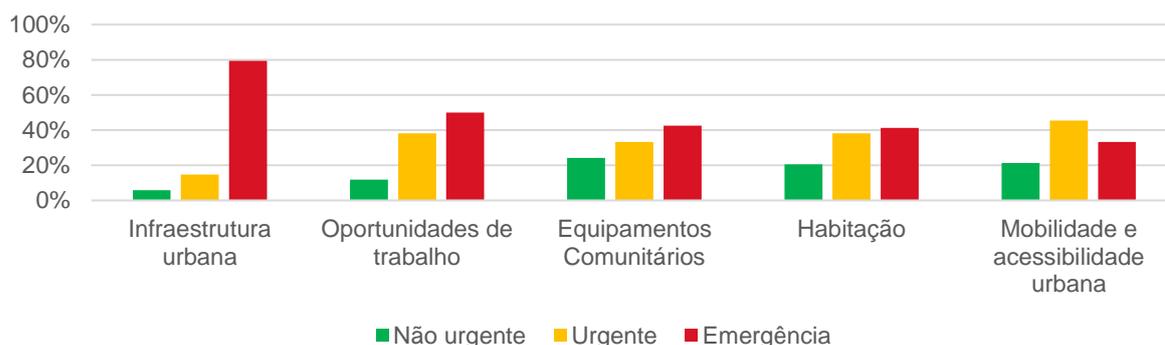
A participação efetiva no planejamento, conforme mencionado anteriormente, ocorre somente quando há parceria ou delegação de poder na relação entre Estado e comunidade; e quando essas possibilidades não forem viáveis ou possíveis, a autogestão é uma importante alternativa. O planejamento do espaço do bairro deve incluir seus moradores quanto sujeitos desse processo, de tal forma que estes participem em cada etapa. Deve haver conflitos, tanto internos, quanto com os anseios da administração municipal, mas estes conflitos devem ser encarados dentro do processo de planejamento e não escamoteados.

De toda forma, as experiências apresentadas na seção 3.6 Referências de planos de bairro são fundamentais para nortear o processo.

5.2 Prioridades elencadas pelos moradores e lideranças

Os moradores foram incentivados a responderem ao questionário e fazer uma classificação entre emergência (vermelho), urgência (amarelo) e não urgência (verde) de algumas dimensões do bairro, para que fosse definida quais eram as prioridades. O resultado pode ser observado no Gráfico 26. 79% dos moradores consideram que a Infraestrutura Urbana era uma emergência, exigindo atenção imediata.

Gráfico 26 - Elencando prioridades



Fonte: Autor (2021).

Ao final, pediu-se que os moradores detalhassem qual eram suas prioridades e as respostas foram diversas. Os itens mais citados (ordenado pelo número de vezes citado) foram:

1. Pavimentação;
2. Unidade de saúde 24h;
3. Rede coletora de esgoto;
4. Escola.

Esta última, na maioria dos casos, foi detalhada como uma alternativa à EM Pe. Tomaz Ghirardelli. Outros itens também foram citados: creche, acessibilidade, segurança, mau cheiro, conclusão das moradias (Favela Cidade de Deus II), espaços de lazer para crianças, calçadas, limpeza urbana, pontos de ônibus cobertos e com banco, redução do custo de vida e educação para jovens.

Nas entrevistas realizadas com algumas lideranças do bairro, questionou-se quais são as reclamações e reivindicações para o bairro Lageado. Alguns dos entrevistados listados abaixo participaram de um vídeo de apresentação do Projeto de Extensão sobre a Cidade de Deus, coordenado pela Profa. Dra. Maria Lúcia Torrecilha (TV UFMS, 2020).

Tabela 4 - Principais reivindicações

Principais reivindicações	Entrevistados e cargos	Nome da associação
Mau cheiro⁵¹ (curto prazo); Coleta de esgoto (médio prazo); Pavimentação das vias (médio prazo); Ponte ligando o Parque Lageado ao Jardim Manaíra, no bairro Centenário (médio prazo).	Celso Luiz de Paulo (Celsinho Lanches), presidente.	Associação de Moradores do Bairro Parque do Sol
Moradia (curto prazo); Escola (médio prazo); Lotérica (longo prazo).	Ronaldo Leão (Ronny), presidente. Antônio, vice-presidente. Elaine, secretária.	Associação de Moradores do Residencial José Teruel I e II
Saneamento básico, sobretudo a instalação da rede coletora de esgoto.	Rubens Honório Alcantara (Rubinho), presidente.	Associação de Moradores do Bairro Dom Antônio Barbosa

Fonte: entrevistas realizadas pelo autor (2021), elaboração própria.

⁵¹ O bairro Lageado como um todo, sofre com um forte mau cheiro exalado, segundo os moradores, pela empresa Organoeste.

Além disso, foi entrevistado o Padre Agenor Martins da Silva, presidente do Instituto Misericordes, que atua há 8 anos no bairro Lageado, com atendimento diário a crianças do loteamento José Teruel Filho e da Favela Cidade de Deus. Excepcionalmente durante a pandemia, atuou também junto a outros loteamentos, em parceria com as associações de moradores. Para o entrevistado, um problema que passa a emergir no bairro Lageado é a proposta de instalação do “novo lixão”, o Aterro Sanitário Ereguaçu, próximo ao bairro Lageado. O novo aterro terá vida útil estimada de 40 anos e pode reforçar os impactos gerados pelo aterro sanitário ainda em funcionamento.

É notável que a infraestrutura urbana tem grande destaque para os moradores do bairro Lageado, especialmente a coleta de esgoto e a pavimentação. É nítido a existência de problemas também na rede de saúde, sobretudo com a falta de profissionais. De modo geral, os problemas e reivindicações apresentados pelos moradores têm ampla base nos diagnósticos, refletindo deficiências do bairro, que tem origem no seu próprio processo de formação socioespacial.

5.3 Síntese de proposições

O diagnóstico apresentado no capítulo anterior demonstra um conjunto de problemas que necessitam de intervenção. As proposições que se seguem são fruto desse diagnóstico, mas também do contato com as lideranças e moradores do bairro Lageado. Algumas propostas são semelhantes às propostas desenvolvidas no Projeto de Extensão “Projeto Urbanístico da Cidade de Deus: discussão e resultados”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Lúcia Torrecilha, atualmente em execução. Longe de esgotar as possibilidades de intervenção, apresenta-se uma base da qual partir.

Tabela 5 - **Proposições básicas do estudo**

Dimensões	Proposições
Socioeconômica	<ul style="list-style-type: none"> - Considerar a Taxa Geométrica de Crescimento para o planejamento; - Considerar crianças e adolescentes como sujeitos ativos no processo de planejamento, através de atividades e propostas específicas para esse público; - Elaboração de políticas públicas específicas para pessoas negras; - Elaboração de políticas públicas para aumento de renda, que considere especialmente gênero e raça; - Considerar os indicadores socioeconômicos na distribuição de investimentos públicos;

	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de políticas públicas de formalização de vínculo empregatício;
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar formas consensuadas de transferência das famílias habitantes em APPs; - Integrar a proteção das APPs a formas de lazer, tais como nos Parques Lineares⁵²; - Incluir o plantio de vegetações nativas no bairro, em especial na arborização das vias e espaços públicos;
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar Habitações de Interesse Social nos vazios urbanos, de acordo com a demanda, garantindo acesso àqueles que habitam em barracos; - Substituição de habitações nos casos em que a família possuir a titularidade do lote, mas habitação for precária, sem possibilidade de melhoria; - Executar Melhorias Habitacionais nas habitações que necessitem de intervenção, a partir de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS);
Equipamentos comunitários	<ul style="list-style-type: none"> - Construir uma nova escola municipal, mais próxima ao loteamento José Teruel Filho e Favela Cidade de Deus II; - Implantar uma unidade de saúde de pronto atendimento (24h) no bairro Lageado ou bairros vizinhos; - Disponibilizar um maior número de profissionais de saúde nas unidades de saúde existentes; - Recuperar os equipamentos de lazer e esportes existentes; - Qualificar as áreas não oficiais utilizadas pelos moradores para esporte e lazer, através de projetos arquitetônicos próprios e investimento público; - Implantar equipamentos de cultura atrelados a políticas culturais, no bairro; - Diversificar os equipamentos de cultura, esporte e lazer, segmentando-se para crianças e adolescentes/jovens, criando espaços específicos para cada um desses grupos etários; - Implantar Academias ao ar livre, especialmente para idosos, nos equipamentos de esporte e lazer e que estas sejam de livre acesso; - Elaboração de políticas públicas de segurança pública comunitária;
Mobilidade e acessibilidade urbana	<ul style="list-style-type: none"> - Revisar a Hierarquização Viária, considerando as dimensões das ruas do bairro; - Conectar a ciclovia do bairro Lageado ao restante do Sistema Cicloviário Municipal, através do planejamento das ciclovias da cidade, no Plano de Mobilidade; - Implantar ciclofaixas no interior do bairro, conectando à ciclovia existente e ao Sistema Cicloviário Municipal; - Elaboração de uma política pública de incentivo à instalação de bicicletários nos comércios e serviços do bairro (privados e públicos); - Avaliar a implantação de linhas de ônibus indo para novas direções, buscando a multidirecionalidade; - Implantar pontos de ônibus cobertos, com banco e espaço para acessibilidade no bairro; - Garantir que as calçadas do bairro atendam ao Guia de Calçadas de Campo Grande, mesmo que seja necessário a redução do espaço do automóvel; - Implantação de sinalização de pedestres em todas as vias;

⁵² Forma de parque comum na cidade de Campo Grande, ao longo de cursos d'água.

<p>Infraestrutura urbana</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de caixa d'água nas residências das famílias que não a possuem; - Instalação de rede de coletora de esgoto nos loteamentos ainda não atendidos; - Tamponamento das fossas desativadas; - De imediato, executar periodicamente o cascalhamento e nivelamento das vias não pavimentadas; - Pavimentar as vias do bairro, garantindo calçadas adequadas, que assegure a acessibilidade; - Recuperar o pavimento das vias atualmente pavimentadas; - Instalação de ponte ligando o Parque do Lageado ao Jardim Manaíra (bairro Centenário); - Elaborar políticas públicas de medidas não estruturantes de controle de inundação, que garantam o máximo de permeabilidade e armazenamento de água da chuva diretamente no lote, evitando que chegue à rua; - Instalar rede de drenagem; - Instalação de Ecoponto⁵³; - Limpeza periódica das ruas e áreas públicas do bairro; - Instalação de rede de iluminação pública nas vias que não dispõe dela; - Manutenção da rede iluminação pública existente.
<p>Legislação, serviços urbanos e indústria</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Restringir a instalação de usos do solo de grande impacto ambiental e poluidoras próximos às residências; - Remoção imediata das empresas que provocam poluição no bairro impactando na qualidade de vida da população; - Compensação pelos impactos gerados pelas empresas e serviços urbanos de grande porte, na forma de investimentos em infraestrutura urbana, equipamentos comunitários e mobilidade urbana; - Participação dos moradores na avaliação da implantação de novos empreendimentos impactantes no entorno do bairro.
<p>Gestão democrática</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de um processo de planejamento participativo, com centralidade nas entidades, organizações e movimentos do bairro Lageado, em modelo de parceria, delegação de poder ou autogestão; - Criação da Câmara de Bairro do Lageado, nos termos do Art. 145 do PDDUA, que possa acompanhar a realização do Plano de Bairro, bem como sua implementação.

Fonte: Autor (2021).

⁵³ Ecopontos são locais de grande dimensão que recebem resíduos sólidos urbanos e pequenas quantidades de resíduos de construção e demolição visando a destinação correta. Atualmente existem 5 Ecopontos instalados em Campo Grande.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de planejamento de bairro, o qual chamamos de Plano de Bairro, envolve um grande conjunto de variáveis. No início deste trabalho, questionamo-nos sobre quais são os agentes e processos presentes na formação socioespacial do Lageado? O agente social mais presente na produção do espaço urbano do bairro Lageado é o Estado, que em sua presença-ausência induz a ocorrência de contradições, resultando em conflitos. Sendo o próprio Estado palco de lutas, os grupos sociais excluídos sofrem as consequências da ação estatal, ao passo que recorrem a ele para garantir condições mínimas de reprodução da vida. No bairro Lageado esse processo se expressa na criação do Lixão e seu fechamento há mais de 30 anos, área onde ainda é possível identificar a permanência da disposição de resíduos, na forma de aterro sanitário. A ação do Estado aparece também na criação dos loteamentos sociais nos anos 1990 e na ocupação dos terrenos onde encontram-se as favelas Cidade de Deus I e II, cujas reivindicações eram as de produção de moradias. O papel do Estado se assemelha à hipótese elaborada no início deste trabalho, mas são trazidos novos elementos ao longo da discussão, evidenciando que este processo não se encerra, pois, ainda hoje, há disputas envolvendo os rumos do bairro.

É preciso verificar, no entanto, que o Estado ainda atua em consonância com proprietários e promotores imobiliários, além do capital financeiro-imobiliário. Atualmente, quadras inteiras encontram-se vazias, aguardando valorização, enquanto o Estado dota o entorno delas de infraestrutura urbana básica. Foi com o bairro Lageado já implantado que foram vendidos os lotes do Parque dos Sabiás, na última década.

É nesse cenário que emerge a potência das lutas populares e dos trabalhadores, que reivindicam a partilha do capital social imobilizado na cidade. Os movimentos sociais urbanos do bairro Lageado são importantes agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano. Por meio de lutas diversas, conquistam a construção de moradias, postos de saúde, praças, entre outros. É a partir destas lutas que os moradores do bairro garantem as condições mínimas de sobrevivência; à sua maneira, criam seus próprios espaços quando o Estado é ausente, tal qual o

parquinho implantado pelos moradores do loteamento José Teruel Filho e Favela Cidade de Deus II.

Para analisar o bairro Lageado, nos questionamos qual o perfil socioespacial e socioeconômico do bairro Lageado. Este bairro caracteriza-se por ser o bairro com maior proporção de pessoas negras da cidade de Campo Grande; por abrigar mais trabalhadores informais do que formais, alguns dos quais trabalham como catadores de materiais recicláveis; e por abrigar famílias que possuem baixos rendimentos e utilizam majoritariamente o transporte público. O bairro tem um conjunto de equipamentos comunitários, mas em alguns deles faltam profissionais, enquanto outros atendem uma demanda muito grande para a sua infraestrutura. Conseguimos, contudo, um maior detalhamento do perfil do bairro do que o estabelecido na segunda hipótese deste trabalho. Traçar este perfil foi fundamental para compreender quais são os resultados das ações dos agentes citados.

Não é possível tratar toda a cidade como espaço homogêneo, pois há importantes diferenças. Compreendemos que essas diferenças, sob o capitalismo, transmutam-se em desigualdades e é como desigual que diferentes bairros se articulam. O horário de início à operação dos ônibus, bem como sua frequência e direção, indica que o dia do trabalhador do Lageado inicia-se bastante cedo; o sentido do tráfego é para fora do bairro, retornando após os horários que compreendem as jornadas de trabalho, além de contar com longas horas de trajeto. Dessa forma, observamos que o bairro Lageado fornece um grande quantitativo de trabalhadores para diversos bairros da cidade. O planejamento urbano deve partir de um diagnóstico profundo da realidade urbana, de acordo com seus respectivos problemas. O Plano de Bairro permite, portanto, um olhar mais “de perto”, devido à sua escala.

Por meio do Plano de Bairro tornam-se visíveis os conflitos que ocorrem no entorno do habitar e a partir dele. Nos questionamos também em que medida um Plano de Bairro pode reduzir as desigualdades socioespaciais apontadas em indicadores. Como apontando, o planejamento em si não é capaz de superar um problema que faz parte de uma estrutura econômica; e o Plano de Bairro certamente não é a solução para a crise urbana, mas é uma ferramenta de luta para aqueles que a enfrentam. Esse é um avanço em relação à terceira hipótese deste trabalho.

Temos assim um conjunto básico de informações das quais partir para efetivamente planejar o bairro; um processo que só fará sentido se tiver como objeto central o sujeito, ou seja, os próprios moradores do bairro

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais). **E-book**.

ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 551–563, 18 out. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163307>. Acesso em: 3 nov. 2021.

ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serviço Social e Sociedade**, n. 106, p. 219–240, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/m9myrdnWWqsDjph5WRsRHym/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jul. 2021.

AMPVA – Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo. **Plano Popular da Vila Autódromo**: plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro: AMPVA, [s. d.]. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudodromo.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

BATISTOTI, Aleida Fontoura; LATOSINSKI, Karina Trevisan. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MS. **RUA**, v. 25, n. 1, 30 maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8655545>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 29 nov. 2021.

_____. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

CAMPO GRANDE. Lei Complementar n. 74, de 6 de setembro de 2005. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município de Campo Grande e dá outras providências. 2005. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/downloads/lei-complementar-n-742005/>. Acesso em: 9 nov. 2021.

_____. Lei Complementar nº 341, de 4 de dezembro de 2018. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA). 2018. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/pddua/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992. (Coleção cidade aberta).

_____. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Socioespacial. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 45–60, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/569>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação**, v. 12, n. 18, p. 39–62, dez. 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/597/1226>. Acesso em: 26 ago. 2021.

COBOS, Emilio Pradilla. Empresarios, gobiernos y ciudadanos en la disputa por la ciudad. **Política governamental e ação social no espaço.** 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 23–38.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 62–72, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570>. Acesso em: 22 jun. 2021.

_____. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2012. p. 41–52.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1994>. Acesso em: 27 nov. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

GOOGLE EARTH PRO. Google Earth Pro. 2021.

GOOGLE STREET VIEW. Google Street View. 2021.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Ronnie Aldrin (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois**. São Paulo: Cortez, 2014. v. 1.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad.: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19 [Base de dados]**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais?=&t=sobre>. Acesso em: 24 mar. 2021.

_____. **Cidades@**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 out. 2021.

_____. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômico**, n. 38, p. 1–12, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 nov. 2021.

INDE – Infraestrutura de Dados Espaciais. Base de dados. 2021. Disponível em: <https://inde.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2019.

LAMAS, José M. Ressano Garcia Lamas. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad.: Doralice Barros Pereira; Sérgio Martins. [S. l.: s. n.], 2006. (Do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021. **E-book**.

_____. **De lo rural a lo urbano**. Trad.: Javier Gonzáles-Pueyo. 4. ed. Barcelona: Península, 1978.

_____. **O direito à cidade**. Trad.: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. Originalmente publicado em 1968.

LOGAREZZI, Amadeu José Montagnini. Contribuições conceituais para o gerenciamento de resíduos sólidos e ações de Educação Ambiental. *In*: LEAL, Antonio Cezar; et al. **Resíduos sólidos no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: Antônio Thomaz Júnior, 2004.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Trad.: Henrique Carneiro. **Outubro Revista**, n. 1, p. 73–80, 1998. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-1-06.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad.: Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 2005. Originalmente publicado em 1960. (Coleção Arte e Comunicação).

MALACHIAS, Antonio Carlos. **Geografia e relações raciais**: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19062007-153719/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MARIN, João Paulo Muniz. **O processo de luta pela moradia em Campo Grande-MS**: uma análise socioespacial da favela “Cidade de Deus II”. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1243>. Acesso em: 4 set. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica a economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Trad.: Rubens Enderle. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017. Originalmente publicado em 1867.

MOBILIBUS. Mobilibus: Detalhes de Linhas de ônibus de Campo Grande. 2021. Disponível em: mobilibus.com/web/timetable/5w71c. Acesso em: 27 nov. 2021.

MORO, Nataniél Dal. Cidade de Campo Grande: cotidiano urbano (1960-70). **El Futuro del Pasado**, n. 7, p. 533–551, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5715215.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2021.

OBSERVATÓRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Os vazios urbanos na cidade de Campo Grande**. Relatório de extensão. Campo Grande: Observatório de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016. Disponível em: <http://www.observatorio.ufms.br/projeto/vazios-urbanos-em-campo-grande/>. Acesso em: 22 maio 2020.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1. ed., 3. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2011.

PEREIRA, Rafael H. M.; BRAGA, Carlos Kauê Vieira; SERRA, Bernardo; NADALIN, Vanessa Gapriotti. **Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras**, 2019. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9586>. Acesso em: 24 mar. 2021.

PLANURB – Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. **Carta Geotécnica de Campo Grande**. Campo Grande: PLANURB, 1991.

_____. Índice de Qualidade de Vida Urbana: bairros de Campo Grande - 2010. Campo Grande, 2013. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/sisgran/wp-content/uploads/sites/76/2021/02/iqvu-2010.pdf>. Acesso em: 11 set. 2021.

_____. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. 28. ed. Campo Grande: PLANURB, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fcD6OXJaq8xJti-XMMbnj6PzNCohmmUB/view>. Acesso em: 11 out. 2021.

QUEIROZ, Hellen Prado Benevides. **Política de Desfavelamento no Município De Campo Grande- MS**: uma comparação entre o Projeto Buriti-Lagoa com o Projeto Soter. 2012. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Universidade Anhanguera - Uniderp, Campo Grande, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com//handle/123456789/3747>. Acesso em: 11 out. 2021.

REBOUÇAS, Thaís de Miranda. **O bairro e o plano**: estratégias e disputas em torno da produção do espaço urbano no bairro 2 de julho, em Salvador, Bahia, Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/thais_reboucas_banca_final.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____; MANZI, Maya; MOURAD, Laila Nazem. Experiências de planos de bairro no Nordeste brasileiro: articulando planejamento insurgente e direito à cidade. **Cadernos MetrÓpole**, v. 21, n. 46, p. 855–878, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/Sz5YW7fDB39TgJfSk5R6FCK/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2021.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais - a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 73–88, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/571>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SALGADO, Elisabeth Carvalho de Oliveira; SALGADO, Francisco de Almeida. **Plano de bairro**: no limite do seu bairro uma experiência sem limites. São Paulo: Edição do autor, 2011.

_____. **Plano de bairro**: Perus em transformação. São Paulo: Cia dos Livros, 2012.

SANTOS, Jacinta dos. **Os caminhos do lixo em Campo Grande**: disposição dos resíduos sólidos na organização do espaço urbano. Campo Grande: UCDB, 2000.

SANTOS, Selma Rocha dos. **“Favela ‘Cidade de Deus’ e os catadores de materiais recicláveis do aterro controlado em Campo Grande, MS”**. 2012. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Universidade Anhanguera - Uniderp, Campo Grande, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com/handle/123456789/3810>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 7. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012. (Coleção Milton Santos, 1).

_____. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Trad.: Antonia Déa Erdens; Maria Auxiliadora Silva. 3. ed., 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2018. Originalmente publicado em 1980. (Coleção Milton Santos, 18).

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed., 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2009. (Coleção Milton Santos, 5).

SAUER, Leandro; CAMPÊLO, Estevan; CAPILLE, Maria Auxiliadora Leal. **Mapeamento dos índices de inclusão e exclusão social em Campo Grande-MS: uma nova reflexão**. Campo Grande: Oeste, 2012.

SILVA, José Borzachiello da. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 89–100, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/572>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SILVA, Roberto Antero. Aglomerados subnormais: definição, limitações e críticas. **GeoUECE**, n. Especial, p. 40, dez. 2014. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=geouece&page=article&op=view&path%5B%5D=1021>. Acesso em: 6 nov. 2021.

SILVA, Vivian Cordeiro. Metadados: Fronteiras internacionais da América do Sul. 2020. Disponível em: https://geonode.paranagua.pr.gov.br/layers/geonode:a__031_001_americaDoSul/metadata_detail. Acesso em: 10 set. 2021.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SISGRAN – Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande. Indicadores. Campo Grande, 2021. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/sisgran/>. Acesso em: 6 out. 2021.

_____. Informações e dados espaciais. Campo Grande, 2020a. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/sisgran/>. Acesso em: 3 maio 2020.

_____. Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande-MS. Campo Grande, 2020b. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/sisgran/>. Acesso em: 3 maio 2020.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Trad.: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 101–114, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/573>. Acesso em: 22 jun. 2021.

_____. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 51, n. 2, p. 139–172, 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n2.pdf. Acesso em: 2 out. 2021.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988. (Repensando a Geografia).

TAVOLARI, Bianca. Direto à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, p. 93–109, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMpVZWPJ7XswRRbj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2021.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. O desenvolvimento geográfico desigual de uma perspectiva latino-americana. *In*: IV SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2017. **Anais [...]**. Londrina: Grupo de Estudos de Política da América Latina, 2017. p. 122–131. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/13_ivotheis&lucianabtzke.pdf. Acesso em: 11 set. 2021.

TV UFMS. **Plano de Urbanização com ênfase em Moradia para a Comunidade Cidade de Deus – 3ª edição**. YouTube, 18 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fix-bAajJWY>. Acesso em: 04 nov. 2021.

VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle Megumi Martino; OLIVEIRA, Fabricio Leal De; LOBINO, Camilla. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. *In*: XV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15., 2013. **Anais [...]**. Recife: ANPUR, 2013. v. 15. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/168>. Acesso em: 29 nov. 2021.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

APÊNDICE A – Questionário socioeconômico e socioespacial do bairro

Lageado

INFORMAÇÕES PESSOAIS DE TRABALHO

1. Qual seu nome?

 2. Qual a sua idade?
 0-17 anos
 18-29 anos
 30-49 anos
 50-60 anos
 Mais de 60 anos
 3. Você mora em qual loteamento?
 Dom Antônio Barbosa
 Jardim Colorado
 José Teruel Filho
 Parque do Lageado
 Parque dos Sabiás
 Parque do Sol
 Favela Cidade de Deus
 Favela Lageado (Rio Anhanduí)
 4. Há quanto tempo você mora no bairro?
 Até 1 ano
 1 a 3 anos
 4 a 7 anos
 8 a 15 anos
 Mais de 15 anos
 5. O que te atraiu para morar no bairro?
 Preço do imóvel
 Proximidade do trabalho
 Programas habitacionais
 Proximidade de parentes
 Outro. Qual? _____
 - 5.1. Se foi pela proximidade de trabalho, qual é ou era o trabalho?

 6. A sua habitação é:
 Própria
 Alugada
 Cedida
 Ocupada
 Outro. Qual? _____
 7. Qual seu gênero?
 Mulher cis
 Mulher trans
 Homem cis
 Homem trans
 Outro. Qual? _____
 Não quer informar
 8. Você se autodeclara:
 Branco
 Preto
 Pardo
 Indígena
 Amarelo
 Não quero informar
- Aspectos do trabalho*
9. Você usa (ou usou na pandemia) a internet para estudar ou trabalhar?
 Sim
 Não
 10. Trabalha atualmente?
 Sim
 Não
- Se sim, responder as perguntas abaixo:*
- 10.1. Tipos de emprego
 Emprego fixo
 Temporário
 Autônomo
 Empresário/Microempresário
 Estagiário
 Voluntário
 - 10.2. Qual tipo de vínculo empregatício?
 Formal
 Informal
 Aplicativo
 - 10.3. Em qual bairro trabalha?
 Lageado
 Bairro vizinhos (Centenário e Los Angeles)
 Centro
 Outros bairros
 - 10.3.1. Se trabalha no Lageado, onde?

 - 10.4. Em qual setor da economia trabalha?
 Comércio/Serviços
 Indústria
 Agropecuária/Silvicultura
 - 10.5. Trabalha quantas horas por dia?
 Até 4h
 De 4h a 6h
 De 6h a 8h
 Mais de 12h

- 10.6. Quanto recebe por mês?
- () Até ½ S.M. (até R\$ 550)
- () De ½ a 1 S.M. (R\$ 551 – R\$ 1.100)
- () De 1 a 2 S.M. (R\$ 1.101 – R\$ 2.200)
- () De 2 a 4 S.M. (R\$ 2.201 – R\$ 4.400)
- () De 4 a 7 S.M. (R\$ 4.401 – R\$ 7.700)
- () Mais de 7 S.M. (mais de R\$ 7.700)

Outras informações

11. Você tem algum outro tipo de renda?
- () Auxílio Emergencial
- () Bolsa Família
- () Mais Social (Gov. Estadual)
- () Aposentadoria/BPC/Loas
- () Outros auxílios sociais
- () Outro. Qual? _____

12. Quanto totalizam essas outras rendas?

13. Como você se locomove?
- () A pé
- () Bicicleta
- () Ônibus
- () Carro particular
- () Carro por aplicativo (UBER/99)

PERCEPÇÃO DE PROBLEMAS

Em todas as perguntas abaixo as respostas são facultativas

Pergunta: O (a) _____ é BOM/MÉDIO/RUIM?

Ex.: O tamanho da habitação é bom, médio ou ruim?

Nº	Descrição	Bom	Médio	Ruim
<i>Habitação</i>				
1	Tamanho da habitação			
2	Qualidade da habitação			
3	Espaço para comentários: _____			
<i>Equipamentos Comunitários</i>				
4	Acesso às escolas			
5	Infraestrutura das escolas do bairro			
6	Acesso e disponibilidade de profissionais na UPA, CRS e Hospitais na cidade			
7	Acesso e disponibilidade de profissionais nas UBS			
8	Acesso e disponibilidade de profissionais nos CRAS			
9	Acesso a ONG's/Entidades Assistenciais que atuam no bairro			
10	Segurança pública			
11	Praças e parques			
12	Espaços de esporte			
13	Cultura			
14	Espaço para comentários: _____			
<i>Mobilidade urbana e acessibilidade urbana</i>				
15	Calçadas			
16	Sinalização para pedestres			
17	Espaço para usar bicicleta			
18	Número de linhas e frequência do transporte público			
19	Pontos de ônibus no bairro			
20	Disponibilidade de carros por aplicativo (Uber/99) no bairro			
21	Espaço para comentários: _____			
<i>Infraestrutura Urbana e Social</i>				
22	Arborização nas calçadas e praças			
23	Abastecimento de água			
24	Esgotamento sanitário			
25	Pavimentação			
26	Drenagem urbana (evita enxurrada, inundações e alagamentos)			
27	Limpeza urbana (ruas e coleta de resíduos)			

28	Iluminação pública			
29	Qualidade do telefone e da internet			
30	Espaço para comentários: _____			

ELENCANDO PRIORIDADES

Em todas as perguntas abaixo as respostas são facultativas

Questiona-se: O (a) _____ é EMERGÊNCIA, URGÊNCIA, NÃO-URGÊNCIA?

Nº	Descrição	Não urgente	Urgência	Emergência
1	Habitação			
2	Oportunidades de trabalho			
3	Equipamentos Comunitários			
4	Mobilidade e acessibilidade urbana			
5	Infraestrutura urbana e social			

6. Detalhe, o que você considera emergência:

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com associações de moradores

1. Qual o nome e associação do qual faz parte e o cargo que ocupa?
2. A associação todo o bairro ou alguns dos loteamentos, se sim, qual?
3. Se for de um dos loteamentos:
 - 3.1. De onde vieram os moradores do loteamento?
 - 3.2. Qual a motivação para virem para o bairro?
4. A associação tem sede própria? Quando surgiu a associação?
5. Como são as eleições para a associação? Quanto tempo dura o mandato? Há quanto tempo você faz parte da associação?
6. A associação mantém diálogo com outras associações, entidades/instituições e outros sujeitos que atuam sobre o bairro?
7. Quais as principais reclamações/reivindicações dos moradores para a prefeitura no curto, médio e longo prazo?
8. Como são encaminhados os problemas do bairro?
9. O que já foi conquistado pelos moradores e associação através das reivindicações?
10. Espaço para comentários não abarcados na entrevista.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com organizações assistenciais

1. Qual o nome e instituição/entidade do qual faz parte e o cargo que ocupa?
2. A instituição/entidade atende todo o bairro ou alguns dos loteamentos, se sim, qual?
3. Quando você chegou ao bairro Lageado?
4. Como era o bairro quando você chegou?
5. Qual o trabalho que você e sua instituição executam no bairro?
6. Vocês recebem doações? De onde elas vêm?
7. Você avalia que o poder público é ausente no bairro Lageado?
8. Qual o problema do bairro que você avalia ser o mais prioritário?
9. Espaço para comentários não abarcados na entrevista.

APÊNDICE D – Levantamento de campo

Objetivo: descrição e levantamento fotográfico.

PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Identificar Grandes Empreendimentos

- Aterro Sanitário
- UTR
- Grandes empresas:
 - _____
 - _____
 - _____

PERFIL SOCIOESPACIAL

2. Caracterização física e leitura do sítio urbano

- Topografia: _____
- Vegetação: _____
- Hidrografia: _____

3. Uso e ocupação do solo (*percepções gerais*):

4. Vazios urbanos (*condições gerais dos lotes vazios*):

5. Habitação (*aspectos gerais*).

- Loteamento Parque do Lageado: _____
- Loteamento Parque dos Sabiás: _____
- Loteamento Parque do Sol: _____
- Loteamento Jardim Colorado: _____
- Loteamento Dom Antônio Barbosa: _____
- Loteamento José Teruel Filho: _____
- Favela Cidade de Deus: _____

- Favela Lageado: _____
6. Equipamentos Comunitários
- Escolas
 - EMEI Profa. Ayd Camargo César – Parque do Sol: _____
 - EMEI Joana Mendes dos Santos – Parque do Sol: _____
 - EMEI Ramza Bedoglim Domingos – Parque do Lageado: _____
 - EMEI Lageado – Parque do Lageado: _____
 - EM Pe. Tomas Ghirardelli – Dom Antônio Barbosa: _____
 - EE Profa. Thereza Noronha de Carvalho – Parque do Lageado: _____
 - Equipamentos de Saúde
 - USF Dr. Evandro M. de Arruda – Dom Antônio Barbosa: _____
 - USF Dr. Benjamin Asato – Parque do Sol: _____
 - Assistência Social
 - CECAPRO – Centro de Capacitação e Formação Profissional – Parque do Sol: _____
 - CRAS Rosa Adri – Dom Antônio Barbosa: _____
 - Rede Solidária – Dom Antônio Barbosa: _____
 - Segurança pública: _____
 - Espaços de esporte, cultura e lazer
 - Praça – ao lado da USF Dom Antonio – Dom Antônio Barbosa: _____
 - Praça Francisco Vilson Vilharva Barros – ao lado CRAS e EMEI – Dom Antônio: _____
 - Parquinho – dentro do CRAS ou EMEI: _____

- Praça da Juventude:

- Parquinho 1 – em frente à ETE – Jardim Colorado:

- Parquinho 2 – em frente à ETE – Jardim Colorado:

- Academia ao livre – dentro a USF Parque do Sol:

- Não oficial 1 – atrás da EE e EMEI – Parque do Lageado:

- Não oficial 2 – próximo à Escolinha – José Teruel Filho e Cidade de Deus:

- Não oficial 3 – na Evelina F. Selingard – José Teruel Filho e Cidade de Deus:

- Não oficial 4 – atrás da Cidade de Deus – área não loteada/ZEIE:

- Não oficial 5 – Bica/Córrego Formiga – Fora do Lageado:

- Mobilidade urbana e acessibilidade
 - Ciclovia – Parque dos Sabiás:

 - Pontos de ônibus (*condições gerais*):

 - Ônibus (*condições gerais*):

 - Calçadas (*condições gerais*):

 - Outros elementos de acessibilidade (*condições gerais*):

- Infraestrutura

- Água e esgotamento sanitário (*condições gerais, se aparente*):
-

- Pavimentação asfáltica:
-

- Drenagem urbana (*condições gerais, se existente*):
-

- Limpeza urbana e manejo dos resíduos (*condições gerais*):
-

- Outros elementos:
